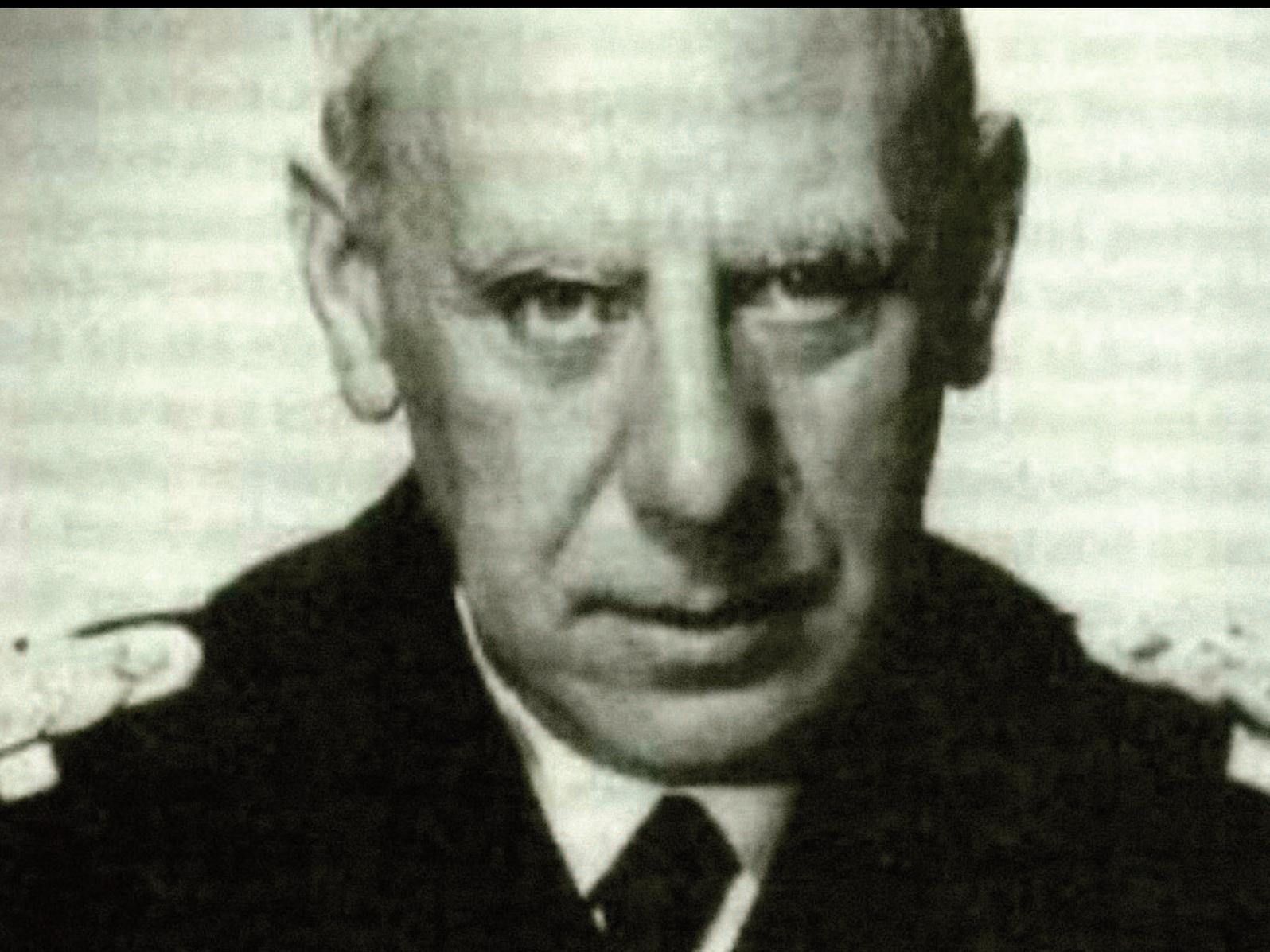




Revista Brasileira de
História
Militar



Ano XV - Nº 34
Novembro 2023

EXPEDIENTE

A Revista Brasileira de História Militar (RBHM) é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, com o objetivo de divulgar artigos de história militar, geopolítica e metodologia da pesquisa nas áreas de interesse, produzidos por acadêmicos e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros.

Os ensaios publicados estão dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. A RBHM destinase também a divulgar eventos acadêmicos de história militar e geopolítica, a publicação de anais relacionados à assuntos militares.

ISSN 21766452

FUNDADOR

César Machado Domingues

EDITOR-CHEFE

Ricardo Cabral

EDITORES ASSOCIADOS

Pedro Drummond

César Machado Domingues

CONSELHO CONSULTIVO

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Luiz Carlos Carneiro de Paula (IGHMB)

Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)

César Campiani Maximiano (USP)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

CONSELHO EDITORIAL

Alair Figueiredo (UERJ)

Bruno Melo de Oliveira (UNIFA)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (Universo)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Manuel Rolph Cabeceiras (UFF)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Sandro Teixeira Moita (ECEME)

Wellington Amorim (Escola Naval)



Imagem da capa: “Wilhelm Franz Canaris”.

Nascido em Aplerbeck - Alemanha, no dia 1º de Janeiro de 1887 e morto Flossenbürg - Alemanha, em 9 de Abril de 1945, Wilhelm Canaris foi um almirante alemão, chefe da inteligência militar (Abwehr) sob o regime nazista e um dos principais participantes da resistência de oficiais militares a Adolf Hitler.

Ingressou na Marinha alemã em 1905 e foi promovido ao posto de tenente em 1911. Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu, ele estava no cruzador leve MS Dresden e participou da Batalha das Ilhas Malvinas. Forçado a desembarcar no arquipélago Juan Fernández, a 720 km do Chile, foi internado em um campo antes de escapar em 15 de agosto de 1915, conseguindo chegar à Alemanha em outubro do mesmo ano. Ele então foi premiado com a Cruz de Ferro e transferido para o serviço secreto para trabalhar disfarçado na Espanha. Posteriormente retornou ao serviço ativo e terminou a guerra como comandante de um U-boat no Mediterrâneo, contabilizando 18 torpedeamentos.

Após a guerra, ele se juntou aos Freikorps e participou do Kapp Putsch: uma tentativa de golpe de Estado contra o governo nacional alemão em Berlim ocorrida em março de 1920, que não deve ser confundido com o famoso Putsch de Munique promovido pelos nazistas em 1923.

À medida em que crescia o poder do Partido Nazista, Canaris esteve envolvido na construção de submarinos para a Marinha alemã, trabalhou com Heinrich Himmler, Reinhard Heydrich e os serviços de inteligência da SS. Anticomunista ferrenho, em 1935 tornou-se chefe do serviço de inteligência do Estado-Maior alemão, o Abwehr e organizou a ajuda alemã ao general Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola e, em 1935.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ele gradualmente se desiluiu com os nazistas e começou a vaziar informações tanto para os Ingleses, quanto para alemães que conspiravam contra o regime. Sua atuação acabou despertando suspeitas de Himmler e, principalmente, de Heydrich, seu antigo protegido na Kriegsmarine, devido a captura de Paul Thümmel, um agente britânico, pela Gestapo. Canaris interferiu, alegando que, na realidade, Thümmel era um agente duplo ao serviço da Abwehr. Sua explicação foi aceita, mas aguçaram as suspeitas de Heydrich e suspeita-se que seu assassinato em 1942, tenha sido organizado pelo MI6, de modo a proteger a posição de Canaris.

Finalmente, Hitler foi convencido a demitir Canaris em fevereiro de 1944, que foi colocado em prisão domiciliar, por suspeitas de conspiração. Pouco depois do atentado de 20 de julho de 1944, uma investigação foi conduzida contra ele e, embora não houvessem provas de seu envolvimento direto, testemunhos apontaram para seu apoio e Canaris acabou condenado a morte. A sentença foi sendo postergada até que ele foi executado por enforcamento no campo de concentração de Flossenbürg em 9 de abril de 1945.

EDITORIAL

Esta edição tem como tema principal a espionagem em períodos de guerra. Iniciamos com um artigo dos pesquisadores Reis Friede e Sandro Teixeira, sobre Guerra Híbrida e a nova forma de conduzir a guerra. Em seguida, Thiago da Silva Pacheco, apresenta a espionagem como objeto de história política e militar. Para além da espionagem, contamos também com os trabalhos de Luiz Otávio da Silva Santos Junior sobre a Legião Estrangeira Francesa e de Cássia Victor Rocha, abordando como o governo brasileiro enxergava as pessoas de origem dos Países do Eixo que viviam no País, principalmente os germânicos. Retomando o tema principal da edição, o pesquisador André Luís Woloszyn, retrata os aspectos da espionagem no Brasil durante a Batalha no Atlântico, e para finalizar o professor Edilson Moura Pinto, analisa o papel do Mossad como peça fundamental na defesa de Israel, na prevenção de ameaças à segurança nacional e na manutenção da Paz.

A revista é composta também pela seção livro em destaque e indicação de filme. Na primeira seção, é feita uma resenha sobre o livro, “Guerra da Ucrânia: Análises e perspectivas. O conflito militar que está mudando a geopolítica mundial” dos autores Rodolfo Queiroz Laterza e Ricardo Pereira Cabral. O livro que tem a organização de Pedro Drummond é composto de diversos artigos sobre o conflito durante o seu primeiro ano, desde as causas históricas da Guerra até os cenários sobre o fim do conflito. Na segunda seção, o filme indicado é Yamato. O filme é baseado no livro de Jun Henmi, sobre a história do encouraçado Yamato. O filme destaca a visão dos tripulantes do navio em relação ao Japão e o entendimento de que deveriam defender o País a todo custo.

Pedro Drummond
Editor Associado

SUMÁRIO

Guerra Híbrida – Novo Nome, Velha Prática?	6
Reis Friede Sandro Teixeira	
Espionagem como objeto de História Política e Militar: Possibilidades e Perspectivas	31
Thiago da Silva Pacheco	
Legião Estrangeira Francesa: Uma Instituição Militar Internacionalmente Renomada	53
Luiz Otavio da Silva Santos Jr.	
As origens do perigo alemão no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial	67
Cássia Victor Rocha	
A Espionagem no Brasil ao longo da Batalha do Atlântico	77
André Luís Woloszyn	
Mossad: O Instituto das Sombras do estado de Israel	96
Edilson Moura Pinto	
Livro em Destaque	122
<i>Segunda Guerra Mundial. Estratégias. Como a mais importante guerra da modernidade foi vencida e perdida.</i>	
Filme em Destaque	123
<i>Yamato</i>	

Guerra Híbrida – Novo Nome, Velha Prática?

Reis Friede¹
Sandro Teixeira²

1. Introdução

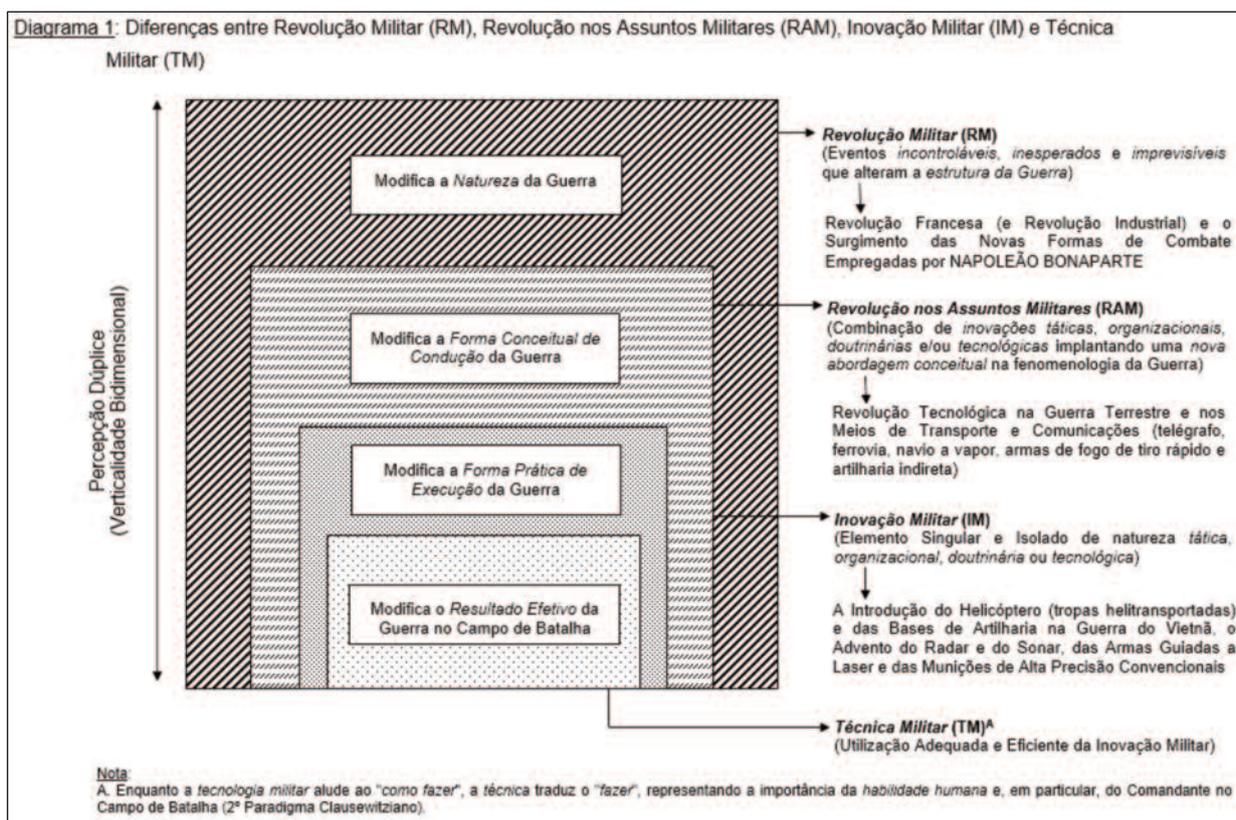
A Guerra no século XXI continua a ser um assunto de grande atenção, em especial em um contexto no qual ela parece ter retomado o papel de realidade possível, quer em face de Estados enfrentando atores não-estatais, quer em uma dimensão maior que envolve grandes potências nos campos de batalha com o uso intrusivo dos variados meios de que dispõem. Nessa toada, muito se atenta para uma expressão que surgiu recentemente, e que parece indicar algo novo, ainda que não completamente ímpar ou singular¹.

Dadas as inovações surgidas nos modos de fazer a guerra, isto é, do uso da força, o conceito de Guerra Híbrida se apresenta, particularmente (ainda que com ressalvas e controvérsias) como uma possível Revolução nos Assuntos Militares (RAM), uma evolução da teoria da guerra que, em tese, - ainda que não represente propriamente uma mudança na própria natureza da guerra (ou seja, uma autêntica Revolução Militar – RM), apresenta-se como uma (pretensa) modificação na forma conceitual de condução da guerra. Sob a égide desse raciocínio, essa nova forma de guerrear representaria algo totalmente novo diante do que existe até então.

Todavia, o exame minucioso do que seria a Guerra Híbrida, à luz da dimensão operacional em um diálogo com a Teoria da Estratégia e a História Militar, implica uma falha. Qual seria propriamente a novidade da Guerra Híbrida? O que ela traz que representa uma real transformação do guerrear? Quais as efetivas inovações táticas organizacionais, doutrinárias e/ou tecnológicas, implementando uma nova abordagem conceitual na fenomenologia da guerra? Parte dos defensores do conceito indicam, em sua defesa, o uso de forças convencionais e não-convencionais aliadas a novas tecnologias, como a automação e a dimensão cibernética, como elementos que o sustentam. Para estes estudiosos, forças chamadas “híbridas” seriam aquelas, portanto, que possuem a capacidade de operar tanto como unidades militares regulares formais quanto como grupos altamente flexíveis e independentes, apoiados no uso de sofisticadas tecnologias como drones e computadores, que servem como plataformas de ataques a alvos na rede mundial de computadores, a internet, como redes ligadas a bancos, usinas de energia, serviços públicos, entre outros.

¹ Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Professor Honoris Causa da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Professor Emérito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra (ESG) e Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia Brasileira de Defesa (ABD). É coautor da obra “Das Novas Guerras (Fenomenologia dos Conflitos Armados)” (BIBLEx, 2019, 576 págs.). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/> . E-mail: reisfriede@hotmail.com .

² Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).



Conjugado a isso, o acesso à internet permite a essa força ser capaz de produzir e veicular sua própria narrativa como forma de moldar percepções da opinião pública local e internacional a respeito do conflito ou crise no qual tal força está envolvida. Sofisticado uso de recursos informacionais e replicação da narrativa por canais diversos, de páginas de veículos de imprensa até redes sociais, servem como forma de angariar apoios, divulgar os feitos e mesmo disseminar informações falsas de maneira a atrapalhar, prejudicar ou mesmo impedir uma ação inimiga.

Nesse sentido, há também, em adição, um segundo conjunto de apoiadores do conceito que defendem uma maior elasticidade do mesmo a envolver, na concepção de “híbrida”, a ideia do emprego combinado, em um sentido diferente e inovador (denominado por alguns de “smart power”) da combinação dos elementos do Poder Nacional (Militar, Econômico, Político e Psicossocial), a ensejar a conclusão pela existência de uma reconhecida sobreposição de elementos de guerrear não mais possível quanto à (outro) perfeita identificação de sua origem, particularmente como integrantes (específicos) da dimensão militar (ainda que, na restritiva perspectiva de meios irregulares ou heterodoxos, a visão da “guerra híbrida” possa continuar sendo “unidimensional” ou, no mínimo, preponderantemente militar)³.

Porém, existe ainda (dentre outras doutrinas a respeito do tema) uma particular concepção, de origem russa, que merece ser abordada e que traduz, em última análise, a Guerra Híbrida como um novo (e inovador) método de “guerra indireta”, supostamente concebido pelos Estados Unidos da América como resultado de seu inerente reconhecimento quanto ao esgotamento de sua

unipolaridade, (re)inaugurada com o fim da Guerra Fria (1947-91), através do surgimento de um novo modelo de “liderança velada”.

“Estratégias convencionais para a troca (forçada) de regimes (Panamá, Afeganistão, Iraque) foram possíveis em um mundo unipolar, mas com o momento unipolar desvanecendo, os EUA se veem obrigados a reviver o modelo de liderança velada com que flertaram pela primeira vez durante a guerra Soviético-Afegã. O primeiro indício oficial de que os EUA estavam caminhando para essa estratégia foi o comportamento durante a guerra do Líbano de 2011, a primeira vez na história em que a alcunha ‘liderança velada’ foi usada. Esta foi seguida pelo último discurso do então Secretário de Defesa ROBERT GATES naquele verão em que implorou aos aliados da OTAN que se empenhassem mais em ajudar os EUA a encarar de frente os desafios globais (ROBERT GATES; The Security and Defense Agenda - Future of NATO -, U.S. Department of Defense, 10/06/2011. Disponível em: <<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1581>>. Acesso: 8 jul. 2014). Ficou claro então que os EUA já não estavam tão entusiasmados em ‘agir por conta própria’ (UK and US Would ‘Go It Alone on Iraq’, Telegraph Media Group Limited, 18/10/2002. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/1410560/UK-and-US-would-go-it-alone-on-Iraq.html>>. Acesso: 8 jul. 2014) como outrora, tampouco motivados a impor o ultimato ‘ou você está conosco ou está contra nós’ (‘You Are Either with Us or Against Us’, Cable News Network, 06/11/2001. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2001/US/11/06/gen.attack.on.terror/>>. Acesso: 8 jul. 2014).

O indício de que o poder estadunidense encontra-se relativamente em declínio vis-a-vis as outras grandes potências foi formalmente sustentado pelo Conselho de Inteligência Nacional de 2012. Em sua publicação Global Trends 2030 (Global Trends 2030: Alternative Worlds, Office of the Director of National Intelligence, 10/12/2012. Disponível em: <<http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends>>. Acesso: 8 jul. 2014), o conselho discorre acerca de como os EUA estarão ‘pela primeira vez entre iguais’ porque ‘o momento unipolar acabou, e a ‘Pax Americana’ – a era da ascensão estadunidense nas políticas internacionais que começou em 1945 – está rapidamente perdendo fôlego’ (MATT SMITH e PAM BENSON; U.S. to Face 2030 as ‘First Among Equals’, Report Projects, Cable News Network, 11/12/2012. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2012/12/10/us/intelligence-2030/>>. Acesso: 8 jul. 2014). Evidentemente, em um ambiente competitivo assim, será mais difícil de empregar o unilateralismo agressivo sem correr o risco de consequências colaterais. Isso também deu um impulso adicional para a implantação da estratégia de liderança velada no planejamento militar predominante nos EUA.

Por fim, o presidente OBAMA institucionalizou o modelo de liderança velada quando discursou em West Point no final de maio de 2014. No discurso, ele declara, com destaque, que ‘os EUA devem liderar no cenário mundial [...] mas a ação militar dos EUA não pode ser o único – ou sequer o principal – componente de nossa liderança em todas as ocasiões. Só porque temos o melhor martelo não significa que todo problema é um

prego' (BARACK OBAMA; Full Transcript of President Obama' Commencement Address at West Point, The Washington Post. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/politics/full-text-of-president-obamascommencement-address-at-west-point/2014/05/28/cfbcdcaa-e670-11e3-afc6-a1dd9407abcf_story.html>. Acesso: 8 jul. 2014). Isso foi interpretado como os EUA abandonando formalmente a doutrina unilateral 'por conta própria', salvo circunstâncias excepcionais (E. J. DIONNE JR.; The New Obama Doctrine: The U.S. Shouldn't Go It Alone, Investor's Business Daily, 28/05/2014. Disponível em: <<http://news.investors.com/ibd-editorials-on-the-left/052814-702436-us-should-use-military-force-only-when-we-or-allies-are-threatened.htm?ref=SeeAlso>>. Acesso: 8 jul. 2014). A essa altura, percebe-se que os EUA expuseram claramente suas intenções em trocar o posto de polícia do mundo pelo manto de mestre das marionetes da liderança velada. Reforçando esse argumento, a transformação social e política generalizada que os EUA vislumbraram com a Primavera Árabe não poderia ter dado certo por meio de uma ação unilateral. Logo, o ano de 2011 representa o fim oficial do momento unipolar e o início da era da liderança velada, que, em si, consiste na adaptação dos EUA a um mundo multipolar." (ANDREW KORYBKO; Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes, Expressão Popular, São Paulo, 2018, ps. 35-36)

Essa singular percepção (cuja construção teórica e implementação prática a doutrina polemológica defendida por Moscou, não obstante sua autoria, prefere atribuir aos norte-americanos) baseia-se na primazia do emprego da dimensão psicossocial (cultural) do poder nacional, caracterizando, desta feita, o "hibridismo" no contexto da Teoria do Caos de STEVEN MANN (ANDREW KORYBKO; Guerras Híbridas (Das Revoluções Coloridas aos Golpes), Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018) e, conseqüentemente, na concepção de Estado amorfo no campo de batalha, através da utilização de duas diferentes (e complementares) abordagens: as chamadas revoluções coloridas (um conjunto de técnicas de psicologia de massa, com o correspondente uso de meios não-militares e disseminados por meio de redes de network) e as denominadas estratégias de guerra não-convencional, desenvolvidas, sobretudo, por intermédio de movimentos de resistência ou insurgência, conduzidos por forças clandestinas (auxiliar e guerrilheira) em espaços geográficos "renegados" pelo adversário.

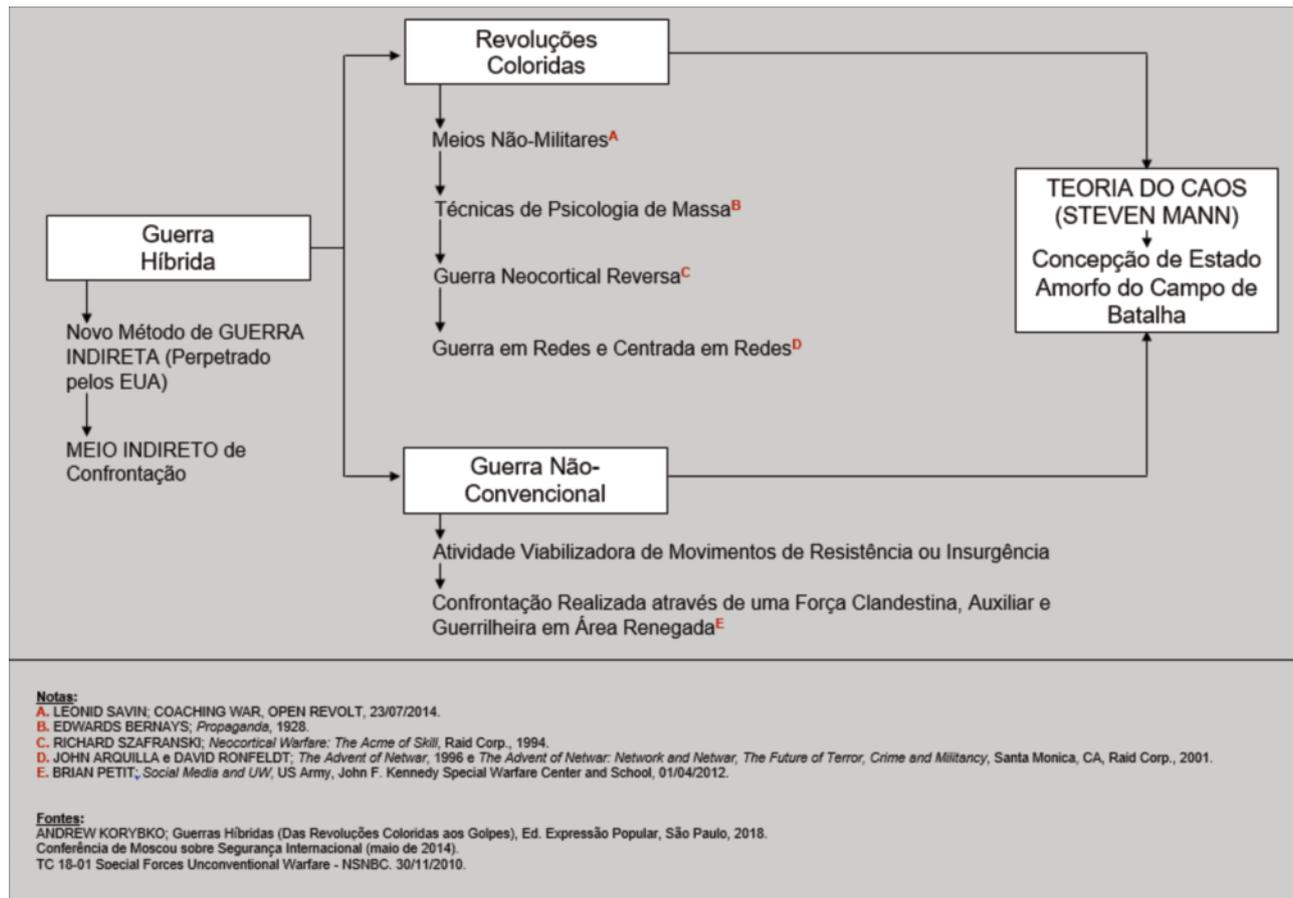


Diagrama 2: Concepção Russa de Guerra Híbrida

2. Em Busca da Guerra Híbrida⁴

Polêmicas à parte, a verdade é que esses (pretensos) pressupostos básicos da nova forma de guerrear, segundo os principais estudiosos do tema, estariam presentes em recentes campanhas movidas pela potência disruptiva da Ordem Mundial denominada China e, especialmente da potência revisionista denominada Rússia. A recente produção de documentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), neste sentido, identifica a Rússia como principal potência promotora de tal forma de guerrear, exatamente pelos mesmos motivos que Moscou acusa o Ocidente (e os EUA, em particular) de empregar uma abordagem indireta de conflitar com seus adversários no século XXI, com ênfase nos últimos anos. Os exemplos variam da campanha da Geórgia, em 2008, passando por ações sistemáticas envolvendo os países bálticos até o culminar dos esforços russos na campanha da Ucrânia, especialmente a partir de 2014, ainda que, ao fim, em 2022, Moscou tenha optado por invadir a Ucrânia através de uma abordagem militar direta.

O exame das ações russas pode em um primeiro momento confirmar tal conceito, mas, ao se considerar qual a lógica que permeia tal ação, o hibridismo supostamente praticado por forças russas não traz, à luz de uma apreciação mais rigorosa dos fatos, nenhuma novidade em si. Em verdade, ela continua, em muitos aspectos, carregada dos velhos motivos que circundam a forma conceitual clássica de condução da guerra (incluindo a sua própria natureza), como aqueles apontados por TUCÍDIDES

ou ainda o apontamento de CLAUSEWITZ sobre como ela é um fenômeno da dimensão política, o que inviabiliza qualquer discurso possível sobre como o hibridismo seria uma transformação (verdadeiramente inovadora ou revolucionária) da Guerra (e de sua concepção clássica). Ainda assim, um exame da conduta russa em operações deve ser realizado, a ensejar maiores (e necessárias) reflexões.

Curiosamente, a gênese da nova forma de atuar por parte dos russos tem sua origem ditada em um artigo publicado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército Russo, o General VALERY GERASIMOV⁵. Esse artigo é tido pela OTAN como a formalização do que seria a adoção do hibridismo por parte da Rússia, sem, entretanto, adentrarmos propriamente no que seria o pensamento do general russo como uma alternativa “doutrina” (palavra cunhada por um especialista americano, que tempos depois foi forçado a admitir a falácia da “Doutrina Gerasimov”) -, não sem antes ter influenciado mais de uma centena de artigos e textos no Ocidente sobre um suposto novo modo russo de guerrear.

Porém, fruto das incontáveis ironias que existem na História Militar, no artigo, epigrafado, GERASIMOV argumenta que é necessária uma modernização e transformação (tecnológica) das Forças Armadas da Rússia para dotá-las com a capacidade de resistir ao poderio militar (superior) do Ocidente, em especial dos EUA. Para o general russo, os países ocidentais estariam orquestrando um acelerado processo para “sufocar” a Rússia mediante uma complexa grande estratégia que coordenaria sanções econômicas, pressão militar e cooptação dos países vizinhos à Rússia por meio do ingresso desses na OTAN ou na União Europeia, quando não (e de forma coordenada) nos dois organismos. GERASIMOV aponta que as instabilidades político-econômicas pelas quais os vizinhos da Rússia passavam eram fruto de uma ação sistemática da Europa e dos EUA para que esses países, uma vez fragilizados, acabassem por ser alvos de programas e incentivos de maneira a permitir um domínio europeu ou americano (inclusive de matiz psicossocial) sobre eles.

Acerca de como a manifestação operacional desse modo de guerrear ocorre, tanto os russos quanto os ocidentais são unânimes em apresentar uma série de técnicas exteriorizantes, que vão desde o uso convencional de forças militares até a intervenção nos campos de batalha por meio de mensagens instantâneas de celular enviadas a combatentes inimigos, contendo material próprio de operações psicológicas. Ou então a coordenação de ataques por grupos irregulares apoiados por forças regulares com artilharia e ações ofensivas no domínio cibernético, de maneira a impedir, deter ou danificar estruturas críticas adversárias.

As raízes do suposto modo híbrido desenvolvido pelos russos de fazer guerra são profundas, e remetem aos estudos feitos pelos mesmos dentro do seu desenvolvimento das Ciências Militares. E dois episódios são essenciais para que se perceba como os russos são capazes de atuar em um conflito, conjugando elementos militares e não-militares ao mesmo tempo (em uma tradução mais precisa do conceito de guerra ou conflito híbrido), com a finalidade de atingir os mesmos objetivos.

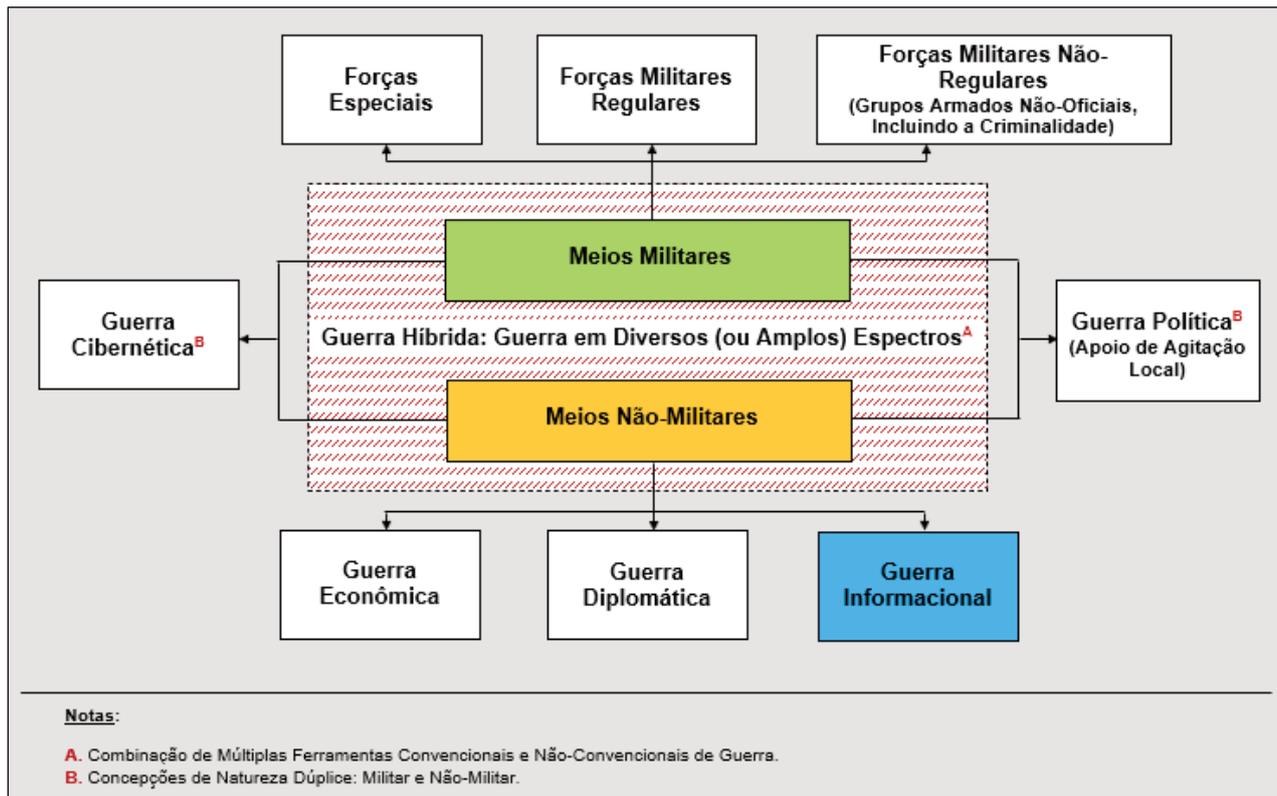


Diagrama 3: Visão Conceitual de Guerra Híbrida em Sentido Estrito

Os episódios são a Guerra do Afeganistão (1979-89) e a Primeira Guerra da Chechênia (1994-96), nos quais os russos fracassaram na luta (clássica e direta) contra oponentes inferiores tecnológica e materialmente. As experiências produziram uma reflexão e uma nova forma de atuar do Estado russo, que passou a perceber que a guerra não era um desafio talhado apenas às forças militares, a despeito de todo o poderio das suas Forças Armadas, boa parte dos reptos que elas enfrentaram nos dois conflitos eram de natureza diversa da militar e, portanto, não tinham como ser percebidos pelos militares russos. Desafios como promover riqueza e desenvolvimento em áreas pobres, promoção de empregos ou saneamento básico se mostraram além das capacidades das tropas.

O general GERASIMOV é um adepto desta visão, no qual são combinados esforços militares, diplomáticos, econômicos e de inteligência para que se atinja o fim desejado. Os russos aplicaram tal forma de atuar na Segunda Guerra da Chechênia (1999-2009), obtendo grande sucesso. Foram combinados meios convencionais tradicionais aos russos, como concentrações pesadas de fogos de artilharia e apoio aéreo, forças de operações especiais aliadas a grandes efetivos terrestres que foram conjugadas com manobras diplomáticas e incentivos econômicos russos, que se mostraram fundamentais para a vitória de Moscou no conflito em sua fase convencional. De fato, o instrumental foi vital até para enfrentar a insurgência surgida ao final do conflito e que ocorreu até 2009, que foi confrontada pelos russos com os elementos da fase convencional conjugados a forças irregulares recrutadas localmente e um intenso esforço de propaganda e contrapropaganda para promover sua causa ante a população local, o que acarretou em um esmagamento da insurgência. Os poucos remanescentes fugiram para repúblicas próximas como o Daguestão ou se juntaram a grupos jihadistas na Ásia, particularmente no Oriente Médio.

3. Novo Nome, Velhas Práticas? – O que a História Militar nos Diz

Observada a conduta russa, - assim como outras experiências análogas -, permanece a pergunta: há realmente uma novidade em todo esse processo ou o estudo da História Militar nos indica que tais técnicas, supostamente novas, muitas vezes já estão presentes nos campos de batalha há tempos? Afinal, forças regulares e irregulares já operam conjuntamente desde a Antiguidade, e o advento das armas de fogo não mudou tal horizonte. Tal como os romanos avançavam seu império com suas legiões e “forças auxiliares”, que muitas vezes eram tribos ou outros povos contratados para lutar junto aos legionários, durante a Segunda Guerra Mundial tropas aliadas lutaram apoiadas por grupos guerrilheiros, como a Resistência francesa e os partisans na Itália, Iugoslávia e na União Soviética. Da mesma maneira, nas operações em andamento no Afeganistão, as tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e forças regulares e irregulares afegãs enfrentam grupos como o Talibã e a Al- Qaeda ou ainda o Estado Islâmico. Portanto, quanto à conjunção de forças regulares e irregulares, nada do que tem sido feito recentemente por atores ditos híbridos, como a Rússia, possui algo realmente novo.

Talvez uma das principais razões para a confusão conceitual em torno da ideia de Guerra Híbrida seja o fato de que não há um adequado entendimento no Ocidente, em especial nos EUA, de que na Rússia e na China, a estratégia é um campo que ultrapassa a dimensão militar. Para esses países, o uso de todas as capacidades do Estado-Nação é algo comum na perseguição de seus interesses. Conjugam-se recursos militares, econômicos, informacionais, diplomáticos, tais como outros instrumentos de poder do Estado para que um objetivo seja atingido. A sinérgica soma de tais esforços já é algo antigo para chineses e russos, e isso só parece novidade quando o conceito de Guerra Híbrida é examinado fora do campo da Estratégia, o que é possivelmente o seu elemento de maior fragilidade.

Destarte, as ferramentas para se contrapor a uma ação que seja classificada como de Guerra Híbrida já existem e estão presentes. Se um adversário é capaz de mobilizar uma série de instrumentos de poder nacional, a resposta obviamente se medirá por meio delas. Isso não foge ao conceito clausewitziano do choque de vontades entre os oponentes, o que deixa ainda mais clara a fragilidade do conceito, especialmente quando ele se anuncia como uma grande novidade revolucionária sobre a guerra, ainda que no campo de uma Revolução nos Assuntos Militares (RAM) e não propriamente de uma autêntica Revolução Militar (RM).

Tal fragilidade se acentua se observarmos os usos mais recentes do conceito. Para alguns autores, a Guerra Híbrida abarcaria também uma série de medidas diplomáticas e econômicas como sanções, embargos e restrições comerciais ou mesmo de circulação de divisas, em um processo no qual o alvo teria reduzida ou impedida sua capacidade econômica, privando-o de meios para continuar ou fazer uso de força. Esse alargamento conceitual parece interessante, em especial se observados os documentos produzidos recentemente pela União Europeia e estudiosos europeus, que exemplificam a manipulação dos preços do gás natural por parte da Rússia assim como a regulação dos fluxos de transporte e entrega, uma vez que ela é a principal fornecedora do recurso natural para a maior parte dos países europeus, como um instrumento de pressão russa para imposição de sua vontade.

Essa articulação conceitual pareceria interessante, mas ela acaba se chocando com outro conceito, por sua vez muito mais concreto e aperfeiçoado: Grande Estratégia. Se considerados os usos russos de

todos os meios à disposição do seu Estado, obviamente isto se encontra muito melhor acomodado em uma grande estratégia russa. É importante que não se confunda os conceitos, sob pena de aumento do custo no cálculo estratégico. Se o uso da força já é em si algo dispendioso se conduzido de maneira a observar os preceitos político-estratégicos corretos, ao ser feito com conceitos vagos levados em consideração, não só aumenta a possibilidade do fracasso como abre-se caminho para o surgimento de vulnerabilidades que podem colocar um Estado em grande risco.

Outro tópico, importante no debate sobre o conceito de Guerra Híbrida, é a articulação entre forças irregulares, Estados e grupos criminosos, o que perpassa por um novo conceito polemológico (e que se entrelaça, em alguma medida, com a concepção de Guerra Híbrida), ou seja, as chamadas “Novas Guerras”. A complexidade dessas relações pode tornar o objetivo de enfrentar uma ameaça híbrida com novas camadas de observação e planejamento, uma vez que os recursos de atividades relacionadas ao crime organizado como tráfico de armas, de drogas ou mesmo de seres humanos, provém sustentação a atores irregulares ou híbridos e podem inclusive aumentar a sua capacidade bélica e tecnológica, como o exemplo do terrorismo jihadista na região do Sahel, onde grupos ligados à rede terrorista Al-Qaeda possuem atualmente como principal fonte de rendas ligadas à atividades criminosas como sequestros, cobranças de taxas de proteção à rotas utilizadas pelo tráfico de drogas na região para chegar à Europa. A dimensão cibernética (mesmo quando considerada inserta no campo do poder nacional militar) também tem manifestação semelhante, mediante a ação de grupos de hackers que, em consonância com um Estado ou atores não-estatais, lançam ataques objetivando infraestruturas adversárias e acabam afetando até mesmo estruturas ligadas ao Estado que lhe prestam apoio, como demonstrado por recentes ataques cibernéticos, afetando, inclusive, estruturas não visadas como objetivos, como sistemas de saúde pública.

A única questão prática que decorre do conceito de Guerra Híbrida é de alertar comandantes táticos e operacionais de seus papéis na guerra contemporânea e agir de acordo quanto a esses preceitos. Com novas tecnologias e a própria dinâmica dos combates ocorrerem cada vez mais em ambientes urbanos, o próprio sigilo vital às operações pode ser quebrado. Na Operação Lança de Netuno, na qual uma equipe SEAL eliminou OSAMA BIN LADEN, o sigilo da ação foi quebrado através de perfis de paquistaneses que reclamavam do ruído feito pelos helicópteros americanos, algo tão prosaico e que, ao mesmo tempo, colocou em risco uma das operações mais importantes para o esforço do combate dos EUA àquele grupo terrorista.

As tecnologias que permitem a aceleração do fluxo informacional, como redes sociais, blogs e canais de vídeo por streaming são recursos que maximizam as capacidades das operações psicológicas e a comunicação estratégica, deixando claro que a propaganda, antes um recurso disponível aos Estados, agora passa a poder ser operada por atores não-estatais, a um baixo custo e alta efetividade. Uma narrativa pode ser disseminada rapidamente em poucos instantes, e mesmo em resposta a uma operação militar, o que mostra que não há mais o monopólio estatal neste campo.

Uma resposta a tais desafios inclusive se opera de maneira ativa, fazendo com que tropas em operações portem equipamentos de vídeo que gravam e transmitem em tempo real a ação, não servindo mais somente para observação do comando da missão, mas também como maneira de proteger a narrativa construída em torno da ação. O acesso dessas imagens e

informações em tempo real permite ao comando elaborar uma resposta à narrativa opositora ou que deseja impedir, deter ou degradar os efeitos desejados pelo uso da força.

Assim, o conceito de Guerra Híbrida acaba se mostrando, em muitos aspectos, nada mais que uma nova roupagem, nada trazendo (propriamente) de novo (ou inovador) ao universo do fenômeno guerra. Considerar dimensões táticas para anunciar um novo tipo de guerra só leva a confusão e percepções frágeis a respeito do espectro dos conflitos atuais, incorrendo em decisões errôneas que inevitavelmente custam caro, até porque ultrapassam a simples dimensão financeira. Vale frisar que, invariavelmente, o chamado “custo” também se apresenta em forma de sangue, mormente quando fetiches supostamente revolucionários começam a ser invocados sem que se perceba uma adequada reflexão sobre as razões do uso da força.

A História tem suas voltas irônicas, especialmente a História Militar. Um exemplo dessa assertiva é testar o conceito de Guerra Híbrida por meio de um episódio da História do Brasil: a Guerra Brasília (1630-54). Neste conflito, Portugal não tinha meios convencionais suficientes para responder ao desafio da ocupação holandesa de parte do Nordeste brasileiro. Os portugueses então iniciaram uma estratégia que hoje poderia ser considerada, por alguns estudiosos, como de Guerra Híbrida, na qual estabeleceram um comando unificado em Salvador, na figura do General FRANCISCO BARRETO DE MENEZES, e usaram com habilidade forças regulares e irregulares para enfrentar os holandeses, sabendo o momento de travar a guerra de maneira irregular, por meio de emboscadas e guerrilhas, e o momento de lutar a maneira convencional, como as batalhas do Monte das Tabocas ou as duas ocorridas nos Montes Guararapes. Com o recurso à diplomacia e o uso de forças navais, que passaram a impedir ou dificultar o acesso holandês ao domínio no Brasil, os portugueses construíram uma vitória usando os poucos recursos a mão, impedindo uma presença duradoura dos holandeses.

Por meio de uma política hábil, se aproveitando de equívocos cometidos pelos holandeses, os portugueses souberam conquistar, ou em alguns casos, reconquistar as simpatias de lideranças locais, o que se provou decisivo para alterar a balança de forças no conflito, conferindo aos portugueses os efetivos que eles não possuíam para fazer a guerra contra os holandeses. Em alguns momentos, a cooptação das lideranças locais se deu simplesmente por ação dessas, ao perceber que estar do lado holandês já não se mostrava vantajoso. Basta ver as manifestações de luso-brasileiros em 1651 em Pernambuco, reivindicando cargos e comandos a Coroa Portuguesa, que seriam prêmios devidos aos esforços para expulsar os invasores.

Outros exemplos surgem no horizonte, ao se observar a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, no Teatro de Operações da Itália. Os brasileiros tiveram de lidar com um cenário que estaria sob determinado ponto de vista, confortavelmente acomodado dentro do conceito de Guerra Híbrida. As tropas brasileiras atuaram junto a unidades regulares dos Aliados, bem como elementos irregulares italianos. Para além do combate convencional, ainda havia o uso em larga escala de guerra psicológica por parte do comando aliado, tanto para motivar as tropas quanto para afetar as forças inimigas, em especial as divisões alemãs.

Para além disso, destaca-se o terreno das operações, dominado pela cadeia montanhosa dos Apeninos, uma realidade muito provavelmente não concebida pelo planejamento militar brasileiro

quando da preparação da tropa ainda no Brasil. O terreno fez com que, nos dois invernos da campanha, de 1943-44 e 1944-45, a frente tivesse sua mobilidade reduzida a um passo parecido com o da Primeira Guerra Mundial (1914-18), com pouquíssimos avanços durante este período.

Outro importante fator foi o agressivo uso de forças de operações especiais junto a grupos irregulares na retaguarda inimiga para dificultar a atuação dos alemães, sendo que mesmo em ataques realizados pelas forças convencionais dos Aliados, incluindo-se aí a FEB, houve o recurso às forças irregulares para apoiar as ações das tropas. Essa combinação de recursos diversos, considerando-se a complexidade da cadeia de comando dos Aliados, envolveu os efetivos de 27 diferentes nações.

4. Guerra Híbrida – Entre o Passado e o Presente

Vale esclarecer que, para parcela expressiva de estudiosos da polemologia, fora o aspecto tecnológico, é difícil perceber, em situações recentes, hipóteses incontrastavelmente consideradas como de Guerra Híbrida, em especial muitos aspectos da própria atuação russa na Ucrânia, na crise que decorre desde 2014, e, posteriormente, em 2022, quando o conflito russo-ucraniano passou a se apresentar de forma direta, algo, portanto, muito diferente do feito pelos portugueses para reaver o Nordeste brasileiro no século XVII ou no desempenho operacional da FEB em meio ao complexo cenário do Teatro de Operações da Itália, na Segunda Guerra Mundial. O exame da História Militar poderá demonstrar outros exemplos semelhantes que mostram o emprego da força (notadamente em sua restrita dimensão militar) e que podem ser caracterizados como exemplos de Guerra Híbrida.

Dessa forma, a viabilidade de se considerar a Guerra Híbrida, como um conceito cientificamente válido, reside muito mais na criação de uma mentalidade e de uma consciência situacional (que seja capaz de sensibilizar de soldados nos campos de batalha a lideranças políticas) do que propriamente, de forma mais ortodoxa, na simples introdução de mais uma designação polemológica, considerando que suas ferramentas estão presentes, são de baixo custo e sua coordenação pode ser realizada por um Estado ou por atores não-estatais e, talvez, reconhecendo-se, em necessária adição, uma diferença marcante entre operações encobertas e dissimuladas. Como o emprego de todas essas especificidades pode criar diversas dificuldades para as forças desdobradas no terreno, seja por problemas em comunicações (por meio de medidas ativas do inimigo), seja por pressões sociopolíticas, derivadas da exibição e manipulação de informações disseminadas através da internet e redes de notícias, resta conclusivo que um conceito assim pode ser manifestado com um propósito útil, ao criar esse tipo (peculiar) de mentalidade. Sabendo do desafio e da complexidade que ameaças “híbridas” oferecem, espera-se, nesse diapasão, que as lideranças políticas entendam os custos ao dispor (ou não) de forças perfeitamente compatíveis para conter tais ameaças.

Nesse sentido, uma abordagem classificatória mais detalhada pode ser adequada ao propósito de conciliar as variadas vertentes conceituais da Guerra Híbrida, inclusive assinalando as diferenças entre as traduções designativas mais amplas de Conflito Híbrido e mais restritas de Guerra Híbrida e as diferentes noções de guerra não-declarada encoberta (oculta e disfarçada; porém sem autoria e/ou atribuição a terceiros) e dissimulada (em regra oculta e disfarçada, ainda que excepcionalmente também ostensiva, mas sempre através da atribuição de falsa autoria a terceiros).

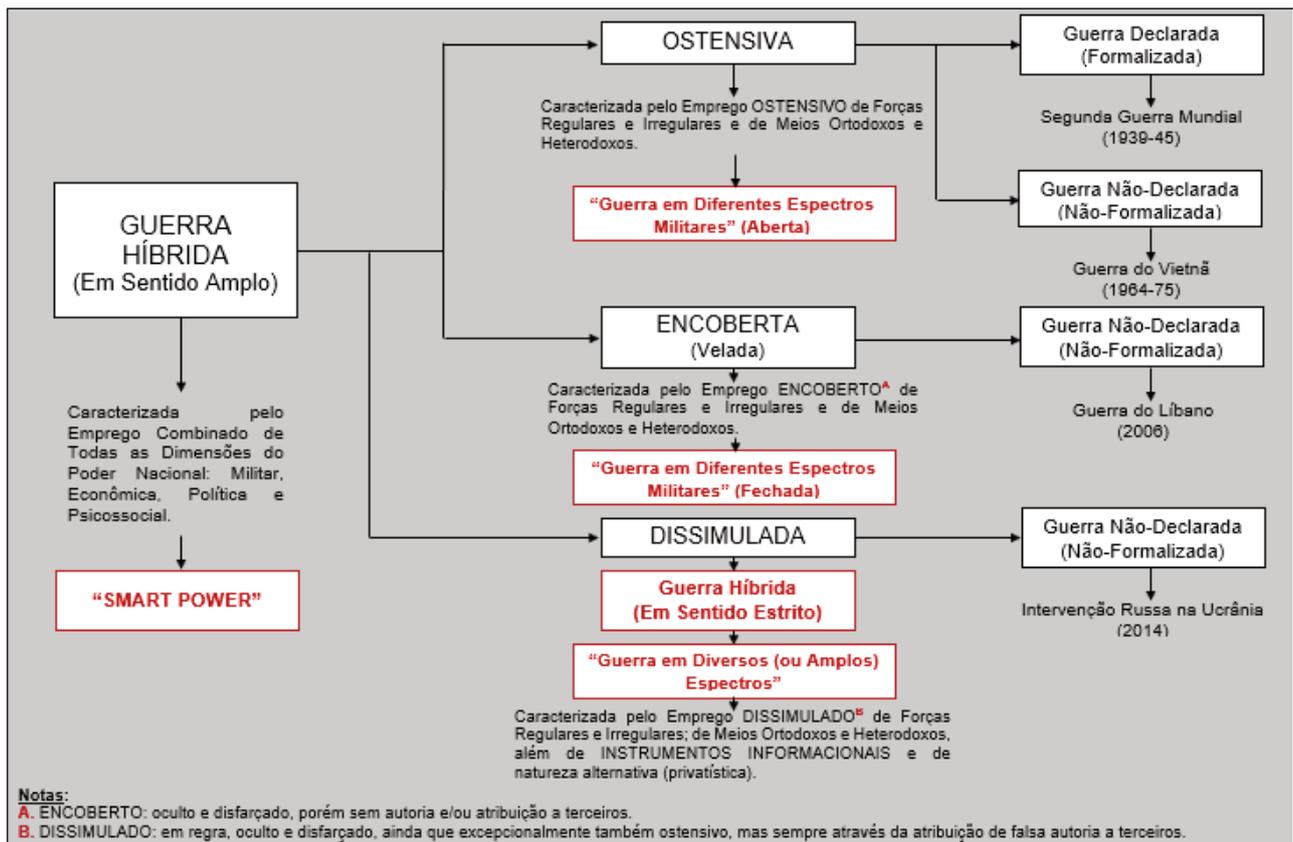


Diagrama 4: Conceito (Amplio) de Guerra Híbrida

É cediço reconhecer, por outro prisma, que o fenômeno Guerra ainda existirá por um bom tempo, mas isso não quer dizer que ele seja imutável ao longo do tempo. Poderão ocorrer mudanças no modo como fazer a guerra, da maneira que se trava combate, mesmo na própria articulação da estratégia. Inovações fazem parte e têm seu papel nos campos de batalha e nos escalões de tomada de decisão. Inovações são, em essência, uma das formas de observação de como o conflito se transforma com fatores diversos como a sociedade, a economia e o surgimento de novas tecnologias. Entretanto, sem dúvida, o conceito de Guerra Híbrida não é, para parcela expressa dos estudiosos da guerra, necessariamente parte disso; ele é mais, para esse conjunto de doutrinadores, fruto de práticas já presentes ao longo do tempo, do que propriamente algo novo (ou inovador) nos conflitos contemporâneos.

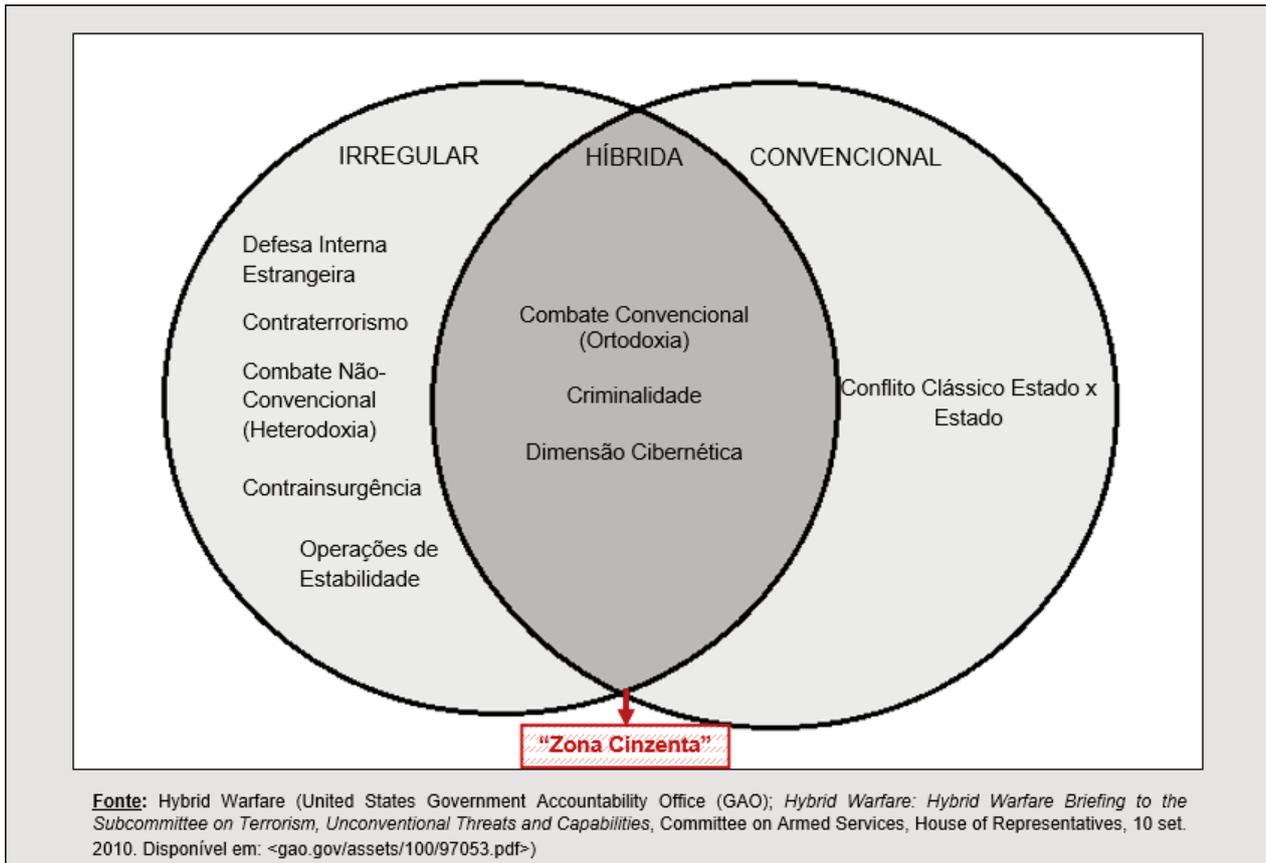


Diagrama 5: Conceito Norte-Americano de Guerra Híbrida

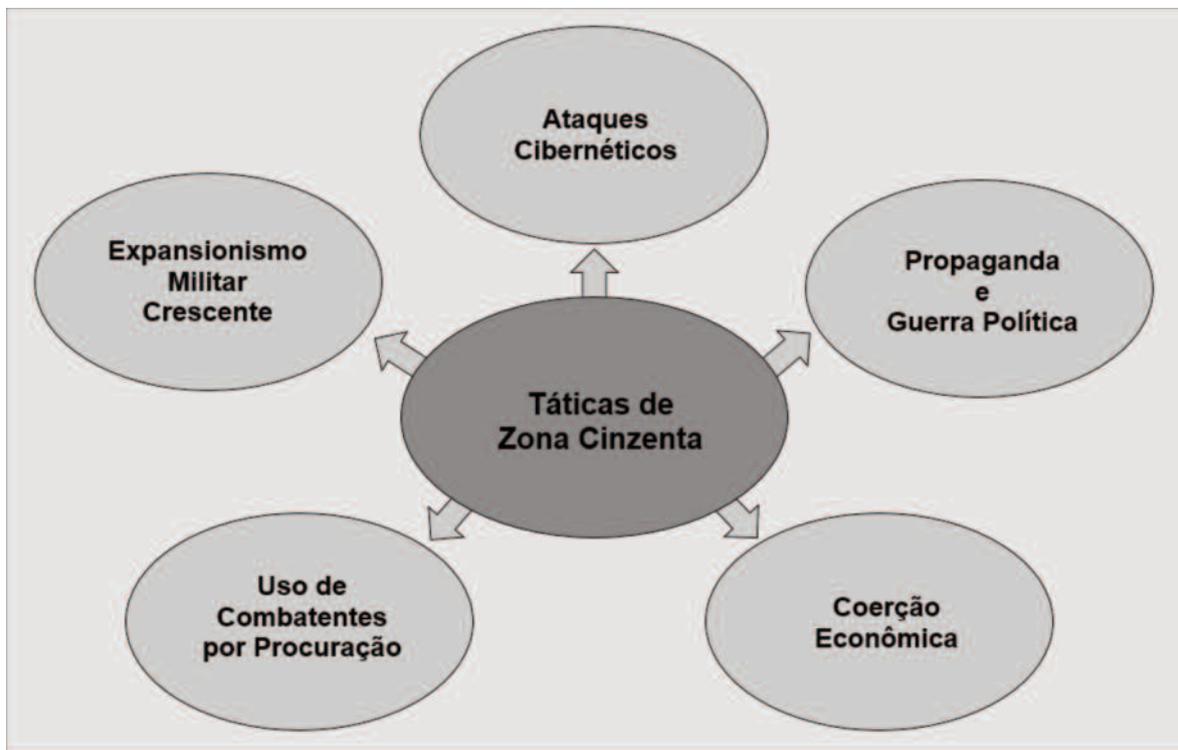


Diagrama 5a: Táticas de Zona Cinzenta

5. Principais Conclusões

Destarte, muitas dúvidas ainda persistirão quanto à perfeita caracterização conceitual, no seio da ciência polemológica, quanto à expressão mais ampla “Conflito Híbrido” e mesmo em relação a sua vertente mais restrita “Guerra Híbrida”. Todavia, esse é o desafio da própria dialética da ciência da guerra e da sociologia dos conflitos e, assim como no passado, muitos conceitos que foram simplesmente ignorados (ou mesmo ridicularizados) se tornaram doutrinas concretas (ex vi a concepção inovadora francesa, do então coronel CHARLES DE GAULLE, sobre a inversão da ordem de batalha, com a concepção clássica da infantaria antes apoiada por blindados, sendo invertida, pelos doutrinadores alemães, na Segunda Guerra Mundial, originando a blitzkrieg), assim como as aparentes “ideias geniais” e inovadoras que simplesmente pereceram no esquecimento dos manuais (ainda que, em algum tempo, as tenham adotado). Valem, portanto, as lições do general prussiano CLAUSEWITZ que, com mérita propriedade, afirmou que a guerra é um camaleão sempre apto a se transformar, incorporando novas (e inovadoras) concepções.

Notas Complementares:

1. Controvérsias sobre a Existência de um Conceito Original e Singular de Guerra Híbrida

Segundo ensinamentos de CESAR CAMPIANI MAXIMIANO (Guerra Híbrida Não Existe: A História Prova, A Defesa Nacional, nº 835, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1º quad. 2018, ps. 4-9), “a ideia de guerra híbrida é uma das mais recentes falácias que polui o pensamento militar da atualidade. Trata-se de mais um arremedo explicativo para quem criou o péssimo hábito intelectual de interpretar guerras pelos contextos táticos e, quando muito, operacionais. Surgida no seio de algumas análises da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a proposição nem mesmo é consenso naquela força, tendo suscitado refutação sólida o suficiente para que seja, no mínimo, analisada com mais seriedade, e, na melhor das hipóteses, abandonada de vez (<www.nato.int/docu/review/2015/Also-in-2015/hybrid-modern-future-warfare-russia-ukraine/EN/>)”. Consoante seu ponto de vista, que também é acompanhado por diversos outros estudiosos da polemologia, a própria história militar recente já faz-se suficiente “para afastar esta ideia, que posa de pretensa mudança na natureza da guerra, mormente para quem está familiarizado com as reflexões de CLAUSEWITZ sobre os conflitos bélicos”.

Em tempos de novas classificações, conceitos e qualificações elaborados sobre os futuros tipos de guerra a serem enfrentados, quase sempre de validade duvidosa, prossegue o autor, resta concluir que as diversas campanhas contemporâneas (com suas correspondentes gramáticas) “permanecem solidamente servindo de referência para estudo para uma variedade enorme de situações complexas e dificuldades enfrentadas que não tiveram precedentes, o que costuma ser o caso em cada nova guerra”.

Todavia, - em sentido diametralmente oposto -, é cediço reconhecer que, pela própria dinâmica evolutiva da polemologia, cada vez mais doutrinadores, - mesmo a par da comprovada existência de

alguns exageros quanto à inauguração de novas classificações, conceitos e qualificações -, têm defendido, em contraposição crítica, a utilização de terminologias específicas que, distante de buscar “confundir a doutrina militar”, objetivam prover maior clareza terminológica para velhos e novos fenômenos observados nos conflitos contemporâneos, notadamente os ocorridos no espectro temporal do pós-Segunda Guerra Mundial, concebendo maior (e imprescindível) precisão vocabular.

A título exemplificativo, não há qualquer dúvida (minimamente razoável) de que, embora não se trate propriamente de um acontecimento novo (e inédito), existem “conflitos de baixa intensidade” que se tornaram, a partir do advento das armas de destruição em massa (notadamente os artefatos termonucleares), muito mais comuns no contexto geopolítico atual, impondo a utilização de sua concepção conceitual de forma muito diferente do passado, quando esta modalidade de guerra (ou, em termos mais técnicos, natureza conflitual) era muito menos verificada e, portanto, conhecida e estudada.

Nesse particular, apesar de todas as efetivas e potenciais críticas, é ponderável o emprego da expressão “Guerra Híbrida” (ainda que sem a precisa “posição enciclopédica” de tipo ou modalidade de guerra, mas sim, alternativamente, como designativa da natureza intrínseca do conflito associado) para posicionar doutrinariamente determinadas expressões conflituais contemporâneas inéditas (ou, no mínimo, que se tornaram mais comuns nos dias atuais), fazendo-se mais precisa a gramática polemológica.

“Pode-se cogitar (pela existência) de um conflito no qual os atores, estatais e não-estatais, exploraram todos os modos de guerra simultaneamente, empregando armas convencionais avançadas, táticas irregulares, tecnologias agressivas, terrorismo e criminalidade, visando desestabilizar a ordem vigente: é o que se denomina por ‘Guerra Híbrida’” (FREDERICO ARANHA; Guerra Híbrida: Breve Ensaio, Defesanet, Brasília, 30 abr. 2015. Disponível em: <www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/18978/GUERRA-HIBRIDA-%E2%80%93-Breve-Ensaio-/>. Acesso em: 22/09/2017)

Resta evidente que a combinação dessas diferentes características (meios ortodoxos e heterodoxos combativos e outros tantos contrapontos bélicos), - a que se convencionou chamar de “Guerra Híbrida” -, muito provavelmente, já foi constatada em situações pretéritas de guerra, nas quais, à época, nem se cogitou formular novas conceituações e definições para interpretar os eventos então enfrentados. Contudo, tal fato, ainda que verdadeiro (em sua essência), não retira a atual necessidade classificatória, sobretudo se entendermos que esta modalidade (nova ou “recauchutada”) passou a ostentar uma importância (em termos de ocorrências e de maior precisão modelar) que jamais foi experimentada no passado.

“Uma das maneiras em que podemos entender a ‘Guerra Híbrida’ é como aceitar, *prima facie*, esta mistura diversificada de tipos de guerra que, em termos de WITTGENSTEIN, se sobrepõem e se cruzam. A ‘Guerra Híbrida’, então, pode consistir, de forma seletiva e às vezes simultânea, em perseguir (ou evitar) todas e quaisquer possíveis formas de guerra em todo o espectro do conflito.

Dado o escopo abrangente da ‘Guerra Híbrida’, os recursos de um grande estado-nação industrializado seriam uma condição necessária para travar o mencionado confronto bélico, e isto distingue claramente a ‘Guerra Híbrida’ da ‘Guerra Irregular’, partidária, ou não convencional no sentido estrito. Apenas as entidades não-estatais mais bem-sucedidas e bem financiadas poderiam aspirar à gama de operações implícitas na ‘Guerra Híbrida’, e, na medida em que uma das características essenciais nesta modalidade conflitual é a utilização coordenada das forças regulares e irregulares, a entidade não-estatal sem forças regulares não estaria, por definição, em posição de combater a ‘Guerra Híbrida.’” (Entendendo a Guerra Híbrida: Uma Análise Explicativa, Traz a Definição de Guerra, Não-Guerra e Tipos de Guerra; Dinâmica Global, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <http://dinamicaglobal.wordpress.com/2016/08/31entendendo-a-guerra-hibrida-uma-analise-explicativa-tras-a-definicao-de-guerra-nao-guerra-paz-e-tipos-de-guerra/> Acesso em 22/09/2017)

A própria OTAN se encarregou de elaborar uma definição (específica) para a “Guerra Híbrida”, registrando a expressão em um contexto concepcional evolutivo, inerente à própria dialética da ciência polemológica no particular sentido da ampliação de seu vocabulário, sem, no entanto, registrar tratar-se, necessariamente, de uma nova modalidade de conflito, permitindo, muito acertadamente, a conclusão no sentido de configurar-se em uma nova faceta concernente à natureza de determinados tipos de guerra já consagrados pela polemologia.

“Uma ameaça híbrida é aquela oferecida por qualquer adversário atual ou potencial, incluindo estatais, não-estatais e terroristas, com a capacidade, seja ela comprovada ou provável, de empregar simultaneamente meios convencionais e não convencionais de maneira adaptável, na busca de seus objetivos.” (NATO Military Working Group - Strategic Planning & Concepts, fev. 2010)

Ainda assim, resta absolutamente salutar, para uma maior reflexão sobre a temática epigrafada, as considerações (adicionais) de CESAR CAMPIANI MAXIMIANO (Guerra Híbrida Não Existe: A História Prova, A Defesa Naval, nº 835, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1º quad. 2018, ps. 4-9) no sentido da (eventual) pouca utilidade dos novos termos e conceitos polemológicos, em especial a caracterização assertiva de uma “Guerra Híbrida”.

“A literatura sobre guerra e estratégia tem contato com poucos textos esclarecedores desde a elaboração dos grandes clássicos do século XIX. O simples teste de perguntar ‘esta nova definição é útil?, ela realmente ajuda?’ pode salutarmente ser aplicado a cada nova discussão emergente sobre as mudanças e possíveis inovações que os analistas, a cada geração, declaram ser capazes de observar nas guerras. O fato é que, comumente, inúmeras conceituações estrepantes não só não ajudam (como, ao reverso) confundem. Em seu capítulo no livro Rethinking the Nature of War, M. R. L. SMITH foi capaz de expressar calmamente a inutilidade de algumas delas, como a de LIC (Low Intensity Conflict). Mesmo em uma situação de combate supostamente ‘de baixa intensidade’, em um grupo de combate (GC) moderno age e opera da mesma maneira que seus precursores no início do século XX. De fato, um GC organizado e treinado nos padrões da Primeira Guerra Mundial seria perfeitamente capaz de entender situações táticas

contemporâneas e atuar no combate moderno. E isto, apesar de ter sido concebido no contexto de uma das mais mortíferas guerras de atrito já enfrentadas pela humanidade. Do ponto de vista de quem opera no espectro tático, um conflito de ‘baixa intensidade’ pode ser tão letal quanto qualquer outro.

Esta comparação, sobretudo, é ainda superficial: se as dificuldades táticas podem ser mais ou menos graves, elas pouco dizem sobre questões subjacentes de natureza política que podem rapidamente fazer com que um conflito com um número relativo de baixas se transforme em um verdadeiro sumidouro de combates. ‘Baixa intensidade’ é um adjetivo eufemístico que incorre no perigo de subestimar a gravidade e a complexidade de uma crise. A ideia de Low Intensity Conflict cai por terra: empregar o conceito é interpretar conflitos por seu contexto tático, e não a partir de considerações sobre suas origens históricas, geográficas, étnicas, culturais, sociais e econômicas - enfim, políticas.

Como explica a própria conceituação de proponentes da ‘Guerra Híbrida’, esta é primordialmente o recurso dos beligerantes que apresentam maior grau de efetividade militar (conceito aprimorado dos anos 80 por MILLET e MURRAY, que expressa uma das mais válidas contribuições para o debate sobre estratégia). Recordando a explanação oferecida pelos proponentes da ‘Guerra Híbrida’, somente as nações altamente industrializadas e desenvolvidas seriam capazes de se valer da economia de recursos que possibilitem operar em tão diferentes ‘espectros’. Se nos for permitido converter essa ideia de ‘alta industrialização’ para um conceito mais consistente, como o da efetividade militar, podemos imaginar o seu suprassumo no seu desempenho Aliado dos anos finais de 1944 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial. ‘Efetividade militar’ é simplesmente a capacidade de transformar recursos em poder de combate.”

A par de todas essas considerações, apresenta-se mais ponderável a posição que, - reconhecida a existência dos “embates híbridos” como um fenômeno não propriamente inovador, mas certamente mais comum (em termos de ocorrência), notadamente no presente século XXI -, o classifica como inerente à natureza do conflito, removendo-o da categoria, mais ampla, de nova modalidade de guerra, conforme, inclusive, registrado em alguns documentos oficiais da OTAN e, em parte, na doutrina das forças armadas estadunidenses.

2. Opinião Pública, Opinião do Público e Opinião Popular

É importante diferenciar as expressões opinião pública e opinião do público, posto que uma não se confunde com a outra, muito embora seja corrente, na linguística popular, a pseudo-sinonímia entre ambas.

Em essência, a primeira reflete a opinião publicada, divulgada e, portanto, formal, manipulada (ou, no mínimo, manipulável) por sua própria característica formalizante e continente, e, portanto, pode ser traduzida de uma inverdade.

A verdade é uma mentira bem contada (ANDRÉ MIRANDA; Sobre a Boneca de Pano Emília de MONTEIRO LOBATO, O Globo - Rio Show 13/01/2018, p. 11)

Muitas vezes a verdade é menos importante que a versão que se deseja acreditar (REIS FRIEDE; Fragmento de Palestra proferida na Escola Superior de Guerra sobre o Poder Judiciário no século XXI, em 02/08/2017)

A segunda, ao contrário, possui o conteúdo (e não apenas o continente ou o envoltório da forma), a substância e, por que não dizer, o mérito do substrato último da genuína opinião, ainda que oculta, por não manifesta (e, por esta específica razão, não passível de qualquer tipo de distorção ou mesmo manipulação).

A opinião do público é, nesse aspecto, a opinião do povo (transcendendo o simples conceito de opinião popular), diferentemente da opinião pública que, na maioria dos casos, é simplesmente a opinião de alguém ou de algum setor da sociedade, em particular, interessado, única e exclusivamente, em legitimar (ou mesmo mascarar) a sua opinião particular, por meio da divulgação e, conseqüentemente, formalização (manipulada e distorcida) da opinião do público.

A mídia cria diariamente a sua própria narrativa sobre o mundo e a apresenta ao público como se essa narrativa fosse a própria história do mundo. Os fatos, transformados em notícia, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos (JOSÉ ARBEX JR.; Telejornalismo: Mídia e História no Contexto da Guerra do Golfo, São Paulo, USP, 2000, p. 67)

(...) a opinião pública não nasce no abstrato. Forma-se a partir da informação de que dispõe a sociedade. Nesse sentido, a opinião pública é, na maior parte das vezes, filha dileta da opinião publicada e divulgada maciçamente pelos meios de comunicação. (RENATO DE MORAES; Constituição, Doa a Quem Doer, O Globo, 02/06/2018, p. 17)

Aliás, nesse contexto analítico, nunca é demais lembrar a visão de MAX WEBER, segundo a qual repetir a mentira por diversas vezes resulta em transformá-la em verdade, o que bem reflete a concepção da formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, mormente nos países cujo regime político democrático é meramente aparente ou formal. Neste sentido, merece ser transcrito o apelo de JOSEMARÍA ESCRIVÁ em defesa do maior grau de responsabilidade dos homens à frente dos meios de comunicação.

Peço a vocês que difundam o amor ao bom jornalismo, que é aquele que não se contenta com rumores infundados, com boatos inventados por imaginações febris. Informem com fatos, com resultados, sem julgar intenções, mantendo a legítima diversidade de opiniões, num plano equânime, sem descer ao ataque pessoal. É difícil que haja verdadeira convivência onde falta verdadeira informação; e a informação verdadeira é aquela que não tem medo da verdade e que não se deixa levar por desejos de subir, de falso prestígio ou de vantagens econômicas (Fragmentos da entrevista concedida à ANDRÉS GARRIGÓ, publicada em Gaceta Universitaria, Madrid, 1967).

Portanto, se é fato conclusivo que a liberdade de informação é um dos pilares fundamentais da democracia, é igualmente importante consignar que esta não se confunde com a liberdade de opinião (típico do chamado “jornalismo opinativo”), ainda que esta última também seja, – mesmo que reconhecidamente em menor expressão –, aspecto basilar do regime democrático.

A liberdade de informação (e não a liberdade de opinião) é dever do jornalista e direito do público (BARBOSA LIMA SOBRINHO; Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, em 17/7/2000, O Globo 12/04/2018, p. 17)

3. Guerra Híbrida

Ao contrário da percepção popular de guerra, restrita aos enfrentamentos bélicos no campo de batalha, a concepção moderna de conflito abrange diversos outros aspectos que, em face de sua complexidade, nem sempre estão “diante aos olhos” menos atentos daqueles que não lidam com aspectos próprios e conceituais da polemologia.

Neste particular, a chamada Guerra Híbrida perpassa por estes aspectos, que, segundo alguns estudiosos do tema, podem ser descritos através de fatores não própria e restritivamente militares, como, por exemplo, a interferência política direta e indireta; a disseminação de notícias falsas e a ingerência em campanhas eleitorais, além de toda a sorte de manobras diplomáticas, com o dissimulado propósito de isolar o país inimigo, empregando (em eventual reforço) forças irregulares (tais como guerrilhas) e até mesmo cyber-attacks.

Um dos exemplos mais antigos de Guerra Híbrida remete ao líder lusitano VIRIATO (181-139 a.C.) que combateu o exército romano na Lusitânia. VIRIATO usava de táticas de guerrilha, em conjunto com a disseminação de notícias falsas entre os soldados romanos para desorganizar as facções adversárias. Exemplos mais recentes são, entretanto, a Revolução Americana (1775-83) e as Guerras Napoleônicas (1803-15).

No século XX, a principal ferramenta da Guerra Híbrida foi a ampla disseminação de notícias falsas, o uso de forças irregulares e manobras diplomáticas (muitas vezes dissimuladas) para atrair aliados, isolando o inimigo.

Na atual centúria, o Hezbollah é amplamente reconhecido como um dos principais agentes da Guerra Híbrida, considerando que é, em grande medida, usado pelo Irã para atacar indiretamente o Estado de Israel.

Mais recentemente, com o advento da Web 2.0 e o conseqüente crescimento das redes sociais, a Guerra Híbrida encontrou um novo ambiente conflitivo, valendo registrar, como exemplo, o fato de a disputa na região da Crimeia ter sido travada especialmente através da internet, com ambos os lados acusando-se mutuamente pelo emprego da disseminação de notícias falsas (pela rede), com a conseqüente inflamação dos grupos pro-Ucrânia e pro-Rússia.

4. Guerra Híbrida: Conceito, Evolução Concepcional, Controvérsias Acadêmicas e Doutrina Polemológica

A Guerra Híbrida, a par de todas as importantes controvérsias doutrinárias, pode ser conceituada, ainda que em uma abordagem simplificada, como uma modalidade de combate militar que mescla táticas de guerra convencional (ortodoxa), guerra irregular (e demais meios heterodoxos), guerra informacional e ciberguerra com outros métodos de influência, tais como diplomacia, lawfare e intervenção eleitoral externa (REID STANDISH; Inside a European Center to Combat Russia's Hybrid Warfare, Foreign Policy, disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/01/18/inside-a-european-center-to-combat-russias-hybrid-warfare/>, acesso: 12 jul. 2021). Ao combinar operações de campo com esforços de subversão à ordem estabelecida, o agressor pretende evitar, - particularmente na modalidade dissimulada (ou Guerra Híbrida em sentido estrito) -, a sua correspondente responsabilização político-jurídica e, conseqüentemente, a possibilidade de eventuais retaliações (PETER PINDJÁK; Detering Hybrid Warfare: a Chance for NATO and the EU to Work Together?, disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2014/11/18/detering-hybrid-warfare-a-chance-for-nato-and-the-eu-to-work-together/index.html>, acesso: 12 jul. 2021).

Não por outra razão, a locução Guerra Híbrida também pode ser utilizada para descrever a dinâmica complexa e flexível do espaço de batalha (em suas diferentes dimensões: humana, física e informacional), demandando, em contraposição, uma resposta altamente adaptável e resiliente (ELIZABETH MONTALBANO; Auditors Find DoD Hasn't Defined Cyber Warfare, disponível em: <https://www.darkreading.com/risk-management/auditors-find-dod-hasnt-defined-cyber-warfare/d/d-id/1092427>, acesso: 12 jul. 2021).

Existe uma variedade de (outras) expressões comumente empregadas para se referir ao conceito de Guerra Híbrida: Ameaças Híbridas, Influência Híbrida, Adversário Híbrido, Guerra Não-Linear, Guerra Não-Tradicional, Guerra Especial, dentre outras de menor verificação na literatura especializada. As organizações das Forças Armadas dos Estados Unidos tendem (preferivelmente) a utilizar a titulação Ameaça Híbrida, ao passo que a doutrina russa a expressão Guerra Não-Linear e a gramática acadêmico-polemológica a designação Guerra Híbrida.

Inobstante as inerentes divergências doutrinárias a respeito da própria formação da noção concepcional de Guerra Híbrida, é importante esclarecer que a polemologia tem, de modo geral, admitido, - a partir de uma tradução conceitual ampla -, algumas modalidades (diferenciadas) de conduzir uma guerra (ou travar um conflito, em linguagem mais apropriada) que têm sido aceitas como passíveis de tradução como Guerra Híbrida.

Por conseqüência, em seu sentido mais elástico, existiria, em tese, o “hibridismo conflitual” quando atores estatais (e eventualmente não-estatais, sejam para ou transestatais, associados, portanto, direta, indiretamente ou completamente independente em relação a um Estado) empregam uma combinação apropriada (e singular para cada Hipótese de Conflito – HC) entre as próprias expressões do Poder Nacional, utilizando, em concomitância com o Poder Militar (também em diferentes configurações e espectros), o Poder Político (incluindo a diplomacia), o Poder Econômico (com sanções econômicas, por exemplo) e notadamente o Poder Psicossocial; em um arranjo (adequado a cada caso) que também é conhecido na literatura especializada por “Smart Power”.

Em vertentes derivadas, a Guerra Híbrida, adicionalmente, também pode ser subdividida nas formas Ostensiva (Declarada/Formalizada ou Não-Declarada/Não-Formalizada); Encoberta (Velada); e Dissimulada.

As duas primeiras caracterizam-se pelo emprego da estratégia de combinação de forças regulares e irregulares (meios ortodoxos e heterodoxos) através do que se convencionou chamar de “Guerra em Diferentes Espectros Militares” ou “Guerra em Duplo Espectro”, aberta (na hipótese da Guerra Híbrida Ostensiva) ou fechada (no caso da Guerra Híbrida Encoberta ou Velada).

A terceira modalidade (a Guerra Híbrida Dissimulada), por sua vez, corresponde à Guerra Híbrida propriamente dita (ou Guerra Híbrida em Sentido Estrito) e é caracterizada pelo emprego dissimulado de forças militares regulares e irregulares (meios ortodoxos e heterodoxos) em associação com os demais instrumentos informacionais e de natureza alternativa que aludem ao campo privatístico e que refogem (completamente), por seu turno, aos conceitos mais abrangentes de “guerra” para se refugiarem no escopo de atuação conflitual por negação, retirando, portanto, o aspecto (intrínseco) da coatividade (obediência) inerente à polemologia para ingressar na esfera da coercitividade (imposição), mais próxima da ciência do direito (e de sua exteriorização, conhecida por *lawfare*).

Dessa feita, por intermédio da Guerra Híbrida propriamente dita, procura-se, indiretamente, a modificação de um sistema político (ou seja, a alteração do regime de um Estado, incluindo a substituição de seus líderes) por meio da imposição de um novo regramento legal sem que se precise utilizar necessariamente a força militar direta com a sua correspondente coatividade, gerando a obediência ostensivamente forçada.

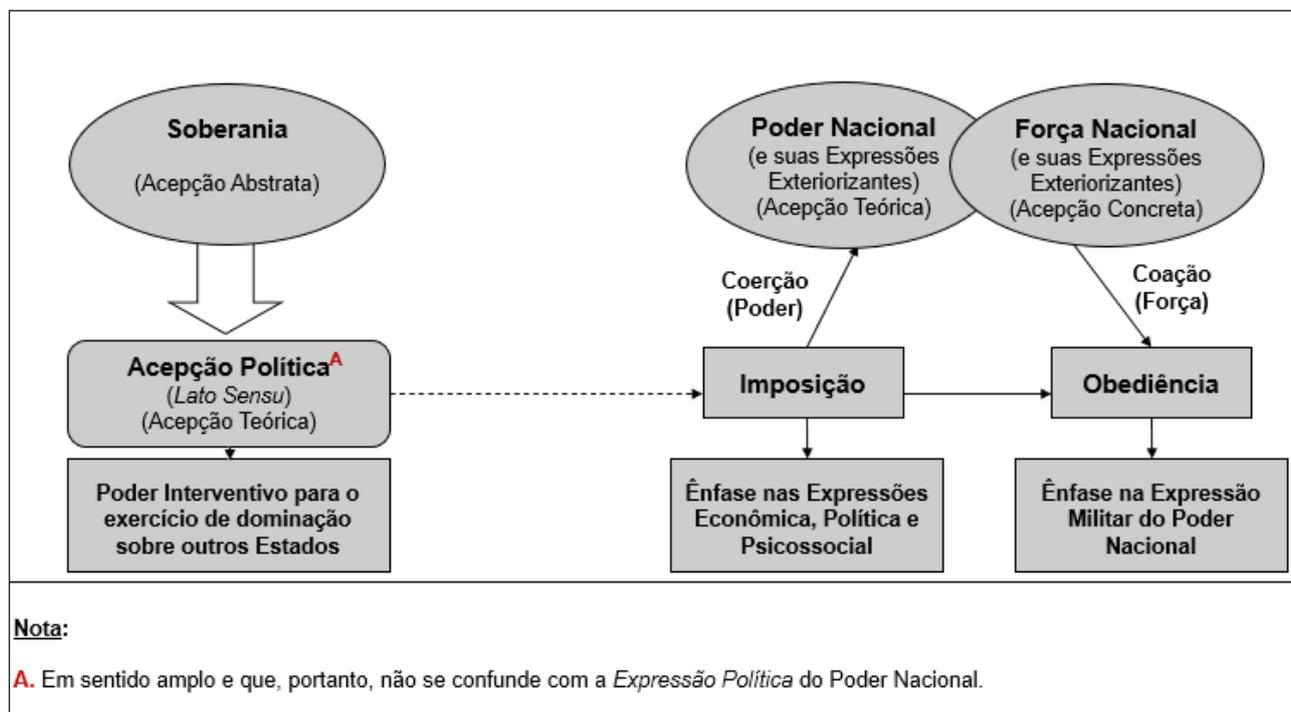


Diagrama 6: Concreção Efetiva do Poder Político Sobre Outros Estados

Não sem motivo, a diferenciação clássica entre poder e hegemonia e, conseqüentemente, a necessária distinção entre domínio efetivo e domínio psicológico.

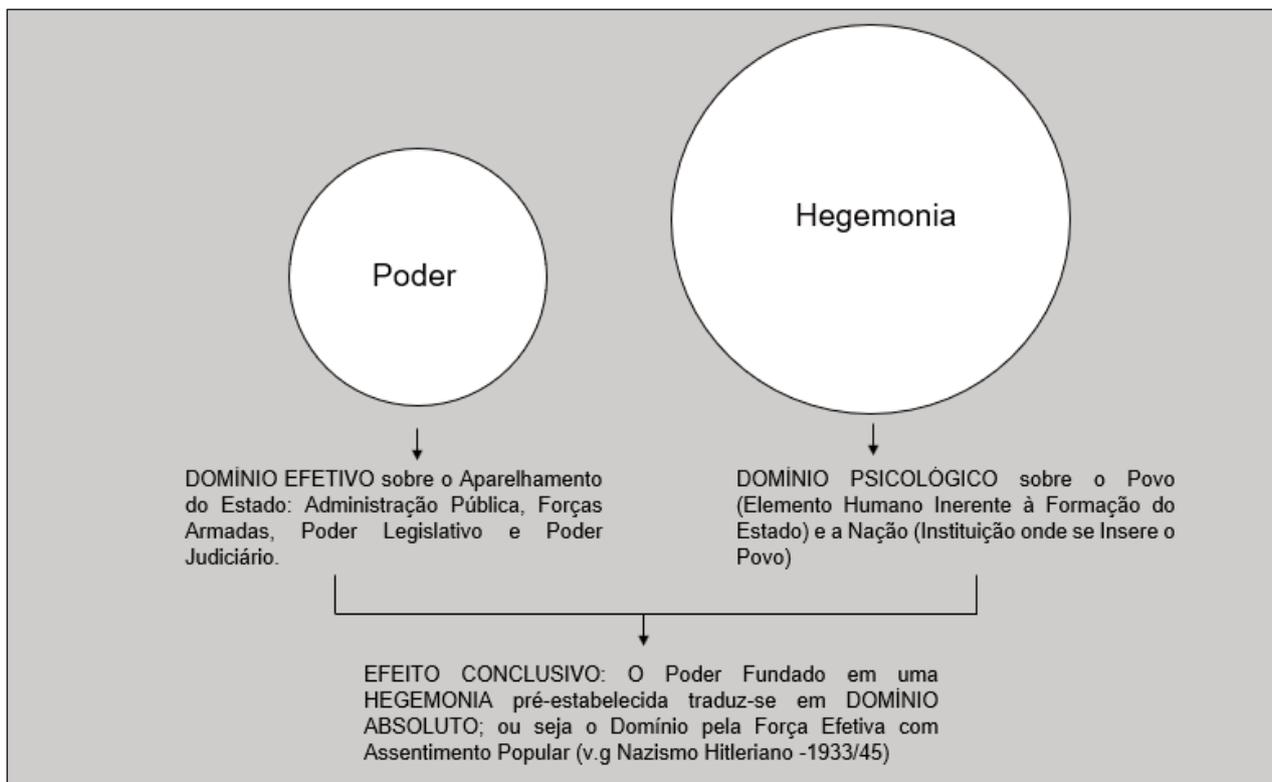


Diagrama 7: Poder e Hegemonia

5. Doutrina GERASIMOV - Como a Rússia Luta as Suas Guerras

“As regras da guerra mudaram. O papel dos meios não militares na conquista de objetivos políticos e estratégicos aumentou. Neste novo mundo, os meios militares atuam apenas como um complemento oculto.” Estas palavras foram escritas pelo General VALERY GERASIMOV em fevereiro de 2013, quando recém-empossado no cargo de Chefe do Estado-Maior da Rússia. Formado pela Escola de Comando de Tanques de Kazan, ele iniciou uma vertiginosa escalada na hierarquia militar soviética na segunda metade dos anos 1970. No começo dos anos 1990, posteriormente ao colapso da União Soviética, experienciou a sua primeira incumbência operacional na condução da 144ª Divisão de Infantaria no Distrito Militar do Báltico e, logo depois de concluir a Academia do Estado-Maior, assumiu, no final da década de 1990, o controle do 58º Exército Russo no Distrito Militar do norte do Cáucaso, a tempo de participar da Segunda Guerra da Chechênia (1999-2000), conflito no qual liderou diretamente mais de 80 mil homens.

A Rússia, humilhada pela acentuada derrota sofrida na Primeira Guerra da Chechênia (1994-96), buscava uma resolução rápida para o novo embate, momento no qual GERASIMOV, à frente do 58º Exército Russo, ficou responsável pela ofensiva contra os rebeldes. As baixas foram altíssimas para

ambos os lados, com a Rússia perdendo um número estimado em quase oito mil soldados. Porém, ao fim de nove meses, os russos alcançaram a vitória, êxito que aumentou a fama e a influência de GERASIMOV e o levou a exercer a administração de diversos distritos militares, como o de Leningrado (em 2006), o de Moscou (em 2009) e, finalmente, o Distrito Central (em 2012), bem como possibilitou o desempenho da função de diretor da tradicional parada militar no Dia da Vitória, na Praça Vermelha.

Em novembro de 2012, após o Presidente VLADIMIR PUTIN demitir o General ANATOLY SERDYUKOV, o posto de Chefe do Estado-Maior foi concedido a GERASIMOV, tendo este ainda ascendido, em 2014, a General de Exército, maior patente da hierarquia militar russa. Este cargo viabilizou a decisão de invadir a Crimeia em fevereiro de 2014, com GERASIMOV destinando diversos recursos para o apoio e o treinamento dos separatistas pró-russos na região ucraniana de Donbass.

A partir de 2015, notabilizou-se também na intervenção russa na Guerra Civil Síria, - muito usada para o teste de novas armas e equipamentos, assim como para o aproveitamento de modernas doutrinas de emprego de soldados, blindados e aeronaves. Neste sentido, um artigo redigido em fevereiro de 2013, de autoria de GERASIMOV, consolidou a base da denominada guerra híbrida russa, - conceito que envolve a aplicação de táticas militares, tecnológicas, econômicas, culturais, diplomáticas e de informação de modo a garantir o alcance de propósitos estratégicos importantes, como a conquista de um país e a subjugação de um adversário. De acordo com a publicação realizada por MARK GALEOTTI, GERASIMOV expandiu uma ideologia russa estabelecida por YEYGENY PRIMAKOV logo após a ruína soviética, na qual previa o aproveitamento de ferramentas e instrumentos não militares, dentre eles a pressão econômica e a manipulação da opinião pública, para o enfraquecimento da influência dos Estados Unidos e da OTAN no Leste Europeu.

O escrito de GERASIMOV oficializou nas Forças Armadas uma concepção que, até então, limitava-se às academias militares, na qual os aspectos militar, político, econômico, social, diplomático, comportamental e informacional estão unidos e devem ser trabalhados em sincronia em qualquer conflito, utilizando soldados, empresários, políticos e até mesmo hackers para este fim. Em 2014, um clássico exemplo da aplicação da Doutrina GERASIMOV pôde ser verificado na Ucrânia, onde, de acordo com o Kremlin, os tumultos conflagrados no país em janeiro e fevereiro de 2014 foram apoiados e financiados pelos EUA, pela OTAN e pela União Europeia. Contudo, o governo russo também atuou naqueles protestos, contribuindo para levar as tensões a um ponto de ruptura e utilizando-se disto como justificativa para a invasão da Crimeia apenas cinco dias depois da queda do presidente ucraniano pró-Rússia VIKTOR YANUKOVYCH.

Atualmente, ex-repúblicas soviéticas inseridas na OTAN acusam a Rússia de aplicar a Doutrina GERASIMOV, com destaque para a Estônia e a Letônia, países fronteiriços ao território russo. Igualmente, podem ser vistos vários ideais do general na recente ofensiva contra a Ucrânia, que foi antecedida por poderosos ataques hackers contra instituições e que está sendo acompanhada por uma potente investida russa nas mídias, demonstrando a ocorrência de uma verdadeira guerra de informação a nível mundial.

Como manifestou GERASIMOV em 2013, “os meios militares são apenas complementos ocultos em um conflito moderno, com as principais batalhas decorrendo nos corações e nas mentes das

peças”. Portanto, faz-se interessante observar que é desta forma que a Rússia luta suas guerras. (cf. Canal Hoje no Mundo Militar, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aMr7KT6RTLY>, acesso: 16 mar. 2022)

Principais Referências Bibliográficas:

CESAR CAMPIONI MAXIMIANO. **Guerra Híbrida - a História Prova**. A Defesa Nacional. nº 835, 1º Quadrimestre de 2018. Rio de Janeiro.

COLIN S. GRAY. **Recognizing and Understanding Revolutionary Change in Warfare: The Sovereignty of Context**. Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2006.

EVALDO CABRAL DE MELLO. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2007.

GJORGJI VELJOVSKI, NENAD TANESKI & METODIJA DOJCHINOVSKI (2017): **The danger of “hybrid warfare” from a sophisticated adversary: the Russian “hybridity” in the Ukrainian conflict**. Defense & Security Analysis. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14751798.2017.1377883>.

MARK GALEOTTI. **I’m Sorry for Creating the ‘Gerasimov Doctrine’**. Foreign Policy, 5 de março de 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/03/05/im-sorry-for-creating-the-gerasimov-doctrine/>.

MICHAEL DUFFY. **The Sahel, Libya, and the Crime-Terror Nexus**. Foreign Policy Journal, 30 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2015/10/30/the-sahel-libya-and-the-crime-terror-nexus/>.

MICHAEL EVANS (2005) **Elegant irrelevance revisited: A critique of fourth-generation warfare**. Contemporary Security Policy, 26:2, 242-249. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13523260500211140>.

MICHAEL HOWARD. **The Invention of Peace: Reflections on War and International Order**. New Haven, CT: Yale University Press, 2001.

PAVEL POLITYUK. Ukraine points finger at Russian security services in recent cyber attack. Reuters, 1 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-cyber-attack-ukraine-idUSKBN19M39P>.

REIS FRIEDE. Palestra **O Combate à Corrupção no Brasil e as Consequências para o Continente Americano**, proferida na Junta Interamericana de Defesa (JID), Washington, D.C., em 06/03/2019.

REIS FRIEDE. **Reflexões sobre Segurança Pública e Corrupção**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 2019.

ROBERT JOHNSON (2018) **Hybrid War and Its Countermeasures: A Critique of the Literature**. *Small Wars & Insurgencies*, 29:1, 141-163. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592318.2018.1404770>.

WILLIAMSON MURRAY; PETER MANSOOR. **Hybrid Warfare: Fighting Complex Opponents from the Ancient World to the Present**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

Espionagem como objeto de História Política e Militar: Possibilidades e Perspectivas

Thiago da Silva Pacheco¹

RESUMO: a Espionagem se trata de uma atividade particularmente sensível, cujo sucesso ou fracasso pode acarretar consequências sérias no tocante a decisões políticas, diplomáticas e militares. Tema recorrente nas diferentes mídias, a Espionagem é também encontrada em todas as temporalidades da História, o que a torna um objeto potencialmente rico e relevante para os historiadores. Contudo, embora não faltem estudos - teóricos, conceituais ou de caso - acerca de missões e agentes secretos, inexistente uma discussão teórico-metodológica que aborde em sentido histórico a Espionagem e, ato contínuo, as Operações Encobertas - que é um conceito distinto, porém relacionado, à Espionagem. Neste artigo, buscamos exatamente refletir acerca de perspectivas e possibilidades práticas para abordagens acerca da Espionagem e das Operações Encobertas, enquanto objetos situados entre a Nova História Política e a Nova História Militar. Não tendo a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário, objetivamos aqui incitar, propor e debater possíveis trabalhos nestas temáticas.

Palavras-Chave: Espionagem, Operações Encobertas, História Política, História Militar.

ABSTRACT: Espionage is a particularly sensitive activity, and the success or failure of which can have serious consequences for political, diplomatic and military decisions. A recurring theme in different medias, espionage is also found in all periods of history, which makes it a potentially rich and relevant subject for historians. However, although there is no shortage of studies - theoretical, conceptual or case studies - about missions and secret agents, there is no theoretical-methodological discussion that addresses Espionage in a historical sense and, at the same time, Covert Actions - which is a distinct but related concept to Espionage. In this article, we seek precisely to reflect on perspectives and practical possibilities for approaches to Espionage and Covert Actions, as objects situated between the New Political History and the New Military History. We don't intend to exhaust the subject; on the contrary, our aim here is to encourage, propose and debate possible work on these themes.

Keywords: Espionage, Covert Actions, Political History, Military History.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Ateliê de Humanidades.

Introdução

O termo Espionagem costuma ser usado de forma muito ampla. Pode se referir desde o ato de bisbilhotar intimidades até o uso de tecnologias engenhosas para obtenção de dados sigilosos, passando por violações de privacidades, missões secretas e pelo trabalho de agentes em missões de assassinato, sabotagem, sequestro, resgate etc. O termo é, inclusive, evitado, devido a negativa carga moral e jurídica que carrega consigo (CEPIK, 2003, p.36).

Mas, em sentido estrito, espionagem se refere especificamente ao trabalho de mulheres e homens que, infiltrados ou partícipes de determinados espaços sociais, secretamente fornecem informações relevantes a uma determinada pessoa ou instituição. Quando colocamos o termo dentro desta definição, falamos de uma atividade relacionada ao que vem sendo classificado como Inteligência que, por sua vez, é, em síntese, a produção de conhecimento a partir da coleta e análise de dados. Este conhecimento se destina a um governante ou comandante, com o objetivo de abalizar suas decisões, tendo como indicadores sua relevância, a rapidez de sua entrega e a precisão de seus apontamentos (SIMS, 1995). Esta definição, noutra perspectiva não excludente, também seria a de disputa pelo segredo entre órgãos estatais, militares e /ou industriais (SHULSKY, 1995), ou uma Guerra nas Sombras – posto que lutada “nos bastidores do poder” - no entender de Woloszyn (2013, p.7).

Assim colocado, a espionagem se insere na Inteligência como uma dentre tantas formas de coleta de dados, para a produção de informações e para a obtenção de segredos. Estas formas de coleta são chamadas de “fontes”, no linguajar referente à literatura de Inteligência (ANTUNES 2002, CRUMPTON 2013), sendo espionagem parte do que normalmente se nomina fontes humanas, as quais, representadas pela sigla *HUMINT* (CEPIK, 2003, p.36)², englobam os dados adquiridos e transmitidos por pessoas. Assim, quando falamos de *HUMINT*, falamos de espiões ou informantes especificamente recrutados, treinados, pagos e/ou infiltrados por uma agência, de patrulhas em áreas ocupadas ou fronteiriças, de colaboradores esporádicos, de traidores e de populações migradas ou refugiadas, que são interrogadas de diferentes formas (HERMAN, 1996, p. 61-66). Isto diferencia estas fontes dos dados obtidos por interceptação de sinais (*SIGINT*), ou obtidos por fontes não sigilosas, como jornais, revistas, estudos acadêmicos, imagens liberadas ao público e internet (*OSINT*), entre outros tipos mais específicos³.

Nesta mesma direção, considerando que a espionagem é uma atividade se define como algo secreto - o que nos leva de volta à definição da Inteligência como disputa pelo segredo (SHULSKY, 1995) e uma “guerra nas sombras” (WOLOSZYN, 2013) – chegamos à uma atividade análoga, porém distinta, cujos fins vão além da coleta de dados. A tais atividades, a literatura especializada tem chamado de Operações Encobertas, que se constituem de missões como propaganda, desinformação, sabotagem industrial, científica ou econômica, fomento ou enfraquecimento de partidos políticos locais, auxílio a grupos combatentes na forma de apoio logístico, treinamento e, no limite, captura e mesmo assassinato de alvos estratégicos. Como se nota, boa parte destas atividades estão inclusas no que os estudos militares tem chamado de Operações

² De acordo com Cepik (2003, p.36) este termo “é um eufemismo tipicamente norte-americano, incorporado ao jargão internacional porque evita o uso do termo espionagem, muito mais pesado do ponto de vista legal e político”.

³ Neste sentido podemos falar *IMINT* - relacionada à coleta de dados através de imagens captadas principalmente por satélite - *MASINT* – dados obtidos através da assinatura de sinais tecnológicos, como aqueles emitidos por explosões atômicas, por exemplo – e assim por diante. Não pretendemos nos deter nestas classificações por fugirem à proposta deste trabalho. Para mais detalhes, ver CEPIK, 2003, pp.35-52.

Especiais, ou seja, missões de guerra não convencional, reconhecimento e contraterrorismo. Falamos aqui de missões nas quais o sigilo é imprescindível ou, no milite, existe a possibilidade da “negação plausível” da autoria destes tipos de missões, que se constituem de soluções alternativas quando um governo chega à conclusão de que a diplomacia é insuficiente para o alcance de seus interesses, porém o uso aberto e deliberado da força militar seria contraproducente ou demasiadamente arriscado (RADSAN, 2009. WIANT, 2012, CEPIK, 2003, p. 61-64).

Salientamos que não é apenas a questão do segredo que liga a Espionagem às Operações Encobertas, mas o fato de que, em geral – mas não obrigatoriamente – as mesmas Agências de Inteligência que empregam a espionagem – nos termos aqui utilizados – também se responsabilizam pelas Operações Encobertas. Isto porque a expertise do sigilo torna tais Agências mais próximas destas atividades, e também porque a capacidade alocada pela espionagem, na forma de contatos, refúgios, rotas clandestinas e redes de colaboradores, se torna fundamental para missões secretas em espaços sociais não controlados ou sensíveis (CEPIK, 2003, p. 61-64).

Considerando estes termos e estas definições, a Espionagem e as Operações encobertas envolvem refugiados, prisioneiros de guerra, soldados, diplomatas, agentes policiais e, no limite, qualquer pessoa recrutada por dinheiro, ideologia, coerção ou ego (CHARNEY e IRVIN, 2014). Se constituem, destarte, em objetos possíveis, pouco explorados, porém ricos de possibilidades, numa interface entre a Nova História Política e a Nova História Militar. Se trata de nos desprover do segredo que cerca estas práticas, e nos despir do glamour que o cinema e a literatura lhes concederam, para indagar sobre quem são os agentes secretos, como são recrutados e sob quais interesses, assim como o que são estas ações secretas e como se dão as Operações Encobertas. Com isso, se torna possível, encontrar, numa história dos espões e dos agentes secretos, algumas das partes significativas da política e da guerra no decorrer de toda História, abrindo-se amplo campo a se explorar.

Neste sentido, o que pretendemos é propor uma História da Espionagem e das Operações Encobertas, e discutir possibilidades teórico-metodológicas que permitam elucidar historicamente tanto a figura do espião como de outros indivíduos envolvidos com a atividade, em relação às formas de recrutamento, motivações, influência e função na guerra, na diplomacia ou na segurança. Antes, contudo, pretendemos apresentar melhor estas definições, situando-as, como colocado anteriormente, entre a História Política e a História Militar.

Uma interseção entre a História Política e a História Militar

Não é nenhuma surpresa notar que tanto a Espionagem como as Operações Encobertas são ferramentas historicamente ligadas à política e a guerra. Michael Herman (1996), assim como Marcos Cepik (2003), aborda a Espionagem, em sentido histórico, de forma transversal aos estudos das Ciências Políticas, das Relações Internacionais e, principalmente, das abordagens técnicas e estratégicas do próprio campo da Inteligência. Como demonstra Herman, a espionagem surge de três origens, sendo elas a guerra, a diplomacia e a polícia política, tendo o processo de racionalização da Espionagem ocorrido com a consolidação dos Estados Nacionais Modernos. O próprio termo “*the Intelligence*” teria

surgido das atividades de Francis Walsingham, ministro da rainha Elizabeth I, durante as guerras religiosas e tensões com os espanhóis no século XVI. Aliás, o mandado de Walsingham é tido como espécie de marco temporal para o surgimento histórico da Inteligência (WOLOSZYN, 2013, p. 17,18).

Mas, como a guerra e as relações entre entes políticos estabelecidos precede a Idade Moderna, disputas por segredos e o emprego de espões são encontrados desde a Antiguidade. A menção mais antiga à prática é, até onde se sabe, de Sun Tzu. No clássico “A Arte da Guerra”, é conhecida a exortação do sábio chinês em relação à importância do conhecimento prévio acerca dos oponentes, conhecimento este que “(...) Deve ser obtido das pessoas que, claramente, conhecem as situações do inimigo”. Estas tais “pessoas que claramente conhecem as situações do inimigo”, estão agrupadas em cinco tipos no famoso Manual de Guerra chinês: o espião *nativo* - camponeses e aldeões residentes no território inimigo - o espião *interno* - que ocupa algum cargo de importância no Estado ou no Exército rival - os espões convertidos - ou seja, um espião do lado inimigo, recrutado para o outro lado do conflito - os descartáveis - espões que se sabe terem sido descobertos pelo inimigo, ou mesmo deliberadamente entregues aos rivais - e, por fim, os espões *indispensáveis* - aqueles capazes de trafegar entre o espaço inimigo e retornar ao comandante.

A Arte da Guerra não é um caso isolado. Da antiguidade temos outras menções, especificamente a mensageiros portadores de cartas secretas, e a soldados que patrulhavam à frente das tropas ou avançavam em território inimigo, com a missão de verificar os recursos inimigos e os dados topográficos da região. Sabemos por Eneas, o Tácito, acerca do uso de batedores, de técnicas para esconder mensagens e até mesmo de criptografia para cifrar o conteúdo de suas cartas (NAVARRO, 2009, p.39,40; RANK, 2015, p. 26-34). Lívio menciona os *exploratores*, batedores a cavalo, e os *speculatores*, mensageiros responsáveis por atividades clandestinas além das linhas inimigas (SHELDON, 2005, p.18, 29,30).

Mais tarde, entre os séculos II e III, imperadores romanos, movidos pela preocupação com conspirações internas ou ameaças ao Império, cooptavam *delatores*, que prestavam informações em troca de recompensas. Também estabeleceram os temidos *Frumentarii*, que eram originalmente legionários com a função de abastecer as tropas. Suas atribuições os levavam a negociações diversas em todos os cantos do Império e com todas as camadas sociais, tornando-os muito bem-informados. Por esta razão, foram utilizados como fontes de informações pelos imperadores, tornando-se paulatinamente um equivalente a uma polícia política conforme recebiam autorização para prender, interrogar, torturar e até matar (RANK, 2015, p.36-44).

A aplicação dos batedores e o recrutamento de informantes entre territórios disputados não cessou durante a Idade Média - e, como veremos, é utilizada até hoje, na forma de unidades e reconhecimento e patrulha. Os cruzados, vindos da Europa e desprovidos de informações acerca dos inimigos, tiveram suas fraquezas exploradas - dependência de campo aberto para a cavalaria e escassez de água - por Saladino, que recrutou como informantes justamente os muçulmanos que viviam em territórios ocupados pelos invasores cristãos, sobretudo os que vendiam comida ou viviam próximos a nascentes de água. Também entre os árabes, cada Califa mantinha um *Kharbar* responsável por se iterar de fofocas, tramas e oposições políticas, os quais, inclusive, se utilizavam de viúvas influentes para espionagem palaciana ou local. Do lado do ocidente Cristão, a Igreja Católica - e eventualmente,

os reis europeus – passou a se valer de sacerdotes missionários que, sob a capa do ministério religioso, atuavam como informantes ou mensageiros secretos (VOLKMAN, 2013, pp. 46-57).

Mais tarde, com a Modernidade, e a consolidação dos Estados Nacionais Modernos, a cooptação por parte de diplomatas de informantes em altas esferas governamentais, além do uso de sacerdotes, marinheiros e comerciantes como fontes de informações se tornou cada vez comum. Aliás, foi este o contexto no qual atuou sir Francis Walsingham. Maquiavel chegou a mencionar a necessidade do conhecimento acerca dos inimigos, e foi também neste contexto que surgiu o famigerado Gabinete Negro, responsável por violar a correspondência dos nobres com o fim de averiguar sua lealdade (WOLOSZYN, 2013, p. 17,18).

Em temporalidade semelhante, porém retornando ao Extremo Oriente, temos os manuais *ninja* como o *Bansenshukai*, que versam sobre espionagem, propaganda, sabotagem e assassinato. Para Stephen Turnbull (2015), *os ninja*, da forma como os conhecemos, não passam de uma Tradição Inventada - no sentido proposto por Hobsbawm - pelas províncias de Tega e Koga. Mas, isso não significa que não haja historicidade alguma por trás de algumas práticas do *Bansenshukai*, datado do Período Edo (1603-1868). A descrição de procedimentos de observação avançada, mentira, trapaça, emboscadas, sabotagens, envenenamento e até *sexpionage* podem ser exageradas, até mesmo fantasiosas. Mas sua simples menção demonstra, ao mesmo tempo, alguma consciência acerca da necessidade destes expedientes em disputas políticas ou militares.

As tensões na Europa e as novas nações que surgiram no século XIX, bem como o desenvolvimento na guerra, da diplomacia e da Segurança Nacional nos moldes como os conhecemos hoje, trouxeram um novo grau de sofisticação e profissionalização da prática da espionagem. Seções policiais voltadas para a Segurança Interna surgiram ou se sofisticaram neste século, enquanto Exércitos e Marinhas estabeleceram setores de coleta de dados por tropas de reconhecimento, informantes ou mesmo detecção de sinais (HERMAN, 1996). Estes órgãos de Inteligência se desenvolveram no decorrer do século XX, tendo a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria como contextos de demandas e disputas que as levarão ao formato do campo como os entendemos hoje, até o advento da guerra cibernética do século XXI.

Em relação às Operações Encobertas e demais operações secretas de caráter especial, suas definições conceituais e análises vem de estudos estratégicos ou militares, como os de Wiant (2012) e Radsan (2009). Como no caso da espionagem, há levantamentos documentais e estudos de caso acerca da aplicação institucional deste tipo de operação, como é o caso de Blanc (2010) e do próprio Radsan (2012), em relação às atividades da CIA; Andrew (2001) em relação aos serviços secretos soviéticos; de Wiant (2012) e Cormac (2014) em relação aos ingleses durante a Guerra Fria (em especial a “abordagem do alfinete” - “*pinprick approach*”); e de Bar-Zohar, no tocante as desenvolvimentos missões do Mossad.

Em todos estes casos, vemos mulheres e homens se envolvendo diretamente em missões secretas e fornecendo informações a líderes políticos ou militares, pelas mais distintas razões. Alguns, como Chervalier D'èon, que trabalhou como espiã para o rei Luis XV como uma mulher transgênero devido a seus traços andrógomos, tinham origem nobre, além de reconhecida carreira diplomática e militar (VOLKMAN, 2013). Mas a maior parte dos espões e agentes secretos são pessoas comuns, fora do

epicentro de poder político, que tomam parte da política externa ou da segurança nacional por meio de sua atuação como informantes, do cumprimento de suas missões como soldados ou da colaboração com um determinado governo. Isto é de especial interesse para a História Política, por muito tempo foi acusada de ser personalista, episódica e elitista, mas que há décadas tem buscado inserir novos atores e lançar luz sobre a participação das massas ou de grupos sociais específicos, tanto em eventos quanto nas estruturas políticas (REMOND, 2003). Falamos também de pessoas comuns que têm municiado com segredos a diplomatas e governantes desde o início da modernidade, ou que, no tocante à Segurança Interna, em contextos ditatoriais ou mesmo de degeneração de democracias, atuam como delatores e colaboradores, sob o manto do segredo, dando sua parcela de sustentação ao regime e dele se valendo para vinganças ou rixas pessoais (DA SILVA, 2010).

Na mesma direção, também é relevante saber como se dão as ações que antecipam e roubam informações, desinformam e geram confusões, encobrem e despistam etc. Nisso podemos encontrar contribuições em relação à Nova História Militar, que tem se ocupado dos rostos ignorados pela guerra, das experiências dos praças, dos soldados e dos voluntários, para além dos relatos dos comandantes ou generais (SOARES E VAINFAS, 2012). São homens e mulheres que têm tomado parte na guerra por meio da disputa pelo segredo, na prestação de informações, na observação avançada, nas operações especiais, na sabotagem e na guerrilha. Isso desde a Antiguidade, com os Olhos do Rei na Assíria e na Pérsia, ou com os *exploradores*, *delatores* e *Frumentarii* que serviam aos romanos, até os jovens do SOE (*Special Operations Executive*), os agentes secretos do Mossad ou membros das Forças Especiais em diferentes contextos do século XX e início do século XXI (KEEGAN, 2006, p.27; NAVARRO, 2009 p. 61).

Uma História da Espionagem e das Operações Encobertas se localizaria, assim, numa interseção entre a Nova História Política e a Nova História Militar, lançando luz sobre anônimos que tomaram parte em significativos empreendimentos políticos e militares, observando seus métodos, examinando seus sucessos e compreendendo seus fracassos.

Algumas delimitações conceituais

Contudo, também é necessário delimitar melhor as figuras envolvidas nestas atividades. Tomemos como ponto de partida as circunstâncias nas quais o informante ou agente de operações atua. Sobre isso, Navarro (2009, pp. 208-252) estabeleceu três categorias de indivíduos. A primeira, encontrada desde a antiguidade, seria composta de batedores a pé ou a cavalo, incumbidos de observar tanto as unidades inimigas quanto o terreno; de engenheiros, exploradores, comerciantes e cartógrafos capazes de fazer a mesma observação de tropas e, mais ainda, conceder dados técnicos sobre geografia, clima, população etc; e, por fim, de colaboradores oriundos do território inimigo. A segunda categoria seria de desertores, prisioneiros e fugitivos, capturados ou recrutados como informantes; a terceira seria composta pelos “espíões honoráveis”, posto que ligados às altas esferas sociais, embaixadas e representações diplomáticas.

Quanto à figura do espião “profissional”, ou seja, de um homem ou mulher com um treinamento específico para a espionagem, parece ter suas origens na Europa no século XIX, quando ocorre uma

racionalização dos procedimentos e métodos relacionados ao segredo (HERMAN, 1996 p.65-66). Os funcionários de carreira de uma Agência de Inteligência são chamados de Oficiais de Inteligência, sendo não apenas treinados no ofício como responsáveis por recrutar e gerenciar o trabalho das suas fontes. Dentre estas fontes pode haver homens e mulheres que conscientemente colaboram com este oficial, sendo chamados Agentes, os quais podem ou não contar com algum treinamento formal, se distinguindo de informantes mais casuais como viajantes, moradores de áreas ocupadas, refugiados, migrantes e prisioneiros de guerra (CEPIK, 2003, p.36, 37).

Expostos estes dados, e considerando-se a possibilidade de um conceito como agrupador e definidor de uma determinada categoria para análise, como argumenta Barros (2021, pp.9-36), acreditamos poder definir historicamente o que é um espião como uma pessoa que, de forma consciente e sigilosa, presta informações a um gerenciador – oficial de inteligência um general, diplomata, chefe de polícia política etc. Estas pessoas podem ser desde homens ou mulheres efetivamente treinados em métodos racionalizados de espionagem, e aqui se inclui soldados em operação de reconhecimento - principalmente se operam disfarçados atrás das linhas inimigas - até delatores, contatos e colaboradores espontâneos e amadores. No linguajar técnico da Inteligência, os espiões pagos com status de funcionário de um determinado governo ou exército são chamados de *Agentes*, enquanto os colaboradores externos são chamados de *Ativos*. Em relação aos Agentes, ainda temos categorias anexas da linguagem de Inteligência que podem aprimorar suas definições, como *Toupeiras*, que são agentes bem enraizados numa estrutura governamental, militar, social ou institucional, e *Agentes Adormecidos* ou em hibernação, que levam uma vida normal num determinado meio social até serem “ativados” (VOLKMAN, 2013).

Note-se que o termo utilizado para o conceito nada mais é que sua representação verbal, diferente do conjunto de elementos que o compõem, determinando o grau de *compreensão* do mesmo. Objetos que apresentem elementos distintos escapam à extensão do conceito, impondo adaptações ou mesmo a criação de um conceito novo (BARROS, 2021, pp.96-128). Compreendidas estas questões teóricas, aqui é preciso demarcar uma diferença que nos leva à delimitação de mais conceitos, na medida em que um espião é alguém que secretamente presta informações. Informar e delatar são coisas bem distintas de sabotar, sequestrar, resgatar, extraviar, treinar insurgentes locais, refugiar e transportar combatentes, ou empreender campanhas de difamação e propaganda. Nestes casos, diferente da espionagem, aqui falamos das já mencionadas Operações Especiais, ou das Operações Encobertas, quando empreendidas sob a pretensão da Negação Plausível (CEPIK, 2003, p. 61-64).

Pois bem, tais missões são postas em práticas por 1) componente orgânicos de Serviços Secretos, efetivamente treinados para tais atividades; 2) por militares oriundos das unidades de Operações Especiais de suas respectivas corporações; 3) por mercenários contratados; e/ou 4) por guerrilheiros, revolucionários, insurgentes, *partisans*, colaboradores ou terroristas locais, que são recrutados, orientados e municiados por um Comandante, Exército ou Agência. Estas quatro categorias não são estanques, podendo ser até mesmo mistas, mas todas elas tem em comum o fato de que não estão apenas fornecendo dados para tomadas de decisões, e sim operando intervenções políticas e militares diretas. São, portanto, dotados de elementos novos e suficientemente distintos, a ponto de demandar um novo conceito. Nestes casos, falamos aqui distintamente de oficiais e agentes operacionais, quando

militares ou ex-militares de filiação institucional, ou insurgentes e simpatizantes, no caso de guerrilheiros ou colaboradores locais. A CIA chama de Oficial de Operações de Pessoal⁴ e Oficiais de Operações Paramilitares⁵ os indivíduos responsáveis por organizar, recrutar e gerenciar estas atividades, e de agentes, os paramilitares, mercenários, guerrilheiros ou combatentes locais que farão parte do *team*. Especificamente no caso de um agente com a função de influenciar ou desestabilizar a política local, costuma-se usar o termo *Agente de Influência* (VOLKMAN, 2012).

Estas definições são necessárias a nível de precisão analítica, sob pena de perdermos a rigorosidade acadêmica e explicativa do fenômeno. Mas é preciso salientar que elas não são, de forma alguma, estanques. Apenas para ficar em alguns exemplos plausíveis, soldados em missões de reconhecimento podem ter suas atribuições ampliadas para sabotagem ou eliminação de alvos atrás das linhas inimigas diante de certas oportunidades. Agentes podem se ver em situações extremas, nas quais é necessário o sequestro ou mesmo eliminação de um determinado contato. Colaboradores locais podem ao mesmo tempo fornecer dados acerca do que sabem e auxiliar equipes de campo com esconderijo, transporte, comida ou disfarces. E Oficiais de Operações que estejam conduzindo atividades paramilitares, ou que estejam treinando, orientando e municiando grupos insurgentes locais, acumulam, também, a função de observar e relatar a situação a seus superiores. Por tudo isso, não é de modo algum raro que, nos termos aqui aplicados, um espião seja também um agente de campo em uma Operação Encoberta, um guerrilheiro local, e assim por diante.

Neste sentido, a separação conceitual aqui proposta é necessária, na medida em que tanto as atuais Agências de Inteligência como a literatura referente aos estudos deste campo separam, com muita clareza, atividades de coleta e análise de dados com objetivo de auxiliar a tomada de decisões, das intervenções políticas e militares diretas, efetuadas sob o manto do segredo (CEPIK, 2003, p. 61-64; SIMS 1995, p.4; SHULSKY, 1995, p.26). Esta demarcação é fulcral, inclusive porque coletar dados e produzir conhecimento são coisas completamente diferentes, em sentido técnico, ético e jurídico, de ações de sabotagem, sequestro, fomento a guerrilhas, assassinatos e propaganda. Mas o historiador que se empenhe numa História da Espionagem e das Operações Encobertas deve ter em mente que tanto as atividades de coleta de dados como as operacionais dependem do segredo e da capacidade alocada na forma de colaboradores que providenciem esconderijo, guiem por discretas rotas terrestres, marítimas ou aéreas, estabeleçam pontos de encontro seguros, ajudem com conhecimento da cultura local, e assim por diante. Isto se verificou na Guerra das Malvinas, quando os ingleses, após encolherem significativamente suas bases de espionagem, contavam apenas com interceptação de sinais e com os satélites norte-americanos, o que resultou numa hipermetropia que lhes permitia verificar o movimento de aeronaves e navios argentinos, mas deixavam-nos cegos quanto as entranhas decisórias em Buenos Aires e quanto ao tamanho, comando e movimentação de tropas argentinas. Sem falar na ausência de possíveis colaboradores locais, o que tornou as missões de reconhecimento e sabotagem atrás das linhas inimigas fundamentais, mas, também, muito mais difíceis (KEEGAN, 2006, 354-372).

Uma terceira delimitação se faz necessária. Até aqui, falamos daqueles que se empenham na Espionagem e nas Operações Encobertas de forma consciente. Contudo, significativa parte de

⁴ <https://www.cia.gov/careers/jobs/staff-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

⁵ <https://www.cia.gov/careers/jobs/paramilitary-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

HUMINT é efetuada de forma involuntária ou esporádica. Falamos aqui de refugiados, viajantes ou prisioneiros de guerra submetidos a interrogatórios (HERMAN, 1996 p. 61-66). No caso da Segurança Interna, podemos falar de policiais “comuns” – ou seja, que não são investigadores de Polícia Política, mas de outras unidades de policiamento “comum” – que “tropeçam” numa atividade subversiva; de denúncias anônimas de cidadãos em casos específicos; e de presos políticos interrogados, quase sempre, sob tortura – o que pode se dar também com prisioneiros de guerra. Está é uma camada particularmente sensível a ser analisada, justamente pela sua aleatoriedade e caráter não colaborativo. Noutros termos, estas pessoas não são espiões, agentes, oficiais de inteligência ou de operações. É gente que simplesmente teve uma utilidade circunstancial para a atividade de Inteligência, sendo objetos da prática da coleta de dados, não sujeitos nas mesmas. Aqui abrimos uma trilha para uma História Política e Social que contemple como homens, mulheres e crianças eventualmente foram interrogados ou colaboraram por meio de delações, ou seja, uma história dos efeitos e desdobramentos que a atividade de Inteligência aflige na população civil, em determinado contexto histórico.

Demarcadas as definições conceituais, é preciso também atentar como elas se apresentam em cada contexto e quais suas especificidades, a fim de se evitar tanto a generalização grosseira quanto o anacronismo. Isto porque todo historiador se depara com dois níveis de definições verbais, sendo o primeiro nível as definições expressas nas próprias fontes históricas consultadas, e o segundo nível representado pelas definições técnicas utilizadas pelo historiador em seu ofício, como argumenta Barros (2011, p.247). Isto posto, as fontes que tratam de Espionagem ou de missões de caráter secreto em determinado contexto histórico, sobretudo as não ocidentais ou datadas de antes da Modernidade, podem trazer termos diferentes dos apresentados anteriormente, eivados de especificidades. Ainda segundo Barros, cada termo nada mais é que a expressão verbal do conceito, não passando de um instrumento de análise para o historiador em seu determinado tempo, na medida em que cada contexto histórico pode apresentar seus próprios termos para se referir às práticas de espionagem e missões secretas. Por isso, é o conjunto de elementos que compõem os conceitos que determinam sua aplicabilidade, cabendo ao historiador estabelecer as pontes explicativas entre as partes, sem perder de vista as especificidades do corte espaço-temporal que analisa.

Assim, o que hoje chamamos de *agente duplo*, ou seja, um agente ou ativo que trabalha para um concorrente e, secretamente, trabalha para outro empregador, é chamado por Sun Tzu de *espiões convertidos*. Isso indica que na China do século IV havia pessoas em atividade análoga a de agentes duplos, atuando a mando de príncipes ou generais. Na Roma Antiga, os *exploratores*, enquanto batedores da cavalaria, e os *speculatores* que, recrutados entre os soldados romanos, estavam incumbidos de transmitir mensagens secretas e empreender atividades clandestinas atrás das linhas inimigas (SHELDON, 2005, p.18) empreendem atividades quase idênticas – na verdade, precursoras – das atuais unidades militares de reconhecimento e dos destacamentos de operações especiais das hodiernas agências de Inteligência. Ambos são distintos dos *índices* ou dos *delatores*, que eram informantes oriundos das localidades visadas pelo Exército, ou seja, o que a literatura de Inteligência chama hoje de *agentes e ativos*. No primeiro caso, falamos de cidadãos romanos, ou homens em vias de obter sua cidadania; no segundo temos homens ou mulheres não romanos buscando se adequar à nova realidade por meio da colaboração consciente e direta, questões importantes para uma História Política que visa compreender a participação dos grupos sociais subalternos nas questões de dominação (DA SILVA,

2014). Mais tarde, na Idade Moderna, nobres ou funcionários reais eram recrutados pelos diplomatas como espiões, o que nos leva a distinção entre agentes com “cobertura oficial” ou seja, que operam com amparo diplomática, em distinção àqueles que não contam com tal proteção (CEPIK, 2003, p.38). E, durante o Estado Novo, Filinto Müller - chefe de Polícia de Getúlio Vargas - mantinha militares à paisana, além de funcionários de hotéis e de embaixadas estrangeiras, líderes sindicais e até meretrizes entre seus quadros de espiões “D” ou Investigadores do “Serviço Secreto de Informações” (PACHECO, 2019).

Em todos estes casos vemos os dois níveis de definições verbais, as primeiras, das próprias fontes, as segundas, da nomenclatura estabelecida pela atividade de Inteligência no decorrer do século XX e utilizada pelo historiador para averiguar o caso em questão.

Instrumentais teóricos para uma História da Espionagem

A busca pelo rosto humano das pessoas comuns na guerra (SOARES e VAINFAS, 2012) e, num sentido amplo, envolvidas com a política ou com as Relações Internacionais, nos leva também a analisar às trajetórias destas pessoas pelos seus próprios dramas e expectativas. Se trata de compreender, mesmo com todos os hermetismos que impõem a alma humana, o que Marc Bloch (2002, p.133-141) chamou de “impulsos do coração”.

Neste sentido, analistas do campo da Inteligência tem buscado compreender as razões que levam uma pessoa a se envolver com a espionagem. Henry Crumpton (2013), Michael Herman (1996), David Charney e John Irvin (2014) agrupam estas possíveis motivações no acrônimo MICE: *money, ideology, compromise/coercion, ego*. Charney e Irvin incluem também a questão da vingança e do ressentimento.

Aqui, contudo, precisamos fazer uma inserção que julgamos importante. O acrônimo MICE, por mais esclarecedor que seja, deixa de fora um elemento importante, que diz respeito ao agente secreto profissional – nos contextos históricos em que havia tal sofisticação – ao soldado em Operações Especiais e aos investigadores de Polícias Políticas ou similares. Estes tipos profissionais podem muito bem trabalhar sob quaisquer aspectos do acrônimo MICE, inclusive porque tais aspectos não são estanques em cada indivíduo, como alertam os autores supracitados. Contudo, oficiais de Inteligência, agentes, soldados e policiais fazem parte de uma hierarquia, de onde obtém salário, sustento e status, hierarquia esta que estabelece seu próprio universo de valores e objetivos⁶. Assim, propomos inserir mais um C no acrônimo, transformando-o em MICCE. Este novo “C” seria de *Career* (Carreira), representando a obediência às instâncias de comando da Agência, do Exército, da Polícia, incluindo o desejo de subir na hierarquia e alcançar distinção. Aqui se insere tanto o dever, no sentido das obrigações institucionais impostas aos profissionais do campo, como um *sensu* de dever, introjetado – ou não - moralmente por eles.

Assim, as várias razões pelas quais uma pessoa decide se envolver com a espionagem ou as Operações Encobertas podem ser explicadas tendo o acrônimo MICCE - e suas adaptações – como

⁶ Isto pode nos remeter ao campo e ao habitus no sentido proposto por Bourdieu (1989), ou seja, jogar conforme as regras de um determinado meio social e receber dele as recompensas. Para um exemplo envolvendo uma Polícia Política, ver Pacheco (2022).

ponto de partida, compreendendo tanto posição hierárquica de agentes e soldados em missões secretas, como as pessoas bem informadas, em posições importantes e/ou com acesso a informações relevantes, que decidem fornecer informações em troca de dinheiro ou favores, que colaboram por convicções ideológicas – liberalismo, comunismo, luta antimperialista ou antifascista, etc -, que são coagidas de variadas formas, e/ou que se excitam com jogos secretos da espionagem. O acrônimo também pode ser conectado a elementos importantes da Teoria Social como propõe, por exemplo, Burke (2002), entre eles, apadrinhamento e corrupção enquanto elementos de recrutamento de espões (o M do *Money*), questões de identidade nacional, étnica ou religiosa em relação ao cumprimento de ordens institucionais (C de *Career*) ou à colaboração por ideologia (*Ideology*). Noutra direção, o acrônimo também suporta análises de colaborações com a Inteligência e a Segurança por meio de delações, motivadas por vinganças ou rixas derivadas também de razões raciais, nacionais e éticas, como alertou Francisco Carlos Teixeira da Silva (2010).

Na mesma direção, as categorias de gênero, como propõem autoras tais quais Scott (1991) e Soihet (1997), abrem a possibilidade de analisar o papel social tanto dos disfarces quanto das relações institucionais das mulheres que trabalharam com a Espionagem e as Operações Encobertas. De imediato, isto nos leva à problemática em torno da prática da "*sexpionage*", um expediente que de fato tem sido aplicado (NIGEL, 2009) a ponto de se tornar um *tropos narrativo* comum no século XX (WHITE, 2007). Chamadas de *Swallows* - sua versão masculina é chamada de *Raven* - no jargão da Inteligência, vemos figuras assim em relatos variados, como nas Escrituras - com Raabe e Dalila (Js. 2 e Jz.16) - nas menções às *kunoichi* a serviço dos ninja, e no sensacionalismo envolvendo Mata Hari. Mesmo que se questione a historicidade das Escrituras, a confiabilidade do manual ninja *Bansenshukai*, e a espetacularização em torno de Mata Hari, estas narrativas demonstram que a figura da mulher que usa de sexo para descobrir ou guardar segredos existia e era conhecida nos contextos em que estas narrativas foram escritas. A é salientar que tais relatos são questionáveis não apenas quanto a historicidade e precisão, mas, principalmente, quanto ao fato de serem todos de autoria masculina, demandando aqui uma cuidadosa análise que destrinche o que é de fato a atuação de mulheres, por meio do sexo, na espionagem, ou apenas projeções de desejos masculinos (ROUDINESCO e PLON, 1998) por meio da fetichização da espionagem.

Assim, estamos aqui diante das questões do *girlpower* e *pussypower* aplicados na *sexpionage*, mas que demandam ir além, na medida em que a questão ficcional é menos o problema do que a fetichização masculina, posto que, se a *sexpionage* é uma realidade – e toda realidade pode se tornar ficção na “tessitura da trama”, como argumenta Ricoeur (1994, pp.101-110) -, o exagero e a redução da espia ao uso do sexo não é, como se verifica na trajetória de agentes que jamais usaram a sedução, mas, sim, os mesmos métodos “normativos” – ou seja, tidos como “masculinos” – do jogo, como Gertrude Bell, Violet Szabo, Elsbeth Schragmüller e Virginia Hall. De forma semelhante, se trata de verificar como a atuação das mulheres na Espionagem e nas Operações Encobertas – por meio do sexo ou não – permitiu que elas explorassem fissuras na hierarquia de gênero, alcançando patentes militares, condecorações, status e respeito (PACHECO, 2022b).

Aqui também se faz oportuna uma breve observação. Ao empreender uma história da Espionagem, cabe especial cuidado com as formas pelas quais estas mulheres e homens surgem

representados nos diferentes relatos, no sentido empregado por Roger Chartier (1991), ou seja, os sentidos atribuídos à vida e façanhas destes indivíduos. Estas representações podem e frequentemente são desproporcionais à eficácia ou relevância da espia ou do espião, cuja “fama” – atributo evidentemente paradoxal para quem trabalha com segredos – é empalidecida ou mesmo injustificada diante de suas conquistas. O exemplo mais claro é o de Mata Hari. Por ser uma mulher divorciada, desinibida e autônoma numa sociedade patriarcal, é indubitavelmente figura valiosa para estudos de gênero. Inclusive seu trágico desfecho se deu por misoginia e oportunismo dos tribunais franceses, que utilizaram da fama dela como exótica e sensual agente dupla como justificativa para as derrotas francesas. Contudo, a verdade é que a atuação de Mata Hari como espia foi pífia, sem nenhum impacto na Primeira Guerra Mundial, a despeito do glamour e das referências midiáticas, insistentes até hoje, como uma “grande espia”. O fato dela ter fracassado utilizando da *sexpionage* é um relevante estudo de caso justamente acerca das limitações do método – que, aliás, se tornou um dos muitos clichês midiáticos da espionagem. Na mesma esteira, o fato dela ter servido como bode expiatório devido o estereótipo da “espia, dançarina exótica, estrangeira, imoral e traidora”, demonstra como a espionagem extrapola o segredo e pode se tornar inclusive elemento de propaganda política, até mesmo de “populismo penal”, para ocultar os fracassos de um governo ou comando militar. Se trata, portanto, de ir além das representações, e compreender os usos, limites e desfechos dos espiões.

Além do acrônimo MICCE e suas possíveis conexões com a Teoria Social, podemos lançar mão de uma ilustração que permita compreender tanto a dinâmica do fornecimento de dados por parte de informantes, espiões e demais pessoas pelas quais se obtenham estes dados, quanto a relação delas com a instituição ou comandante a quem servem (CEPIK, 2003, 36-38). Chamada de uma Pirâmide de Inteligência, esta ilustração vem a ser mais um elemento teórico útil para uma História da Espionagem. O esquema, criado por Michael Herman, ilustra como as fontes humanas se relacionam com Agências de Inteligência (HERMAN, 1996, p. 61-66) e, nele, as fontes cujos dados fornecidos são menos significativos compõem a base, enquanto o topo é reservado para as fontes capazes de fornecer dados potencialmente mais valiosos e confiáveis. Assim, na base na pirâmide, estão viajantes – turistas, Marinha Mercante, etc. –, refugiados, contatos no mundo dos negócios e informantes casuais. Na parte intermediária da pirâmide estão populações de territórios ocupados, prisioneiros de guerra interrogados e políticos que fazem oposição ao inimigo. Próximo ao topo, temos os agentes de Inteligência propriamente ditos, sobre os quais figuram os agentes de órgãos de Inteligência adversários, funcionários de departamentos do governo concorrente – generais, diplomatas, membros de comissões científicas, etc. – e componentes de grupos clandestinos que secretamente também trabalham para a Agência.



Estes exemplos no modelo de Herman ilustram, de forma geral, o trabalho de Inteligência Externa, principalmente de potências ocidentais, a exemplo da CIA e do MI-6. A ilustração não abrange – e, ressalte-se, não se propõe a fazê-lo – outras situações e/ou contextos históricos. Porém, como o mesmo modelo determina posição das fontes na pirâmide pelo nível de acesso e pelo grau de confiabilidade, não se restringe a esta modalidade de Inteligência. Neste sentido, ao se considerar que as proposições de um determinado autor podem e devem ser “retificadas, refinadas e rediscutidas” (BARROS: 2011, p. 237, 243-245), propomos que, ao se ajustar o conceito para estudos de casos específicos, podemos obter uma análise mais detalhada dos recursos humanos empregados, considerando a Pirâmide de Humint como uma escala de importância e relação institucional estabelecida por uma agência, comandante ou chefe, acerca de suas fontes. Noutros termos, para análises historicamente mais específicas, seriam necessários determinados ajustes nas posições da pirâmide e um maior detalhamento das categorias que a compõem.

A ilustração de Herman se tornaria, neste sentido, um ponto de partida para estudos de caso específicos e para uma compreensão mais apurada acerca dos indivíduos que fornecem informações, das circunstâncias de fornecimento e da relação deles com a Agência ou comandante. Ajustes conceituais como estes são importantes no campo teórico-metodológico, justamente a fim de evitar a estagnação discursiva referente a um determinado conceito (BARROS, 2011, p. 237, 243-245). Devidamente ajustada a cada contexto histórico, a Pirâmide de Humint permite esquematizar os tipos de indivíduos fornecedores de dados, sua relação com os recrutadores e a profissionalização, tanto dos informantes quanto do processo de fornecimento.

Outra utilidade desta ilustração reside na possibilidade de uma análise de mão dupla do trabalho de Inteligência Humana: pelo lado da Agência, do Comandante ou do Chefe de Polícia, a Pirâmide de Herman demonstra quais segmentos sociais são elencados como campos de fornecimento de Inteligência Humana e, portanto, quais demandas institucionais estão em jogo, na medida em que os fornecedores de dados e os tipos de dados fornecidos apontam para os alvos da Agência, do comandante ou do líder, no tocante à produção de conhecimento. Pelo lado dos próprios fornecedores, a Pirâmide de Inteligência nos permite um mapeamento social dos indivíduos que compõem as redes de *Humint*, bem como a relação de cooptação, colaboração e coerção que leva estes indivíduos a fornecer os dados. Ou seja, ela permite “capturar” e “farejar” (como na analogia feita por BLOCH, 2002, p. 54) os homens e as mulheres por trás de uma atividade tão aparentemente mecanicista, como a de fornecimento de dados de Inteligência.

Um exemplo desta adaptação, utilizado em tese doutoral, se refere às atividades de Inteligência da Polícia Política de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (PACHECO, 2016). Os Delegados Especiais, encarregados do Serviço Secreto, se valiam de dados fornecidos por investigadores de polícia disfarçados, militares, partidários, líderes sindicais, funcionários de embaixadas, jornalistas, jornalistas, estudantes – mormente os ligados à UNE – boêmios, meretrizes, delatores ocasionais e eventuais prisioneiros políticos sob interrogatório. Organizando estas fontes de cima para baixo na Pirâmide, conforme sua consistência e confiabilidade, construímos o seguinte quadro: Investigadores infiltrados e membros do Partido Comunista ou da Ação Integralista no topo; sindicalistas, militares e estudantes logo abaixo; jornalistas; delatores ocasionais e denúncias por parte dos cidadãos próximos à base;

taverneiros, malandros e prostitutas acima apenas da última categoria; acareações, depoimentos e testemunhos de presos políticos na base.

Assim, a Pirâmide de Humint permitiria averiguar as origens, a valoração e o gerenciamento dos *speculatores* e *indices* que serviam aos generais romanos, esquematizando as formas de coleta de Inteligência demonstradas por Sheldon (2005), onde os comandantes recebiam informações da parte de batedores sobre tropas e terrenos inimigos, notícias trazidas por viajantes, comerciantes e emissários, e colaboração de indivíduos oriundos das populações nativas dos territórios ocupados pelos romanos. Permitiria, também, analisar o trabalho da unidade de informações e contrainformações da FEB durante a Segunda-Guerra Mundial que, vulnerável a espões alemães, empreendeu espionagem e contraespionagem por meio de oficiais e sargentos, auxiliados por agentes italianos locais, de relatos trazidos pelas patrulhas de reconhecimento, do interrogatório de prisioneiros alemães, da colaboração dos *partigiani* italianos e até mesmo da população local (WOLOSZYN, 2022). Na mesma direção, é possível esquematizar e lançar luz sobre os confidentes pelos quais pagava o Cardeal Richelieu, cujas informações o teriam tornado “o homem mais bem informado da Europa durante o reinado de Luís XIII”, ou sobre os espões que trabalhavam para o metódico Wilhelm Stieber na segunda metade do século XIX (NAVARRO, 2009). Isto em apenas alguns exemplos.

Lidando com a questão do segredo: fontes e metodologia de análise

Mas, mesmo munidos de conceitos e classificações, estamos lidando com o passado de pessoas que atuaram sob o manto do sigilo. Isto significa que suas identidades, ações e resultados foram segredos guardados pelos seus empregadores. E não ajuda em nada o fato de grande parte deles ser gente comum, que não costuma deixar vestígios de suas biografias. Então, diante do caráter secreto da espionagem e da obscuridade dos segmentos sociais que normalmente a compõe, como proceder uma análise histórica acerca de seus personagens e suas ações?

Felizmente, o segredo sob o qual operam os espões não se constitui em empecilho total. Evidentemente, o historiador nunca terá acesso “em tempo real” às atividades qualquer Agência ou Força Armada, na medida em que são, claro, confidenciais. Mesmo que as tivesse, expor tais fontes seria, no mínimo, inadequado, para não dizer inaceitável de um ponto de vista ético e legal. Isto é uma limitação incontornável para historiadores do Tempo Presente que estejam analisando conjunturas simultâneas aos seus estudos, como, por exemplo, tentar fazer uma História da Espionagem referente à Guerra da Ucrânia, durante o próprio conflito.

Mas a pressa é um sentimento ao qual a historiadora ou historiador não deveria se submeter. Neste caso porque, como argumentou Navarro (2009, pp.153-175), ainda que boa parte da documentação referente ao trabalho secreto seja perdida ou mesmo destruída, documentos oficiais dos órgãos de Inteligência tem se tornado acessíveis por meio de legislações de disponibilidade de tais fontes, após determinado tempo transcorrido de sua produção. Assim, países com Estados Democráticos de Direito consolidados tem normas que tornam públicos até mesmo documentos classificados como “secreto” e “ultrassecreto”, passados 20 ou 30 anos. A CIA inclusive tem um

programa voluntário de abertura de documentos, o *Freedom of Information Act Electronic Reading Room*⁷. Importantes para consolidar a democracia, esta liberação possibilita pesquisas, teses, monografias, artigos e assim por diante. Ademais, Estados com passado ditatorial preservam e disponibilizam ao público a documentação produzida por seus órgãos de repressão, o que permite uma reflexão do duro passado destes países. É o caso do Brasil: o Arquivo Nacional disponibiliza a documentação referente ao Serviço Nacional de Informações, órgão de Inteligência vigente durante a Ditadura Militar⁸.

Somados a estes documentos, temos também manuais técnicos acerca de procedimentos de espionagem, como o publicado pela Delegacia de Polícia Política em 1943⁹ e o Manual Oficial de Truques e Espionagem, produzido pela CIA em 1949 (MELTON e WUALLACE, 2010). Arquivos ou bibliotecas militares também guardam relatos deste tipo de atividade em conflitos passados. Ademais, fontes como aquelas que se referem a administração de Francis Walsingham, que produzia “Inteligência” para a rainha Elizabeth, são conhecidas há séculos. Crônicas e manuais militares como os de Sun Tzu, Enéas e Tito Lívio, bem como narrativas como as dos espões enviados por Josué a Jericó, circulam desde a antiguidade. E, fora do âmbito “oficial”, fontes jornalísticas, algumas datadas desde o século XVI, também abordam relatos de espionagem, no caso, aqueles que lamentavelmente vazaram e se tornaram públicos em seu tempo (NAVARRO, 2009, pp.153-175).

Estas fontes permitem muitos tipos de análises diferentes: institucionais, comparativas, operativas, conceituais, discursivas etc. Elas podem e devem ser escrutinadas conforme os procedimentos praticados pelo ofício do Historiador, considerando a natureza de cada uma delas. Isto nos leva ao que Barros (2019, pp.25-60) chama de “taxonomia das fontes históricas”, ou seja, os critérios para ordenar as fontes conforme suas especificidades em relação ao objeto, que vem a ser a *distância* da fonte em relação ao problema; o material e a linguagem de composição que definem a *qualidade* da fonte; a *intencionalidade* da produção do conteúdo; e o volume que determina sua *serialidade*.

Em relação à distância, os relatórios oficiais de órgãos Inteligência, bem como crônicas ou relatos de guerra que tratem de coleta, análise de dados e Operações Encobertas, brotam das entranhas destas atividades, sendo imediatas a elas. São sempre documentos escritos e formais, de acordo com cada contexto histórico, embora crônicas ou livros escritos para o público em geral possam ter a preocupação de explicar certos termos do *metiér*. Quanto à intencionalidade, seu objetivo é apresentar os resultados obtidos aos leitores, a um superior hierárquico ou a um chefe de Estado. E sua serialidade varia enormemente, podendo referir-se a um único caso ou contexto, mas também apresentar uma série mais ampla, sobretudo no caso de Agências de Inteligência a partir do século XX.

Isto posto, embora os relatórios de Serviços Secretos, Polícias Políticas e Comandantes nos remetam em primeira mão à Espionagem e as Operações Encobertas empreendidas em determinado contexto, eles também impõem ao historiador toda a cautela e criticidade em relação às fontes exortadas por Marc Bloch (2002). Sendo documentos oficiais, estas fontes estão repletas de jargões e formalidades

⁷ <https://www.cia.gov/readingroom/historical-collections>, acesso em 24 de junho de 2023, 12:44.

⁸ <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-nacional-de-informacoes-2>, acesso em 24 de junho de 2023, 12:46.

⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Conferência Nacional de Polícia Política. Fundo DESPS, Notação 921.

redundantes ou inibidoras de gravidade, já que sua narrativa submetida as tensões e anseios de quem precisa agradar um superior hierárquico, ou príncipe, um líder ou um comandante. Assim, relatórios com o que a CIA produziu, com o fim de averiguar as causas e consequências da falha da Comunidade de Inteligência dos EUA em prever a Guerra Árabe - Israelense defensivo. Embora seja um documento oficial tanto quanto tais análises da CIA, um relatório anual da Polícia Política do Estado Novo apresenta distinções próprias, com tom inquisitorial e cacoetes policialescos. Aliás, a ânsia de agradar ao superior hierárquico ou a um chefe de Estado, presente em toda documentação deste tipo, é especialmente acentuada quando falamos de ditaduras e órgãos voltados para a Segurança Interna, onde se vê hiperbolismos quanto a inimigos internos, bajulações aos chefes, e espiões ansiosos por oferecer informações alarmantes que, na verdade, são mentiras ou meros exageros, narrativas construídas com diferentes graus de habilidade com o fim de justificar o próprio emprego ou solicitar melhorias com o aumento d

É ingênuo, portanto, considerar tais fontes como espelhos de sua época – equívoco, aliás, inerente a qualquer tipo de fonte histórica, com o acento de que estamos falando de documentos produzidos por homens e mulheres envolvidos com disfarces, desinformações, delações, sequestros, assassinatos e propaganda. Oficiais de Inteligência, agentes e espiões almejam agradar seus recrutadores ou chefes, e as próprias Agências se encontram dentro das disputas políticas de poder do Estado, novamente, com especial acento para ditaduras (DA SILVA, 2010). Assim, documentos oficiais de Inteligência refletem e ocultam a realidade conforme a ótica e os interesses de seus funcionários, individualmente num primeiro nível – quem redigiu o documento, qual sua posição dentro da estrutura do governo, agência ou tropa, quais suas pretensões pessoais e profissionais, etc - das Agências, seções ou unidades num segundo nível – justificando sua relevância, “mostrando serviço” ou requisitando mais recursos - e, por fim, dos governos aos quais servem e que lhes financiam – a agenda política a ser seguida.

Noutro lado, no caso de livros destinados ao público em geral, seus autores buscam exaltar os feitos realizados, coisa que não se faz sem algum grau, consciente ou inconsciente, de hiperbolismos ou até mesmo cabotinismo. Estas fontes nem descrevem diretamente quem são os espiões ou agentes ou como foram recrutados, pois seu objetivo é muito mais expor os resultados – positivos! – dos empreendimentos do que descrevê-los. Nestes casos, como os dos relatórios oficiais, as orientações de Carlo Ginzburg (1989, pp. 143-274) quanto aos indícios deixados em cada documento, sobretudo pistas sutis ou mesmo involuntárias acerca dos próprios autores de relatórios oficiais, são particularmente úteis.

No caso de manuais e demais obras de orientação, a distância temporal em relação aos fatos se amplia, na medida em que os autores compilam suas experiências e as experiências de outros profissionais, a fim de fazer apanhados didáticos para cada tópico abordado. A formalidade e tecnicidade costumam ser ainda mais apurados, demandando ao historiador se familiarizar com o meio institucional produtor do manual – Exército, polícia, Escolas de Pensamento, etc. Nestes casos, a intencionalidade do autor é direta no sentido do que ele deseja ensinar, ou, do tipo de sujeito que ele almeja fabricar, mas deve-se ter em tela o fato de que de um determinado padrão de procedimento ser descrito não significa que ele foi alcançado em algum momento. Colocando de outra forma, manuais e crônicas sobre a importância e aplicação da espionagem não são garantia alguma de que a importância foi, de fato, suprida, muito menos de que a aplicação, de fato, se deu conforme descrita. Por exemplo, o manual de

serviço secreto da Polícia Política do Estado Novo descrevia técnicas de ocultação de mensagens em objetos pequenos e até fórmulas químicas de tinta invisível, estabelecendo, também, uma lista tão extensa e exigente de atributos para um espião que é de se questionar se alguém pudesse supri-la¹². E os relatórios da própria Polícia Política varguista alertam para os exageros deliberados e ingenuidades de seus próprios espiões, razão pela qual: “Suas informações, (...) não são aceitas sem maior exame, pois em razão do meio em que vivem, são muitos agentes impressionados por boatos e fantasias entusiásticas de certos conspiradores de café.”¹³. Isso sem contar os esquemas para forjar dados deliberadamente falsos, a fim de desviar parte da verba secreta destinada à espionagem (NASSER, 1946).

Portanto, nos casos dos Manuais de Espionagem, seria necessário cruzar as descrições do manual com estudos de caso concretos em relação ao contexto. Isto nem sempre é possível, pela ausência de fontes que possam ser cotejadas neste sentido. Mas, quando as fontes estão disponíveis, estudos deste tipo podem ser estudos de caso minuciosos, sem contar saborosos exemplos de improviso, amadorismo ou ingenuidade.

Sobre reportagens de jornais, estamos falando de fontes periódicas voltadas para as massas enquanto meio de comunicação. Neste sentido, os jornais não se restringem a ser somente meios de transmissão de informações, mas comunicam ideias, valores e discursos. Quanto a qualidade, deve-se notar que o jornal se vale de recursos gráficos como charges e fotos que influenciam diretamente no entendimento do leitor, além de em linguajar de acordo com cada jornal, que também é uma composição multiautoral na medida em que cada jornalista e colunista escreve a seu modo. Tais composições se apresentam como uma exposição de fatos reais e verídicos (BARROS, 2019, pp.179-252).

Assim, o elemento da *intencionalidade* é o mais direto possível quando um historiador utiliza fontes jornalistas para uma história da Espionagem e das Operações Encobertas, pois o jornalista está se propondo a elucidar os mesmos fatos que interessam ao historiador. Não obstante, em relação à *proximidade*, uma reportagem acerca de casos ou figuras envolvidas com Espionagem e Operações Encobertas está a uma considerável distância dos fatos, cujos dados são colhidos por um jornalista e contados a partir da própria narrativa do autor, crivada do perfil editorial do periódico, do estilo do jornalista, e dos objetivos sociais e políticos em relação à divulgação da reportagem. Isto demanda identificar os interesses sociais, políticos e econômicos inseridos na narrativa em torno do caso ou do personagem, sobretudo se o jornal ou repórter pertence ao país que é autor da operação de espionagem, ou se dele é vítima.

Na mesma direção, o jornal é composto não apenas de texto, mas de imagens, charges, ilustrações e fotos, que se tornam parte da narrativa que está sendo construída, sempre segundo interesses específicos. Por exemplo, temos várias reportagens da mídia ocidental sobre a espiã russa Anna Chapman, que operou durante anos nos Estados Unidos, se envolvendo com figuras do FBI e do governo. As reportagens insistem menos no grau de infiltração de Chapman e nos reais efeitos de suas

¹⁰ <https://www.cia.gov/readingroom/collection/president-nixon-and-role-intelligence-1973-arab-israeli-war>, acesso em 25 de junho de 2023, 10:38.

¹³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g.

¹² “Qualidade de confiança, sentido comum, dom de inspirar confiança, indulgência, ser muito observador, boa memória, ser preciso, analítico, diplomático, hábil em simular, ter habilidade para mover-se furtivamente, calma, naturalidade e exatidão, ser calado, fértil em recursos, probo, integro, seguro, corajoso, paciente e constante, abnegado, ter domínio sobre si mesmo, renunciar a aplausos; sentido humano, sentido de tempo e espaço, manter a inteligência aberta; valorizar os fatos fria e metodicamente, sem preconceitizado (sic)” (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g.

conexões para o jogo da Inteligência, do que no apelo sexual da espiã, inclusive por meio de fotos que demonstram a beleza da agente, além de menções a desfiles de moda, roupas sensuais e até propostas de filmes pornográficos¹⁴. Aqui retornamos à insistente construção de gênero da espiã como *Femme Fatale*, projetando uma visão sexista, somada aos medos e aos desejos masculinos.

Avançando ainda mais no repertório de fontes, temos também as biografias de ex-espiões e as crônicas de espionagem, ampliando o leque de possibilidades e ajustando o foco de nossa análise do escritório de quem redige o relatório para a vida do agente de campo. Este tipo de fonte é abundante, na forma de livros, reportagens e biografias acerca dos homens e mulheres que tomaram parte na espionagem (NAVARRO, 2009, pp.162-165). A guisa de exemplo, ver os trabalhos de Kathryn Atwood (2011, 2014), Shareen Blair Brysac (2000), Ben Macintyre (2020) e Gilles Perault (1970), entre muitos outros.

Pois bem, se os relatórios e documentos oficiais tem seu próprio jargão e estão numa distância imediatamente próxima aos fatos narrados, as biografias de espiões e de agentes, que apresentam linguajar menos formal e burocrático, brotam das próprias entranhas do ocorrido. Ao menos em tese. Porque, em relação a intencionalidade, elas se propõem a ser relatos excitantes, novelescos, ou ao menos, significativos, da trajetória das pessoas envolvidas em atividades secretas. É justamente esta intencionalidade de se atribuir importância aos personagens que leva a mais hiperbolismos, se não a mentiras em si. Aqui entra a função do historiador como detetive, conforme ensinado por Marc Bloch (2002) e Carlo Guinzburg (1989, pp. 143-274), que vem a ser observar, pescar os detalhes, averiguar plausibilidades. Não se deve acreditar em tudo o que se relata, ainda mais sendo redigido por alguém que trabalhou com espionagem.

Mas, tomados os devidos cuidados, este tipo de fonte também permite abordagens relacionadas à Micro História e à Biografia. No caso de uma Micro História, investigar a vida de um espião em específico permite não apenas compreender figuras normalmente anônimas na História, mas também observar um contexto maior – a Primeira Guerra Mundial ou a Ditadura Militar, por exemplo – e/ou as entranhas institucionais de órgãos como a CIA, a KGB, o MI6 ou o SNI, por meio da trajetória de vida destes indivíduos. Em sentido coletivo, por meio do método Prosopográfico, conforme proposto por Stone (1971), biografias de espiões num mesmo contexto permitem compreender como determinados segmentos sociais, relacionados a gênero, raça, classe, sexualidade etc foram cooptados pela demanda da Espionagem e das Operações Encobertas, além de seu desempenho e do status interno a eles atribuído. A guisa de exemplo, falamos noutra oportunidade da atuação das mulheres nos conflitos Mundiais, demonstrando que suas atuações não se restringiam à *sexpionage*, envolveram conflito irregular e operações especiais, permitindo a várias delas distinções várias na forma de medalhas e patentes (PACHECO, 2022b).

Noutra direção, biografias de espiões famosos, ou de figuras históricas envolvidas com a espionagem, como Francis Walsingham, podem ser focalizadas especificamente em relação ao recrutamento, motivações, treinamento e trabalho efetivo como agentes. A guisa de exemplo, analisando uma parte específica da conhecida biografia da revolucionária alemã Olga Benário Prestes, identificamos que ela efetivamente atuou como agente secreta na Inglaterra e na França, além de ter

¹⁴ <https://www.google.com/search?q=Anna+Chapman&oq=Anna+Chapman&aqs=chrome..69j57j46i13i512j0i13i30i7.3356j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

sido submetida a treinamento paramilitar, características que, somadas a sua inegável paixão comunista (o I de *ideology* do acrônimo MICE), fizeram com que o *Comintern* a escolhesse como guarda costas de Luís Carlos Prestes na equipe enviada ao Brasil para fomentar a revolta comunista de 1935 (PACHECO, 2022c). Esta espécie de “microbiografia” seria o recorte específico de um aspecto específico de uma biografia em particular - no caso, a trajetória do personagem histórico como agente - e pode ser útil para estudos de caso no campo da Espionagem e Operações Encobertas, lançando luz sobre motivações humanas relacionadas à prática, e sobre a efetividade tanto de treinamentos quanto de práticas testadas em diferentes contextos.

Conclusão

Por tudo que foi aqui exposto, a Espionagem e as Operações Encobertas se constituem em objetos significativos, numa intersecção entre a História Política e Militar. A partir de conceitos como o acrônimo MICE e a Pirâmide de Humint, podemos fazer uma história de carne e osso, humana, das mulheres e homens que tomaram parte destas atividades na História. Tais instrumentos se somam a ferramentas há décadas disponíveis aos historiadores, como os conceitos teóricos de apadrinhamento, corrupção ou status, os estudos de gênero, a prosopografia, entre outros.

Desta forma, estamos diante de um campo rico de estudos, cujo segredo não se constitui em barreiras na forma de documentos desclassificados, manuais, reportagens e biografias. O segredo inerente à espionagem não é um empecilho ao historiador, que pode lançar luz sobre figuras historicamente ocultas sob o manto de uma atividade que demanda, acima de tudo, o sigilo.

Fontes e bibliografia citada

ANTUNES, Priscila C. B. *SNI&Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDREW, Christopher. *The Sword and the Shield: the Mitrokhin archive*. Basic Books: New York, 2001.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921.

_____. *Fundo Polícias Políticas*. Setor Administração. Dossiê 1. pasta 1-g.

ATWOOD, Kathryn. *Women Heroes of World War I: 16 Remarkable Resisters, Soldiers, Spies and Medics*. Chicago Review Press, 2014.

_____. *Women Heroes of World War II: 26 Stories of Espionage, Sabotage, Resistance and Rescue*. Chicago Review Press, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História 1 – Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis:

Vozes, 2011.

_____. **O Uso dos Conceitos - uma abordagem interdisciplinar**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

_____. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BAR-ZOHAR, Michael, e MISHA, Nissim. **Mossad: As Grandes Missões do Serviço Secreto Israelense**. Dom Quixote: Córdoba, 2012.

BLANC, Claudio. **O Lado Negro da Cia**. São Paulo: Idea, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História e o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: 2002.

BRYSAK, Shareen Blair. **Resisting Hitler: Mildred Harnack and the Red Orchestra**. Oxford University Press, 2000.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. **A Guide to the Psychology of Espionage**. AFIO's Intelligencer Journal, 2014.

CHALOU, George C. (org). **The Secrets war: the Office of Strategic Services in World War II**. United States: National Archives and Records Administration. Proceedings of a conference sponsored by and held at the National Archives in Washington, D.C.1991.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Revista das revistas • Estud. av. 5 (11), Abr 1991.

CIA. **Freedom of Information Act Electronic Reading Room**. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/historical-collections>, acesso em 24 de junho de 2023, 12:44.

_____. **Carees: Staff Operations Officer**. Disponível em: <https://www.cia.gov/careers/jobs/staff-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

_____. **Carees: Paramilitary operations officer**. Disponível em: <https://www.cia.gov/careers/jobs/paramilitary-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

CORMAC, Rori. **The Pinprick Approach. Whitehall's Top-Secret Anti-Communist. Committee and the Evolution of British Covert. Action Strategy**. Journal of Cold War Studies. Volume 16, Number 3, Summer 2014.

CRUMPTON, Henry A. **A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI**. Barueri: Novo Século, 2013.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de

Janeiro: Multifoco: Tempo, 2010.

_____. **Sobre os Tribunais do Terceiro Reich, os fascismos e ditaduras: o que ainda há para estudar?** In: SHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SILVA, Giselda Brito. (Org.). **Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica**. Recife: EDUPE, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.: p. 61-66.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACINTYRE, Ben. **Agent Sonya**. New York: Crown, 2020.

MELTON, Heith H. e WALLACE, Robert. **CIA: Manual oficial de truques e espionagem**. São Paulo: Lua de papel 2010.

NASSER, David. **Falta alguém em Nuremberg: Torturas da polícia de Filinto**. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1946.

NAVARRO, Diego. **Tres mil anos de informacion y secreto**. Plaza y Valdes: Madir, 2009.

PACHECO, Thiago da Silva. **Da Ditadura à Democracia: Atividades de Inteligência da Polícia Política no Estado Novo e na República de 1946**. Tese de Doutorado - PPGHC. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

_____. **Trabalhando para Vargas: Agentes Secretos, Espiões e delatores no Estado Novo**. LOCUS (UFJF), v. 25, p. 107-131, 2019.

_____. **Investigadores, Delegados e Chefes de Polícia: transição do Estado Novo e permanências autoritárias no período democrático (1946)**. História: Questões e Debates, v. 70, p. 235, 2022.

_____. **Mulheres, Espionagem e Serviço Secreto: uma análise prosopográfica nas duas guerras mundiais**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 37, p. 75-99, 2022b.

_____. **Olga, a Agente Secreta**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v. 35, p. 82-102, 2022c.

PERRAULT, Gilles. **The Red Orchestra: the anatomy of the most successfull spy ring of World War II**. Simon and Shuster, Nem York, 1970.

RADSAN, A. John. **An Overt Turn on Covert Action**. Saint Louis University Law Journal: 2009.

RANK, Michael. **Espiões, Espionagem e Operações Secretas - Da Grécia Antiga à Guerra Fria**. Five Minute Books, 2015.

REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (Tomo 1)**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SHELDON, Rose Mary. **Intelligence Activities in Ancient Rome: Trust in the Gods but Verify (Studies in Intelligence)**, London: Routledge, 2005.
- SHULSKY, Abram. **What is Intelligence? Secrets and competition among states**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.
- SIMS, Jennifer. **What is Intelligence? Information for decision makers**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Recife: S.O.S Corpo, 1991.
- SOARES, Luis Carlos; VAINFAS, Ronaldo. **A Nova História Militar**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SOIHET, Raquel. **História, mulheres, Gênero: contribuições para um debate**. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.
- STONE, Laurence. **Prosopography**. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.
- SUN TZU. **A arte da guerra**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record 1995.
- TURNBULL, Stephen. **The Ninja: An Invented Tradition?** *Journal of Global Initiatives: Policy, Pedagogy, Perspective* : Vol. 9: No. 1, 2015.
- VOLKMAN, Ernest. **A História da Espionagem**. São Paulo: Escala, 2013.
- WEST, Nigel. **Historical Dictionary of Sexspionage**. Lanham: Scarecrow Press, 2009.
- WOLOSZYN, André Luís. **A Guerra nas Sombras: os bastidores dos Serviços Secretos internacionais**. São Paulo: Contexto: 2013.
- _____. **O Serviço de Informações e Contrainformações da FEB na Itália**. *Revista do IGHMB – ANO 81–nº 109–2022*.
- WIANT, Jon A. **A Guide to the Teaching About Covert Action**. *Journal of U.S. Intelligence Studies*, Volume 19, Number 2, 2012.
- WHITE, Rosie. **Violent Femmes: Women as spies in popular culture**. New York: Routledge, 2007.

Legião Estrangeira Francesa: Uma Instituição Militar internacionalmente renomada

Luiz Otavio da Silva Santos Jr.¹

RESUMO: A Legião Estrangeira Francesa é uma instituição militar notável e reconhecida mundialmente. Com uma história rica e diversificada, a Legião Estrangeira se destaca como uma unidade militar única, composta por recrutas estrangeiros que juram lealdade à França. Este artigo científico visa explorar a história, a composição, o treinamento e o papel da Legião Estrangeira Francesa no cenário internacional.

Palavras-chave: Legião Estrangeira, serviço estrangeiro, tradição, cultura militar.

ABSTRACT: The French Foreign Legion is a remarkable and globally recognized military institution. With a rich and diverse history, the Foreign Legion stands out as a unique military unit composed of foreign recruits who swear allegiance to France. This scientific article aims to explore the history, composition, training, and role of the French Foreign Legion in the international arena.

Keywords: Foreign Legion, foreign service, tradition, military culture.

Introdução:

A Legião Estrangeira Francesa é uma instituição militar singular e altamente respeitada, reconhecida internacionalmente por sua história fascinante e seu papel crucial nas fileiras do exército francês. Desde sua fundação em 1831, a Legião Estrangeira tem sido uma unidade militar renomada, composta por recrutas estrangeiros que se comprometem a servir a França com dedicação e lealdade inabaláveis.

A história da Legião Estrangeira é permeada por uma série de campanhas militares e operações em diferentes partes do mundo, destacando-se por sua participação em conflitos armados, ações humanitárias e missões de paz. Sua criação teve origem no desejo do Rei Luís Filipe I de recrutar soldados estrangeiros para o exército francês, e ao longo dos anos, a Legião Estrangeira tem sido um componente vital das forças armadas francesas, desempenhando um papel crucial na expansão colonial francesa e em inúmeras outras batalhas históricas.

A composição da Legião Estrangeira é verdadeiramente multicultural, atraindo recrutas de diversas origens e nacionalidades. Essa diversidade cultural e étnica é um dos pilares fundamentais da instituição, contribuindo para a riqueza de sua história e para a força de seu caráter. Os candidatos a

¹ Graduado em História pela Ulbra, Pós Graduado em Geografia, Filosofia e Sociologia pela Universidade Celso Lisboa

ingressar na Legião Estrangeira passam por um processo seletivo rigoroso, que avalia não apenas suas habilidades físicas e mentais, mas também sua conduta moral e disposição para se comprometer com os valores da unidade.

Uma das características mais distintivas da Legião Estrangeira é o seu treinamento intensivo. Os recrutas são submetidos a um programa rigoroso, desenvolvido para forjar soldados altamente treinados, disciplinados e resilientes. O treinamento abrange uma ampla gama de habilidades militares, desde combate e táticas de sobrevivência até técnicas de armas avançadas. Essa preparação intensiva é essencial para a formação de uma unidade altamente eficaz e capaz de enfrentar os desafios mais exigentes.

Além de seu papel militar, a Legião Estrangeira também exerce um impacto significativo na sociedade francesa. A instituição oferece uma oportunidade para estrangeiros se integrarem à comunidade francesa por meio do serviço militar. A Legião Estrangeira se tornou um símbolo de solidariedade e união, valorizando a diversidade cultural e promovendo a inclusão de indivíduos de diferentes origens em um ambiente único e desafiador.

Diante de sua história e contribuições notáveis, a Legião Estrangeira Francesa mantém sua reputação como uma instituição militar de elite e se estabelece como uma força respeitada internacionalmente. Este artigo científico busca explorar a história, a composição, o treinamento e o impacto da Legião Estrangeira Francesa, a fim de compreender a singularidade e a importância dessa instituição na arena militar e na sociedade em geral.

1. A História e a Evolução da Legião Estrangeira Francesa

A Legião Estrangeira Francesa possui uma história fascinante que remonta à sua fundação em 1831 pelo Rei Luís Filipe I. A motivação por trás de sua criação foi recrutar soldados estrangeiros para servir no exército francês, fornecendo-lhes uma oportunidade de escapar de suas circunstâncias pessoais ou de fugir de sua terra natal. Desde então, a Legião Estrangeira tem se destacado como uma instituição militar única e altamente respeitada.

Nos primeiros anos de sua existência, a Legião Estrangeira foi enviada para a Argélia, onde desempenhou um papel crucial na conquista e pacificação da região. A campanha argelina foi uma das principais empreitadas da Legião, sendo um período marcado por batalhas intensas e um ambiente hostil. A experiência na Argélia moldou a identidade e a reputação da Legião Estrangeira como uma unidade militar de elite, capaz de enfrentar desafios formidáveis.

Ao longo dos anos, a Legião Estrangeira participou de numerosos conflitos armados em todo o mundo. Durante a Primeira Guerra Mundial, as unidades da Legião lutaram corajosamente nas frentes europeias, contribuindo para o esforço de guerra francês. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Legião Estrangeira esteve envolvida em diversas campanhas, incluindo a defesa da França e a luta contra o nazismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Legião Estrangeira passou por uma transformação significativa. Sua missão deixou de ser exclusivamente colonial e passou a incluir uma participação

ativa em operações militares e de manutenção da paz em todo o mundo. A Legião Estrangeira foi implantada em conflitos na Indochina, Argélia, Chade, Líbano e outros países, demonstrando seu profissionalismo e adaptabilidade em diferentes cenários de combate.

Ao longo do tempo, a Legião Estrangeira expandiu seu escopo para além das operações militares, estendendo-se também para ações humanitárias e de assistência em crises internacionais. A participação em missões de paz sob os auspícios da ONU demonstrou a capacidade da Legião Estrangeira de operar em um ambiente multifacetado, lidando com desafios complexos e garantindo a estabilidade em regiões afetadas por conflitos.

A Legião Estrangeira tem sido um componente fundamental das forças armadas francesas, com um papel essencial na defesa dos interesses nacionais e na projeção da influência francesa no cenário internacional. Sua história é marcada pela coragem, dedicação e lealdade de seus membros, muitos dos quais fizeram grandes sacrifícios em nome da França.

Atualmente, a Legião Estrangeira continua a desempenhar um papel relevante, mantendo sua reputação como uma força militar altamente qualificada e respeitada. Sua evolução ao longo dos anos reflete a adaptabilidade e a capacidade de resposta da instituição às mudanças nas demandas e nas necessidades do mundo contemporâneo.

Segundo o livro: "Marche ou crève" (Marcha ou Morra 2004,p 207) - de Stephen King:

"A Légion étrangère é uma instituição sem paralelo. Atrai homens que procuram uma segunda chance, um reinício radical. (...) Aqui, sob o sol escaldante ou a chuva torrencial, homens de todas as nacionalidades se juntam para enfrentar juntos a dureza da vida e os desafios da guerra."

Sendo assim, a história e a evolução da Legião Estrangeira Francesa são testemunhos de uma instituição militar com uma herança notável e uma capacidade única de atrair e integrar indivíduos de diferentes origens. Sua trajetória, desde a conquista da Argélia até as atuais missões de paz, demonstra seu compromisso com os valores da França e sua dedicação em servir como uma força de elite em defesa da liberdade e da estabilidade internacional.

2. A Composição e o Recrutamento da Legião Estrangeira Francesa

A Legião Estrangeira Francesa é conhecida por sua composição multicultural e diversificada, composta por recrutas estrangeiros provenientes de diferentes partes do mundo. Essa característica singular confere à Legião uma atmosfera cosmopolita e uma riqueza cultural que a distingue de outras unidades militares.

O processo de recrutamento para ingressar na Legião Estrangeira é rigoroso e seletivo. Os candidatos devem atender a requisitos específicos, como ter idade mínima de 17 anos e 6 meses, e máxima de 40 anos, além de apresentar boa saúde física e mental. A Legião também exige que os candidatos tenham um histórico limpo e conduta moral aceitável, passando por verificações de antecedentes.

O processo de recrutamento ocorre em centros de seleção localizados na França e em outros países, onde os candidatos são submetidos a uma série de testes físicos, médicos e psicológicos. Essas avaliações têm como objetivo garantir que os candidatos possuam as capacidades físicas e mentais necessárias para enfrentar os desafios do treinamento e do serviço militar.

Segundo O livro: "La Légion - Mémoires de légionnaires", 2010, p 156 (A Legião - Memórias de Legionários) - de SIMON MURRAY:

"Na Légion étrangère, somos todos iguais. Nós deixamos para trás nossos nomes, nacionalidades e passados. Aqui, vestimos o mesmo uniforme, comemos as mesmas rações e enfrentamos os mesmos perigos. Somos uma família de estrangeiros unidos pela camaradagem e pelo desejo de servir algo maior que nós mesmos."

Uma vez aprovados na fase de seleção, os candidatos ingressam no processo de treinamento básico da Legião Estrangeira. Durante esse período, eles são submetidos a um regime rigoroso, que inclui treinamento físico intensivo, instrução em técnicas de combate, manejo de armas e disciplina militar. Esse treinamento desafiador tem como objetivo forjar soldados altamente qualificados e disciplinados, preparados para enfrentar qualquer situação de combate.

A diversidade étnica e cultural dos recrutas é uma das características distintivas da Legião Estrangeira. Os candidatos podem vir de países e regiões distintas, trazendo consigo suas experiências e tradições. Essa diversidade enriquece a unidade, proporcionando um ambiente multicultural no qual os membros da Legião aprendem uns com os outros e desenvolvem uma compreensão global mais ampla.

Uma vez que os recrutas concluem com sucesso o treinamento básico, eles são integrados a uma unidade da Legião Estrangeira e começam a servir em missões operacionais. Durante seu tempo de serviço, os legionários têm a oportunidade de avançar em sua carreira militar, adquirindo experiência e especializações adicionais.

A Legião Estrangeira oferece aos seus membros benefícios atraentes, como alojamento, alimentação, vestuário e assistência médica, além de um salário competitivo. Além disso, os legionários têm a oportunidade de obter a cidadania francesa após um período de serviço satisfatório, caso desejem.

Em resumo, a Legião Estrangeira Francesa é composta por recrutas estrangeiros de diversas origens, selecionados por meio de um rigoroso processo de recrutamento. Sua composição multicultural é uma fonte de orgulho e um reflexo da diversidade global. O recrutamento cuidadoso e o treinamento intensivo garantem que os membros da Legião sejam soldados altamente qualificados e dedicados, prontos para cumprir os desafios enfrentados nas operações militares. Através de sua composição única, a Legião Estrangeira fortalece os laços entre a França e os países de origem de seus membros, construindo pontes culturais e reforçando a cooperação internacional.

3. O Treinamento Intensivo na Legião Estrangeira Francesa

A Legião Estrangeira Francesa é conhecida por seu treinamento intensivo e exigente, que visa

transformar recrutas em soldados altamente capacitados e disciplinados. O treinamento é um dos pilares fundamentais da Legião Estrangeira e desempenha um papel crucial na formação de uma força militar de elite.

O programa de treinamento na Legião Estrangeira é projetado para desafiar os limites físicos e mentais dos recrutas. Desde o início, os legionários são submetidos a um ritmo intenso de atividades, combinando exercícios físicos extenuantes, treinamento de combate, técnicas de armas, sobrevivência e disciplina militar.

O treinamento físico é uma parte essencial do processo, visando desenvolver a resistência, a força e a resistência dos legionários. Os recrutas passam por corridas, marchas longas, treinamento em habilidades de combate corpo a corpo e condicionamento físico geral. Essas atividades ajudam a fortalecer o corpo e a preparar os legionários para enfrentar situações desafiadoras no campo de batalha.

O treinamento de combate é outra componente importante do programa. Os recrutas aprendem táticas de infantaria, técnicas de movimentação em terrenos variados, procedimentos de patrulha e técnicas de tiro. A instrução é conduzida por instrutores experientes, muitos dos quais são veteranos de combate, proporcionando aos legionários um treinamento realista e prático.

Segundo o livro: "The French Foreign Legion: A Complete History of the Legendary Fighting Force" 199, p 308 (A Legião Estrangeira Francesa: Uma História Completa da Força de Luta Legendária) - de Douglas Porch:

"A Légion étrangère, ao longo de sua história, tem sido uma instituição controversa e misteriosa. Enquanto alguns a veem como um refúgio para os desesperados e marginalizados, outros enxergam seus soldados como verdadeiros heróis, prontos para lutar e morrer por uma causa."

O treinamento em técnicas de armas é uma parte essencial do programa da Legião Estrangeira. Os legionários aprendem a operar uma variedade de armas, desde rifles e metralhadoras até lança-foguetes e veículos blindados. A ênfase é colocada na precisão, eficiência e segurança no manuseio das armas, garantindo que os legionários sejam proficientes em seu uso.

Além do treinamento físico e de combate, a disciplina militar é enfatizada em todos os aspectos do treinamento na Legião Estrangeira. Os legionários são ensinados a seguir ordens sem questionar, a manter a postura adequada, a respeitar a hierarquia e a honrar os valores da unidade. A disciplina é considerada essencial para a coesão e o funcionamento eficiente da Legião Estrangeira.

O treinamento intensivo na Legião Estrangeira não apenas desenvolve habilidades militares, mas também molda o caráter e a mentalidade dos legionários. Os recrutas são submetidos a situações desafiadoras, que testam sua resiliência, determinação e capacidade de trabalhar em equipe. Essa abordagem visa forjar soldados capazes de enfrentar e superar adversidades em condições adversas.

Ao longo do treinamento, os legionários são constantemente avaliados e testados. Aqueles que não atendem aos padrões exigidos ou não conseguem acompanhar o ritmo podem ser desligados da Legião. Isso garante que apenas os mais aptos e dedicados sejam integrados às fileiras da instituição.

Com tudo podemos observar que o treinamento intensivo na Legião Estrangeira Francesa é um elemento fundamental para a formação de uma força militar de elite. Por meio de uma combinação de treinamento físico, combate, técnicas de armas e disciplina militar, os recrutas são preparados para enfrentar os desafios mais exigentes. O treinamento não apenas desenvolve habilidades técnicas, mas também fortalece o caráter e a mentalidade dos legionários, criando soldados altamente qualificados, disciplinados e prontos para servir a França em qualquer situação.

4. As Missões e Contribuições da Legião Estrangeira Francesa

A Legião Estrangeira Francesa desempenha um papel crucial nas missões militares e operações em todo o mundo, demonstrando seu profissionalismo, habilidades de combate e compromisso com a defesa dos interesses nacionais franceses. Suas contribuições notáveis ao longo dos anos estabeleceram sua reputação como uma força militar de elite e altamente respeitada.

Uma das participações mais emblemáticas da Legião Estrangeira ocorreu durante a conquista e pacificação da Argélia no século XIX. A Legião desempenhou um papel vital nas batalhas contra as tribos rebeldes e desafiadoras, ajudando a garantir a soberania francesa sobre o território argelino. Essa campanha representou um marco na história da Legião Estrangeira, estabelecendo sua reputação de coragem, determinação e capacidade de combate.

Segundo o livro: "Marching with the Devil: 1998, p. 208 Legends, Glory and Lies in the French Foreign Legion" (Marchando com o Diabo: Lendas, Glória e Mentiras na Legião Estrangeira Francesa) - de David Mason:

"A Légion étrangère é uma mistura única de disciplina feroz, tradição antiga e camaradagem inquebrantável. Os soldados da Legião vivem vidas de extremos, enfrentando desafios inimagináveis e forjando vínculos de lealdade que duram para sempre."

Ao longo do século XX, a Legião Estrangeira esteve envolvida em inúmeros conflitos e operações militares. Durante a Primeira Guerra Mundial, as unidades da Legião lutaram nas frentes europeias, demonstrando coragem e bravura em batalhas como a Batalha de Verdun. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Legião Estrangeira participou de campanhas na França, norte da África e no front oriental, ao lado dos Aliados, resistindo à ocupação nazista.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Legião Estrangeira expandiu seu escopo para além das operações coloniais. Participou ativamente na Guerra da Indochina, enfrentando desafios significativos em um ambiente de guerra irregular e combate ao Viet Minh. A Legião também teve uma presença notável na Argélia durante a guerra de independência, na qual enfrentou guerrilheiros rebeldes e ajudou a manter a ordem em um período turbulento.

Nos tempos modernos, a Legião Estrangeira tem sido implantada em uma variedade de missões e operações de manutenção da paz. A Legião contribuiu para operações da ONU e da União Europeia em países como Kosovo, Bósnia, Chade, Mali e República Centro-Africana. Seu papel nessas missões

tem sido crucial para estabelecer a estabilidade, proteger civis e apoiar a construção de instituições governamentais.

Além de suas contribuições militares, a Legião Estrangeira também está envolvida em ações humanitárias em todo o mundo. Em situações de desastres naturais ou crises humanitárias, a Legião oferece suporte logístico, ajuda médica e assistência às comunidades afetadas. Sua presença nessas operações reflete o compromisso da Legião em ajudar os necessitados e fornecer apoio em momentos de crise.

As missões e contribuições da Legião Estrangeira Francesa não se limitam apenas ao campo de batalha. A presença da Legião também desempenha um papel importante na diplomacia francesa, servindo como uma representação simbólica da França e seu compromisso com a paz, estabilidade e cooperação internacional.

Segundo o livro: "Legionnaire: Five Years in the French Foreign Legion" 2010, p.191 (Legionário: Cinco Anos na Legião Estrangeira Francesa) - de Simon Murray:

"Na Légion étrangère, aprendi o verdadeiro significado de força interior e coragem. A vida na Legião não é fácil, mas é uma experiência transformadora que testa seus limites físicos e mentais. Somente os mais determinados e resilientes sobrevivem e se tornam verdadeiros legionários."

Analisando por esse ponto de vista, a Legião Estrangeira Francesa desempenha um papel significativo em missões militares, operações de paz e ações humanitárias em todo o mundo. Sua história de coragem e dedicação, desde a conquista da Argélia até as operações modernas, estabeleceu sua reputação como uma força militar de elite. As contribuições da Legião Estrangeira são testemunho de sua capacidade de enfrentar desafios complexos e seu compromisso em servir à França e à comunidade internacional.

5. Agora veremos os conflitos listados com mais detalhes para melhor entendimento

5.1. Legião Estrangeira a conquista e pacificação da Argélia:

A participação da Legião Estrangeira Francesa na conquista e pacificação da Argélia é um capítulo marcante em sua história e exemplifica a coragem e os desafios enfrentados pelos legionários durante esse período. A campanha na Argélia, que ocorreu ao longo do século XIX, foi um empreendimento complexo e de grande envergadura, com implicações tanto políticas quanto militares.

A conquista da Argélia foi motivada pelos interesses coloniais da França, que buscava expandir seu império e estabelecer um controle efetivo sobre o território. A Legião Estrangeira desempenhou um papel vital nesse processo, sendo enviada para enfrentar a resistência das tribos argelinas e assegurar a soberania francesa.

Os legionários enfrentaram desafios imensos durante a campanha na Argélia. Eles tiveram que lidar com uma geografia desafiadora, que incluía vastos desertos, montanhas escarpadas e densas

florestas. Além disso, a resistência feroz das tribos argelinas e a prática da guerra de guerrilha representaram um desafio significativo para a Legião Estrangeira.

Em meio a essas adversidades, os legionários demonstraram coragem, determinação e habilidades de combate excepcionais. Eles enfrentaram batalhas intensas contra guerrilheiros argelinos, adaptando-se a táticas de emboscada, embates corpo a corpo e embates em terrenos difíceis. A experiência adquirida na Argélia moldou a identidade da Legião, consolidando sua reputação como uma força militar de elite capaz de enfrentar e superar os desafios mais difíceis.

Além disso, a Legião Estrangeira enfrentou dilemas éticos e morais durante a campanha na Argélia. A guerra contra as tribos argelinas levantou questões sobre a justiça das ações tomadas pelos legionários. A Legião foi acusada de abusos contra a população civil e de cometer excessos em suas operações militares. Esses desafios éticos e morais contribuíram para a complexidade da campanha na Argélia e deixaram um legado de reflexão e debate.

A conquista da Argélia também teve um impacto duradouro na sociedade argelina. A imposição do domínio francês e a subsequente colonização tiveram profundas consequências para a população local. Os legados desse período, incluindo as tensões étnicas e a luta pela independência, ainda reverberam na Argélia até os dias de hoje.

É importante reconhecer que a participação da Legião Estrangeira na conquista da Argélia teve consequências significativas tanto para os legionários quanto para os argelinos. Enquanto a Legião lutava pelo cumprimento de sua missão militar e pelo estabelecimento do controle francês, a resistência argelina buscava proteger sua identidade, liberdade e independência.

Podemos concluir que a participação da Legião Estrangeira Francesa na conquista da Argélia foi um episódio marcante em sua história, repleto de coragem, desafios e dilemas éticos. Os legionários enfrentaram adversidades físicas e táticas, lutando contra uma resistência tenaz em um ambiente hostil. O legado da campanha na Argélia é complexo e duradouro, deixando um impacto significativo tanto na história da Legião Estrangeira quanto na sociedade argelina. A compreensão desses eventos é essencial para uma apreciação completa da história e do papel desempenhado pela Legião Estrangeira Francesa na construção do império francês.

5.2. Participação da Legião Estrangeira Francesa nas Guerras Mundiais:

A participação da Legião Estrangeira Francesa nas Guerras Mundiais foi marcada por atos heroicos, coragem inabalável e sacrifício em nome da defesa da França. Durante esses conflitos devastadores, os legionários enfrentaram desafios extremos, lutaram em batalhas épicas e deixaram um legado indelével na história militar.

Na Primeira Guerra Mundial, a Legião Estrangeira se destacou em várias frentes europeias, combatendo com bravura e determinação. Um dos episódios mais emblemáticos foi a Batalha de Verdun, em 1916, onde os legionários enfrentaram uma ofensiva alemã massiva, lutando tenazmente

para defender a cidade e seus arredores. Sua resistência incansável e sacrifício foram fundamentais para repelir o avanço inimigo.

Ao longo da Primeira Guerra Mundial, a Legião Estrangeira lutou em outras batalhas cruciais, como a Batalha do Marne, a Batalha de Champagne e a Batalha do Somme. Nessas frentes sangrentas, os legionários demonstraram coragem excepcional, avançando sob fogo inimigo, mantendo posições críticas e inspirando outros soldados com sua tenacidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Legião Estrangeira mais uma vez provou seu valor inestimável. Desde a defesa da França no início do conflito até as campanhas no norte da África e no front oriental, os legionários lutaram ao lado dos Aliados contra as forças nazistas.

Na defesa da França, a Legião Estrangeira engajou-se em batalhas ferozes, como a Batalha de Dunkirk, onde seus soldados resistiram até o último momento para proteger a retirada das tropas aliadas. Posteriormente, a Legião participou de campanhas na África, lutando contra o Afrika Korps de Rommel e desempenhando um papel crucial nas vitórias dos Aliados na região.

No front oriental, os legionários enfrentaram o exército alemão em batalhas brutais. Suas habilidades de combate, resiliência e determinação foram testadas em condições extremas, desde o congelamento do inverno russo até o fogo cerrado das batalhas urbanas. Os legionários nunca vacilaram e lutaram com bravura até o fim.

A participação da Legião Estrangeira nas Guerras Mundiais não foi isenta de sacrifício. Muitos legionários perderam suas vidas em defesa da França. Seus nomes estão gravados nos memoriais de guerra, lembrando-nos do preço pago pela liberdade e da devoção dos legionários ao país que escolheram servir.

O legado da participação da Legião Estrangeira nas Guerras Mundiais é um testemunho eterno da coragem, do espírito de sacrifício e do compromisso com a defesa da França. Os legionários demonstraram repetidamente sua capacidade de enfrentar adversidades extraordinárias, inspirando gerações futuras de soldados.

Além de seu impacto militar, a participação da Legião Estrangeira nas Guerras Mundiais fortaleceu o senso de identidade e coesão da unidade. Os legionários compartilharam experiências de combate, forjando laços de camaradagem e solidariedade que perduraram ao longo dos anos.

Sabendo que, a participação da Legião Estrangeira Francesa nas Guerras Mundiais foi marcada por bravura, sacrifício e um profundo compromisso com a defesa da França. Seus legionários enfrentaram desafios formidáveis, lutaram com coragem inabalável e deixaram um legado heroico. Seu espírito de devoção e resiliência continua a inspirar as gerações futuras de legionários e a manter viva a memória de seu inestimável serviço à nação francesa.

5.3. Legião Estrangeira Francesa na Guerra da Indochina:

A participação da Legião Estrangeira Francesa na Guerra da Indochina, que ocorreu de 1946 a

1954, é um capítulo fascinante e desafiador em sua história. Enfrentando um inimigo implacável e lutando em um ambiente de guerra irregular, os legionários demonstraram coragem, habilidade de combate e resiliência extraordinárias.

A Guerra da Indochina foi um conflito complexo, marcado pela luta do Viet Minh, liderado por Ho Chi Minh, pela independência vietnamita contra as forças coloniais francesas. A Legião Estrangeira foi enviada para o Vietnã e outras áreas da Indochina como uma força de combate essencial na tentativa de suprimir a resistência e manter o controle francês sobre a região.

Os legionários enfrentaram desafios significativos na Guerra da Indochina. Eles se viram lutando contra um inimigo altamente motivado, familiarizado com o terreno e com ampla experiência em táticas de guerrilha. O Viet Minh empregava táticas de emboscada, ataques surpresa e redes de túneis, dificultando o progresso das forças francesas.

Em meio a esses desafios, os legionários demonstraram coragem notável e habilidades de combate excepcionais. Eles realizaram operações de patrulha em selvas densas, travaram combates em terrenos difíceis e conduziram operações de contra-insurgência em aldeias e áreas rurais. Os legionários lutaram com bravura e determinação, enfrentando constantemente o perigo para cumprir suas missões.

A experiência na Guerra da Indochina teve um impacto profundo na Legião Estrangeira. Os legionários tiveram que se adaptar a uma forma de guerra irregular, ajustando suas táticas e estratégias para enfrentar um inimigo que dominava o terreno e empregava métodos de combate não convencionais. Essa experiência moldou a evolução da Legião Estrangeira e influenciou sua doutrina militar em conflitos futuros.

No entanto, a Guerra da Indochina também apresentou dilemas éticos e morais para os legionários. O conflito levantou questões sobre a legitimidade da presença francesa na região e os meios utilizados para suprimir a resistência vietnamita. Essas questões complexas adicionaram uma camada adicional de desafio à experiência dos legionários, que tiveram que equilibrar suas responsabilidades militares com as considerações éticas em meio a um conflito cada vez mais brutal.

Apesar das dificuldades e das limitações impostas pela guerra irregular, os legionários da Guerra da Indochina demonstraram habilidades de combate notáveis e sacrifício inabalável. Seu profissionalismo e bravura foram reconhecidos tanto pelos franceses quanto por seus adversários vietnamitas.

No entanto, a Guerra da Indochina acabou resultando na retirada das forças francesas e na independência do Vietnã. Embora tenham sido incapazes de alterar o curso político do conflito, os legionários lutaram com coragem e honra, cumprindo sua missão da melhor forma possível.

A participação da Legião Estrangeira Francesa na Guerra da Indochina deixou um legado duradouro. A experiência nesse conflito ajudou a aprimorar suas táticas e estratégias, bem como a consolidar sua reputação como uma força de combate de elite. Os legionários que lutaram na Guerra da Indochina demonstraram sacrifício e dedicação inabaláveis, apesar das dificuldades encontradas no campo de batalha.

Concluimos que a Legião Estrangeira Francesa enfrentou uma batalha árdua e desafiadora na Guerra

da Indochina. Lutando contra um inimigo implacável em uma guerra irregular, os legionários mostraram coragem, habilidade de combate e resiliência extraordinárias. Embora a guerra tenha terminado com a independência do Vietnã, o legado da participação da Legião Estrangeira na Guerra da Indochina permanece como um testemunho da bravura e do sacrifício dos legionários em defesa da França.

5.4. Legião Estrangeira Francesa em Operações de Paz e Missões Humanitárias:

A participação da Legião Estrangeira Francesa em operações de paz e missões humanitárias desempenha um papel essencial na promoção da estabilidade, na proteção dos direitos humanos e na prestação de assistência em áreas afetadas por conflitos ou desastres naturais ao redor do mundo. Seu compromisso com a paz e a solidariedade global é uma expressão tangível dos valores fundamentais da humanidade.

Ao longo das décadas, a Legião Estrangeira tem sido implantada em diversas missões de paz sob os auspícios das Nações Unidas e da União Europeia. Essas missões têm como objetivo primordial estabelecer a paz, facilitar a reconciliação, proteger civis e promover a estabilidade em regiões afetadas por conflitos. A Legião Estrangeira contribui com seu profissionalismo, expertise militar e capacidade de adaptação nessas operações.

Uma das áreas em que a Legião Estrangeira desempenhou um papel importante foi nos Bálcãs, durante os conflitos na ex-Iugoslávia. Legionários foram implantados na Bósnia e no Kosovo para auxiliar na implementação dos acordos de paz e fornecer segurança às populações locais. Sua presença ajudou a criar condições favoráveis para o estabelecimento de instituições governamentais estáveis e a reconstrução pós-conflito.

Além disso, a Legião Estrangeira tem sido uma força ativa em operações de paz e estabilização em outras regiões, como no Chade, Mali e República Centro-Africana. Nessas áreas, os legionários têm enfrentado desafios complexos, incluindo confrontos com grupos armados, proteção de civis, estabelecimento de segurança e assistência no processo de construção de instituições governamentais legítimas.

A Legião Estrangeira também desempenha um papel crucial em missões humanitárias, fornecendo assistência em situações de desastres naturais e crises humanitárias. Seja em terremotos, inundações, furacões ou outras emergências, os legionários são mobilizados para fornecer apoio logístico, assistência médica, distribuição de suprimentos e ajuda no restabelecimento da infraestrutura básica.

Sua presença nessas operações representa um farol de esperança para as comunidades afetadas, oferecendo apoio prático e demonstrando solidariedade em momentos de grande necessidade. A Legião Estrangeira coloca sua expertise e recursos à disposição das comunidades em situações de crise, ajudando a aliviar o sofrimento e a facilitar a recuperação.

Além do impacto direto em áreas afetadas por conflitos ou desastres, a participação da Legião Estrangeira em operações de paz e missões humanitárias tem um efeito mais amplo no plano internacional. Sua presença demonstra o compromisso da França com a manutenção da paz, a cooperação internacional e a promoção dos direitos humanos. A Legião Estrangeira reforça a imagem da França

como um ator responsável na cena global, contribuindo para a estabilidade e a segurança internacional.

Em suma, a participação da Legião Estrangeira Francesa em operações de paz e missões humanitárias desempenha um papel essencial na construção de um mundo mais seguro, estável e solidário. A Legião Estrangeira traz sua expertise militar, coragem e compromisso com os valores humanitários em áreas afetadas por conflitos e desastres naturais. Seu envolvimento fortalece as comunidades afetadas, promove a reconciliação, protege os direitos humanos e contribui para um mundo mais pacífico e resiliente.

6. O Impacto Social e Cultural da Legião Estrangeira Francesa

Além de seu papel militar notável, a Legião Estrangeira Francesa exerce um impacto social e cultural significativo, tanto dentro da França quanto além de suas fronteiras. Sua presença e contribuições transcenderam os campos de batalha, moldando a sociedade, promovendo a integração e celebrando a diversidade cultural.

Um dos principais impactos sociais da Legião Estrangeira é proporcionar uma oportunidade para estrangeiros se integrarem à comunidade francesa. Ao ingressar na Legião Estrangeira, indivíduos de diferentes nacionalidades e origens étnicas têm a chance de adquirir uma nova identidade como legionários e estabelecer uma conexão direta com a cultura e os valores franceses. A Legião Estrangeira oferece a esses indivíduos um caminho para a cidadania francesa, desde que cumpram um período de serviço satisfatório. Essa integração é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade multicultural e inclusiva.

A Legião Estrangeira é conhecida por sua composição multicultural e diversificada, atraindo recrutas de todo o mundo. Essa diversidade é valorizada dentro da Legião, promovendo a troca de experiências, a compreensão intercultural e a construção de laços de camaradagem entre pessoas de diferentes origens. Os legionários aprendem uns com os outros, compartilham suas histórias e experiências de vida, criando um ambiente de convivência enriquecedor e enraizado na diversidade cultural.

Além disso, a Legião Estrangeira tem sua própria cultura e tradições, que são respeitadas e valorizadas por seus membros. A instituição enfatiza a disciplina, o espírito de corpo e o compromisso com os valores fundamentais, como honra, lealdade e sacrifício. Essa cultura única da Legião Estrangeira tem um impacto profundo nos legionários, moldando sua identidade coletiva e fortalecendo seu compromisso com a unidade e com a França.

A presença da Legião Estrangeira também tem um impacto cultural mais amplo na sociedade francesa. A Legião participa de desfiles militares, eventos públicos e cerimônias, onde sua presença imponente e uniformes característicos, são admirados e respeitados. A imagem da Legião Estrangeira evoca um sentimento de orgulho nacional e reforça a reputação da França como uma nação com um legado militar glorioso.

Além disso, a Legião Estrangeira é frequentemente retratada na literatura, no cinema e na mídia em geral, aumentando sua visibilidade e contribuindo para a formação da mitologia em torno da

instituição. Essas representações ajudam a manter viva a história da Legião Estrangeira, a disseminar sua imagem e a inspirar admiração pelo seu papel na defesa dos interesses franceses em todo o mundo.

No contexto internacional, a Legião Estrangeira é amplamente reconhecida como uma instituição militar de elite, o que contribui para a projeção de influência da França no cenário global. A presença da Legião em operações de paz e missões humanitárias demonstra o compromisso da França em manter a paz, a segurança e a estabilidade em diferentes regiões do mundo.

Podemos dizer que, a Legião Estrangeira Francesa exerce um impacto social e cultural notável. Sua presença e contribuições não se limitam ao âmbito militar, mas se estendem à integração de estrangeiros na sociedade francesa, à promoção da diversidade cultural e à celebração de uma identidade multicultural. A Legião Estrangeira fortalece os laços entre seus membros e a França, ao mesmo tempo em que projeta uma imagem de profissionalismo, solidariedade e respeito aos valores humanos fundamentais. Seu impacto social e cultural é um testemunho de seu papel único e importante na construção de uma sociedade global mais inclusiva e harmoniosa.

Conclusão

A Legião Estrangeira Francesa, ao longo de sua rica e fascinante história, estabeleceu-se como uma instituição militar singular e de renome internacional. Sua composição multicultural, recrutando homens de diferentes origens e nacionalidades, contribui para a diversidade cultural e a força de caráter da Legião. Os legionários, dedicados e leais à França, passam por um treinamento rigoroso, desenvolvendo habilidades excepcionais e uma mentalidade resiliente.

A Legião Estrangeira desempenhou papéis fundamentais em diversos conflitos armados, operações de paz e missões humanitárias, deixando um legado notável de coragem, profissionalismo e compromisso. Seu envolvimento em batalhas históricas, como a Guerra da Argélia e as Guerras Mundiais, demonstrou sua habilidade em enfrentar desafios formidáveis. Além disso, a Legião Estrangeira desempenha um papel ativo na estabilização de regiões afetadas por conflitos, proporcionando segurança e assistência humanitária.

Além de seu papel militar, a Legião Estrangeira também tem um impacto social e cultural significativo. Através de sua integração na sociedade francesa, oferece a estrangeiros a oportunidade de se tornarem cidadãos e promove a diversidade cultural. A instituição é um símbolo de solidariedade, união e respeito aos valores fundamentais.

A Legião Estrangeira Francesa é uma fonte de orgulho para a França, projetando uma imagem de excelência e profissionalismo. Sua reputação de unidade de elite transcende as fronteiras nacionais e é reconhecida internacionalmente. Através de sua participação em operações militares, a Legião contribui para a segurança e estabilidade global, fortalecendo a reputação da França como um país comprometido com a paz e a cooperação internacional.

Em resumo, a Legião Estrangeira Francesa é uma instituição militar única, cuja história, composição, treinamento e impacto são de extrema importância. Seu legado de bravura, sacrifício e

compromisso com a França deixou uma marca indelével na história militar.

A Legião Estrangeira personifica os valores de coragem, honra e lealdade, representando uma força exemplar e inspiradora. Sua história e contribuições notáveis são um testemunho do poder do espírito humano e da dedicação à causa da paz e da segurança global. A Legião Estrangeira Francesa continuará a ser uma figura proeminente no cenário militar, preservando sua herança e inspirando gerações futuras de soldados.

Referências bibliográficas:

MASON, David. **Marching with the Devil: Legends, Glory and Lies in the French Foreign Legion.** 1998

MURRAY, Simon. **Legionnaire: Five Years in the French Foreign Legion.** 2010

WINDROW, Martin. **The French Foreign Legion in Indochina, 1946-1956.**

Porch, Douglas. **The French Foreign Legion: A Complete History of the Legendary Fighting Force.** 1991

Página oficial da Legião Estrangeira Francesa (em francês):

<https://www.legion-etrangere.com/>

Museu da Legião Estrangeira Francesa (em francês):

<http://www.musee-legionetrangere.fr/>

French Foreign Legion Information (em inglês):

<https://foreignlegion.info/>

The Official French Foreign Legion Recruitment (em inglês):

<https://en.legion-recrute.com/>

Página oficial do Exército Brasileiro sobre a Legião Estrangeira Francesa (em português): <https://www.eb.mil.br/web/informex/legiao-estrangeira-francesa>

As origens do perigo alemão no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial

Cássia Victor Rocha¹

RESUMO: Este artigo analisa as possíveis origens dos boatos que rondavam o Brasil, sobre um plano ordenado por Adolf Hitler, para invadir o país durante a segunda guerra mundial. Esses boatos eram provenientes dos inimigos da Alemanha, pois a Inglaterra e a Alemanha tinham rivalidades na Europa desde o século XIX. Na época de guerra, a Inglaterra mandou um documento ao governo brasileiro alertando o país de uma invasão alemã. Não existem evidências dessa invasão, mas os brasileiros em época de guerra viveram dias de medo. Porém, o perigo alemão foi pretexto e justificativa para o governo brasileiro, ofertar posturas de racismo, violência e perseguição com os germânicos e seus descendentes residentes no país. Perseguidos, humilhados, excluídos e roubados, pelo governo brasileiro e distantes de sua pátria, os germânicos e seus descendentes, passaram um período de terror, medo, violência policial, tratamento sub-humano e prisões em terras brasileiras, além da proibição de professar sua cultura, configurando crimes contra os direitos humanos dos estrangeiros, que ficaram silenciados na história brasileira, e deixaram ressentimentos e revoltas na comunidade germânica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Violação de direitos humanos; Germânicos; Perseguição.

ABSTRACT: This article analyzes the possible origins of the rumors that surrounded Brazil, about a plan ordered by Adolf Hitler, to invade the country during the second world war. These rumors came from Germany's enemies, as England and Germany had had rivalries in Europe since the nineteenth century. At the time of the war, England sent a document to the Brazilian government warning the country of a German invasion. There is no evidence of this invasion, but wartime Brazilians lived days of fear. However, the German danger was a pretext and justification for the Brazilian government to offer positions of racism, violence and persecution with Germans and their descendants residing in the country. Persecuted, humiliated, excluded and robbed by the Brazilian government and far from their homeland, the Germans and their descendants spent a period of terror, fear, police violence, subhuman treatment and imprisonment in Brazilian lands, in addition to the prohibition of professing their culture, constituting crimes against the human rights of foreigners, who were silenced in Brazilian history, and left resentments and revolts in the German community in Brazil.

KEYWORDS: Violation of human rights; Germans; Persecution.

¹ Licenciada em história pela UNESC- Universidade do Extremo Sul Catarinense, e pós-graduada em história da guerra, pela Faveni- Faculdade Venda Nova do Imigrante.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de responder quais as origens dos boatos que rondavam o Brasil desde o século XIX de uma invasão alemã no país, o chamado “perigo alemão”.

O perigo alemão se intensificou na época da segunda guerra mundial, com a ascensão de Adolf Hitler e seu governo nazista na Alemanha. O Brasil neste período de 1930-1940, possuía colônias germânicas que ainda viviam suas práticas culturais livremente, e muitos desses imigrantes apoiavam o nazismo alemão, como os italianos no país, apoiavam o fascismo, havia no Brasil núcleos nazistas e fascistas na época do estado novo de Getúlio Vargas.

A partir dos anos de 1942, o Brasil declarou guerra ao eixo (Itália, Alemanha e Japão), e proferiu medidas repressivas contra os imigrantes germânicos no país, com a justificativa de um plano do fúher alemão de invadir o país durante a segunda guerra mundial. Uma invasão que nunca aconteceu. Mas, de onde partiram esses boatos?

Mesmo não tendo evidências de um ataque comandado pela Alemanha, todos os imigrantes alemães sofreram um período de verdadeiro terror no país, onde tiveram seus bens bloqueados, foram presos em confinamento, sofreram perseguição e violência policial, foram excluídos socialmente, proibidos de frequentar escolas e igrejas, e ainda o Brasil os proibiu de professar sua cultura. Crimes estes, contra os direitos humanos dos imigrantes acabaram justificados e silenciados pelo governo brasileiro.

AS ORIGENS DO PERIGO ALEMÃO

A ideia de um perigo alemão surgiu na Europa no século XIX, por conta das rivalidades entre os países europeus, por colônias de exploração. Com a entrada da Alemanha para os blocos imperialistas, na década de 1870, a Alemanha começou a anexar territórios e, os franceses e os britânicos entenderam a entrada da Alemanha para os blocos imperialistas como um perigo, pois a Alemanha ainda não tinha grande número de colônias de exploração.

Outras questões era que a Alemanha no século XX era a nação mais poderosa na Europa nos ramos industriais e de tecnologia, mesmo a Inglaterra sendo a pioneira na revolução industrial com a criação da máquina a vapor, a Alemanha conseguiu se desenvolver mais que a Inglaterra nos ramos industriais, se destacando pela descoberta do corante e algodão químico, enquanto a Inglaterra era uma potência financeira.

Os países da Europa imperialistas como França e Inglaterra começaram a divulgar tanto na Europa, quanto no Brasil um suposto perigo alemão. Na Europa havia rivalidades entre as nações, a Alemanha era um país em potencial desenvolvimento, que ultrapassou a Inglaterra e a França que eram polos industriais. E, como o país começou a anexar territórios no século XIX, surgiram as rivalidades por colônias de exploração, segundo o professor Everaldo de Oliveira Andrade, do

Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP², “Há uma insistência da França de que o tratado impusesse pesadas perdas e reparações de guerra à Alemanha, em uma tentativa de atrasar o seu desenvolvimento econômico, que já era bem superior nesse período em relação à própria França e a outros países europeus”.

O projeto brasileiro de colonização com alemães não foi consensual, desde o seu início. Por isso, sempre houve críticas e observações desabonadoras em relação a eles e aos seus descendentes estabelecidos no país. Esses sentimentos foram reforçados e se difundiram, sobretudo, a partir de 1871, quando os vários Estados alemães foram unificados num país unitário, o Império Alemão. Esse império estava chegando tardiamente ao “mercado” de colônias fora da Europa, e poderia estar arquitetando objetivos inamistosos em relação ao Brasil, podendo aproveitar-se, para esse fim, dos seus compatriotas aqui estabelecidos (GERTZ, p. 15, 2015).

Desde o século XIX rondavam boatos no Brasil que a Alemanha pretendia invadir o país, pois aqui no Brasil havia colônias alemãs e no ano de 1870 houve a unificação alemã e o país entrou para o bloco imperialista e começou a anexar territórios.

Assim, nos aproximadamente 25 anos que vão de 1890 até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a discussão em torno daquilo que se denominou “perigo alemão” transformou-se em algo cotidiano, ao menos para brasileiros mais ou menos informados. Jornais chegaram a manter colunas permanentes sobre o tema (GERTZ, 1998a), destacados intelectuais da época participaram do debate. Basta citar o pequeno livro do conhecido intelectual Sílvio Romero (1906), intitulado *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Esse clima resultou numa série de atos contra as referidas populações, durante o assim chamado primeiro conflito mundial, conhecidos por pessoas mais ou menos informadas, e mais recentemente detalhados numa tese de doutorado de Stefan Chamo (GERTZ, p. 15, 2015).

Os boatos de uma invasão alemã no Brasil ganham mais força com a ascensão de Adolf Hitler ao governo da Alemanha em 1933, e com a eclosão da segunda guerra mundial. Neste período as colônias alemãs localizadas no Sudeste e Sul brasileiro hastearam a bandeira nazista e, nestas colônias haviam alemães que eram afiliados ao partido nazista, e que ajudavam financeiramente o partido na Alemanha.

Como relatam os próprios alemães que moravam no Brasil, a fama do fúher chegou ao Brasil e, o povo alemão venerava Hitler por ter devolvido o emprego e a dignidade ao seu povo. No documentário, “O integralismo e o nazismo na região de Blumenau”³, um descendente de alemão, relata que Hitler teria convidado os alemães a voltarem a seu país de origem, pois havia empregos posto que os mesmos haviam saído da Alemanha no século XIX, devido à crise na Europa.

Nos próprios relatos dos descendentes de alemães percebemos a admiração a Adolf Hitler:

Os alemães residentes aqui no Brasil, [...] se sentindo mal aceitos pelo povo nativo da região, vendo os prodigiosos progressos que o Führer conseguia, passaram a venerá-lo,

² Disponível em: Tratado de Versalhes marcou nova fase do capitalismo, diz professor – Jornal da USP

³ Disponível: (43) Anauê! O Integralismo e o nazismo na região de Blumenau - YouTube

e não foram poucos os que se inscreveram no “partido” do seu herói, e como o número de inscrição no partido mandava [??] muito, com os números mais baixos levando privilégios, a pressa de se inscrever aumentava, e em pouco tempo tínhamos aqui em Itoupava II um núcleo de valorosos defensores das ideias do seu fantasioso Führer (ARNOLD, 1986, p. 27-36-37); (ZANELATTO, GONÇALVES, p. 15, 2013).

Por causa destas colônias alemãs no Brasil, o governo brasileiro começou a se preocupar com uma possível invasão e anexação das terras brasileiras à Alemanha, com fortes boatos foram no Brasil.

No ano de 1939, o governo da Inglaterra envia ao Brasil um documento sobre ameaças da Alemanha invadir o Brasil, o autor do livro “Relações militares EUA x Brasil de 1939-1943” Giovanni Latfalla fala ter encontrado este documento nos arquivos do exército brasileiro onde o autor relata que este documento chegou ao ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra antes da segunda guerra mundial começar e, ao receber envia à Vargas.

Na década de 1930-1940 houve afiliados ao partido nazista no Brasil, porém não eram todos os alemães que moravam no Brasil que apoiavam o nazismo. O que o Brasil e a mídia não mostram, é que por um lado era vantajoso para as colônias alemãs o apoio ao nazismo, pois os imigrantes saíram da Europa em busca de melhores condições de vida, com a promessa brasileira de que aqui poderiam prosperar financeiramente, e quando estes chegam no Brasil, o país os deixa a mercê da própria sorte.

Os imigrantes europeus foram trazidos ao Brasil, no século XIX, com o objetivo de desenvolver a economia do país. Com a chegada de Hitler a presidência da Alemanha, o fúher ajudou financeiramente os imigrantes no país, um exemplo, era a preocupação de que os alemães tinham com a educação de seus filhos e, enquanto o Brasil não providenciou escolas com professores para ensinar os filhos dos imigrantes, sendo as primeiras escolas improvisadas pelos próprios imigrantes, Hitler financiou a educação para os imigrantes no Brasil.

Uma preocupação constante do governo nazista era com as crianças que pertenciam as novas gerações e iriam levar a ideologia hitlerista no futuro. Por intermédio do consulado, alguns professores foram enviados da Alemanha para trabalharem no Brasil em escolas germânicas, durante um prazo de quatro anos, em média. Esses professores teriam a missão de educar as crianças alemãs de acordo com as ideias nazistas. Contabilizavam 100 professores integrantes desta associação no Brasil (DIETRICH, Ana Maria, p. 296, 2007).

Em entrevista, a filha de Cossel, o líder nazista no Brasil, fala que seu pai ajudava os alemães no Brasil: “Nós recebíamos dinheiro e roupas da embaixada alemã. Ele sempre cuidou dos alemães no Brasil” (DIETRICH, p. 348, 2007).

Esse relacionamento dos imigrantes com a Alemanha preocupava o governo brasileiro, rondavam boatos no Brasil de uma possível invasão de Hitler às terras brasileiras, mas muitos historiadores contemporâneos não acreditaram nesta hipótese, pois não há evidências.

Considero que o assimu chamado “perigo nazista” no “sul” do Brasil sempre foi – e continua sendo – superdimensionado. Em primeiro lugar, até hoje não foi apresentada nenhuma evidência de que a alta cúpula nazista alemã em algum momento tivesse sequer

pensado na propalada invasão e anexação de partes do Brasil. Uma única fonte contemporânea afirmava isso – um livro do dissidente Hermann Rauschning –, mas ela foi, entretanto, desmascarada como fraude. Arquivos gaúchos recentemente localizados, mas ainda não avaliados, lançam alguma luz sobre as motivações do autor. Claro, se Hitler tivesse vencido a guerra, teria ocupado o mundo todo, mas a existência do suposto projeto nesse sentido em relação ao “sul” do Brasil se baseia muito mais no imaginário que em fatos concretos (GERTZ, p. 19, 2015).

A mesma coisa acontecia com os japoneses no Brasil, também havia uma preocupação de que os japoneses viessem a invadir o país durante a segunda guerra mundial. Mas a questão ainda paira no ar sobre o dito perigo alemão no Brasil, justificativa para o governo brasileiro cometer sérios crimes contra os direitos humanos dos estrangeiros, principalmente durante a segunda guerra mundial, crimes estes que ficaram esquecidos, ou melhor, foram silenciados pelo governo brasileiro.

Anos de terror: perseguição, prisões e violência policial aos alemães no Brasil

Os imigrantes germânicos como vimos acima, sempre sofreram perseguição e estiveram na mira do governo brasileiro, mesmo tendo uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico do Brasil, desde a agricultura até o processo de industrialização. Na visão do desenvolvimentismo capitalista, foram amordaçados, violentados, roubados financeiramente, e tiveram sua cultura destruída pelo projeto de nacionalização brasileiro, e esses crimes ficaram esquecidos na história brasileira.

Perseguidos no Brasil, com a eminente “ameaça alemã”, o dito perigo alemão no Brasil na época do estado novo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930-1940 ganha força no período da segunda guerra mundial, pois com o pretexto de uma invasão de Hitler que nunca foi comprovada, e acusados de nazistas e fascistas, o governo brasileiro definiu várias medidas repressivas que culminaram em crimes contra os direitos humanos dos germânicos.

Em 1939 começou a segunda guerra mundial e, em 1942 o Brasil entra na guerra ao lado do bloco dos aliados, declarando guerra ao bloco do eixo (Alemanha, Itália e Japão). Nazi-fascista, o governo de Getúlio Vargas apoiou os Estados Unidos com o interesse de redefinir suas relações internacionais e por este motivo, os estrangeiros alemães, italianos e japoneses residentes no Brasil sofreram perseguição pelo governo de Vargas.

As autoridades brasileiras criaram uma política de nacionalização, esse processo tinha como proposta principal construir um país patriota e uma identidade nacional, pois o Brasil era um misturado de várias etnias diferentes, cujo objetivo era unir todas em uma única identidade e nação, mas o principal alvo da campanha de nacionalização foram os descendentes dos “inimigos” na guerra aqui presentes, que passaram por um processo de abasileiramento, com uma forte onda de repressão e perseguição às suas práticas culturais, políticas e econômicas de origem que foram combatidas em todo território brasileiro.

As autoridades brasileiras por meio da campanha de nacionalização criaram várias medidas de repressão, um dos meios principais desta campanha foi o ensino educacional nas escolas, pois a escola foi um meio para disciplinar pessoas e, neste período houve uma reforma educacional em prol dos

interesses republicanos e do projeto de nacionalização.

As escolas alemãs foram fechadas, pois falavam e ensinavam a língua alemã, e seus conteúdos todos modificados pela nova política, foram organizados disciplinas, conteúdos e métodos que afirmassem fatos e disputas selecionados da república criando uma cultura e identidade nacional, pois nestas escolas criadas pelos próprios imigrantes, muitas delas tinham professores vindo a pedido de Adolf Hitler, ensinar os filhos dos imigrantes a ideologia nazista.

A região Sul brasileira foi a mais perseguida pela campanha de nacionalização, pois no Sul estavam a maior quantidade de descendentes de imigrantes italianos e alemães. Muitos desses eram nazistas e apoiavam financeiramente o partido nazista e viviam segundo seus costumes europeus, falavam em alemão e italiano e haviam escolas que ensinavam e missas que eram ministradas nas línguas estrangeiras.

As medidas de repressão contra as comunidades germânicas era uma imposição dos Estados Unidos, inimigos de guerra da Alemanha. Os estrangeiros tiveram suas casas revistadas, as escolas alemãs foram fechadas, igrejas destruídas, e todos os pertences encontrados que remetiam aos inimigos de guerra foram queimados, muitos tiveram pertences de família perdidos, e foram presos nos campos de confinamento. Para ser preso, era necessário apenas falar o idioma estrangeiro.

O governo de Vargas perseguiu todos os estrangeiros alemães e seus descendentes, nem todos apoiavam o nazismo, mas todos foram perseguidos. Violentados, amordaçados e roubados, longe de sua pátria, os germânicos no Brasil passaram pelo processo de abasileiramento, deixando revoltas e ressentimentos nos estrangeiros e seus descendentes no Brasil, pois nem sua cultura podiam mais professar.

Segundo testemunhos dos próprios alemães, os estrangeiros sofreram violência principalmente por parte da polícia, "perseguição, torturas, físicas e psíquicas por parte da polícia ocorreram em grande quantidade incluindo algumas mortes" (GERTZ, p. 22, 2015).

Uma das formas de repressão da campanha de nacionalização de Getúlio Vargas foram os campos de confinamento, que eram campos de trabalho forçado. Nesses campos havia uma sobrevivência sub-humana, no campo de concentração do Rio Grande do Sul a Colônia Penal Daltro Filho em Charqueadas há relatos de maus-tratos incluindo uma morte. A morte relatada não provém de violência e sim de falta de atendimento médico.

Nos campos de concentração para "súditos do eixo" no Brasil eram comuns doenças, devido às dificuldades em se conseguir assistência médica satisfatória. Inúmeros são os registros com referência ao assunto: desde as dificuldades de tratamento para os internos de Trindade e a epidemia de disenteria em Ilha Grande, até casos de liberdade por motivos de saúde, falecimentos, incluindo suicídios, e internamentos em manicômios devido a doenças nervosas (PERAZZO, p. 187, 2009).

Mas, fora do confinamento havia episódios de violência física, psicológica e humilhação por parte da polícia, pois invadiam a casa dos imigrantes, queimavam seus pertences que remetiam ao seu

Porém, os próprios alemães presos e familiares, escreveram cartas durante o confinamento à embaixada espanhola, que era responsável pelos imigrantes no Brasil. As queixas variavam desde a impossibilidade de visitar os presos, pedidos de solturas para os estrangeiros por questões financeiras, falta de atendimento médico, falta de camas para todos os presos, má alimentação e os campos eram lugares insalubres e sem higiene, além de sofrerem tortura principalmente por parte da polícia.

As cartas escritas pelos alemães no Brasil para a embaixada espanhola foram encontradas pela professora espanhola Elda Gonzales Martinez, quando realizava pesquisas no arquivo central do governo em 2015. Atualmente estão disponíveis no Instituto Carl Hoepcke em Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

O pretexto para os crimes ficou justificados como uma ameaça à segurança nacional que os alemães representavam, pois os nazistas tinham o objetivo de invadir o Brasil, já que tinham muitos adeptos ao partido no país, devido as colônias alemãs. Porém nunca houve uma tentativa de invasão da Alemanha e nem do Japão ao país, na época da guerra, haviam simulações de um ataque aéreo e subaquático.

Historiadores contemporâneos brasileiros não acreditam que a Alemanha tinha intenção de invadir o Brasil e, por falta de evidências, cita-se o historiador gaúcho René Gertz, no seu artigo “A segunda guerra mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul”, citado no início desse trabalho, o autor não acredita na invasão alemã e, as obras da historiadora catarinense Marlene de Fáveri também não acreditam em uma invasão alemã no Brasil.

Outro historiador que desmente esses boatos em seu livro é o historiador gaúcho Nelson Adans Filho em seu livro “A segunda guerra entre nós no sul do Brasil”, o autor relata em seu prefácio:

Para nós, hoje, é impossível acreditar que a Alemanha ou Hitler ordenassem a invasão ao Brasil. Beira ao ridículo, hoje. Mas mesmo que isso jamais tenha passado na cabeça de Hitler para nossos antepassados era uma possibilidade real, que trazia e trouxe uma série de consequências de os matizes (FILHO, p.9, 2019).

Porém estes crimes de violência policial, prisões em confinamento, falta de atendimento médico, sobrevivência sub-humana nos confinamentos, trabalho forçado, segregação social, por motivação étnica configuram vários crimes como crimes de racismo, e violação dos direitos humanos. São crimes contra a integridade física e moral da comunidade germânica no Brasil.

Ao final da segunda guerra mundial a social democracia, criou a declaração dos direitos humanos reiterando todas as torturas a que foram submetidos os imigrantes no Brasil.

Artigo 5 Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 9 Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado (Declaração dos direitos humanos).

Mesmo que durante a guerra e depois da guerra, a social democracia defendesse os direitos humanos e o pacifismo, cometeram vários crimes em diversas esferas com seus inimigos de guerra, e silenciaram com o tempo, os justificando com o falacioso perigo alemão.

Será mesmo que existia um perigo alemão no Brasil? mesmo não tendo evidências de uma invasão alemã no país, ou era apenas uma forma de difamar a Alemanha, encontrada pelos seus concorrentes europeus a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, ou seja, os países que defendiam a social democracia.

Porém esses boatos que rondavam o Brasil por intermédio da Inglaterra, culminaram em crimes graves contra a comunidade alemã, que contribuiu em peso para o desenvolvimento econômico do país e, não estão presentes nos currículos escolares, nem nas mídias brasileiras e, é evidente, que esse período causou na comunidade germânica e seus descendentes, traumas, dores e revoltas com o país, tanto pelas perseguições, quanto pela destruição de sua cultura.

CONCLUSÃO

Ao decorrer do texto fez-se uma análise das origens dos boatos de um persistente perigo alemão no Brasil. Essa ideia de perigo alemão está atrelada as rivalidades da Alemanha com os países imperialistas, como França e Inglaterra no século XIX desde a sua unificação.

Desde a unificação alemã se tem a preocupação no país de a Alemanha anexar parte do território brasileiro, com a ascensão do nazismo alemão, e o envolvimento das colônias itala-germânicas com o nazi fascismo europeu. Esses boatos de uma possível invasão de Hitler ganham força, porém não passavam apenas de boatos, não existe evidências de uma invasão. Porém o perigo alemão foi usado como pretexto para se cometer vários crimes contra os germânicos, que acabou silenciado no tempo pelo governo brasileiro, deixando uma revolta imensa nos estrangeiros.

Acusados de nazistas e fascistas, nem todos apoiavam o nazi fascismo, mas todos os imigrantes e descendentes sofreram represálias em terra distante de sua pátria mãe. Conclui-se que, os crimes cometidos aos alemães e italianos no Brasil deveriam ser uma questão de pauta pública, devendo-se ter uma lei com a inclusão destas medidas repressivas nos currículos escolares de história.

REFERÊNCIAS

- DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. 2007. N° de págs. 301. Tese de doutorado- USP, São Paulo, 2007.
- FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano de medo durante a segunda guerra mundial em Santa Catarina**. N° de págs. 392. UFSC, Florianópolis, 2002.
- FILHO, Nelson Adams. **A II guerra entre nós no sul do Brasil**. 1° edição. Porto Alegre: Edigal, 2019.
- GERTZ, René Ernaini. **A segunda guerra mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul**. Revista acadêmica licencía e acturas, Ivoti, vol. 3, nº 2, p. 15-25, julho/dezembro. 2015.

LATFALLA, Giovanni. **Relações militares EUA x Brasil de 1939- 1945**. 1º edição. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da guerra: Os súditos do eixo nos campos de concentração brasileiros (1942- 1945)**. 1º edição. São Paulo: Humanitas, 2009.

ZANELATTO, João Henrique; GONÇALVES, Renan Borges. **Campos de concentração/confinamento no vale do Araranguá durante a segunda guerra mundial**. Oficina do historiador, Porto Alegre, v.1, n°6, p. 3-22, jan/jun. 2013.

A Espionagem no Brasil ao longo da Batalha do Atlântico

André Luís Woloszyn¹

RESUMO: Este artigo aborda a influência da Alemanha nazista no Brasil na década de 30 culminando com uma rede de espionagem protagonizada pela Abwehr e seus colaboradores autóctones se estendendo ao longo da Batalha do Atlântico. Relaciona como a espionagem combinada com ações de desinformação contribuíram para o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha e posteriormente na declaração do estado de beligerância. Excursiona pelos principais agentes de espionagem no Brasil e suas atividades e analisa os impactos desta atividade para as decisões governamentais do governo Vargas e suas implicações na guerra antissubmarino, travada ao longo do litoral brasileiro. Finaliza concluindo que a inexistência de um serviço central de informações militar e a falta de uma cultura de proteção de assuntos sensíveis poderia ter minimizado tais atividades.

Palavras-Chave: Espionagem; Nazismo; Brasil; Impactos; Batalha do Atlântico; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: This article addresses the influence of Nazi Germany in Brazil in the 1930, culminating in an espionage network led by the Abwehr and its indigenous collaborators extending throughout the Battle of the Atlantic. It lists how espionage combined with disinformation actions contributed to the breaking of diplomatic relations with Germany and subsequently to the declaration of a state of belligerence. It explores the main espionage agents in Brazil and their activities and analyzes the impacts of this activity on the government decisions of the Vargas government and its implications for the anti-submarine war waged along the Brazilian coast. It concludes by concluding that the lack of a central military information service and the lack of a culture of protecting sensitive subjects could have minimized such activities.

Keywords: Espionage; Nazism; Brazil; Impacts; Battle of the Atlantic; Second World War

¹ Analista de Assuntos Estratégicos, Mestre em Direito, foi analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), diplomado em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra e em Segurança Digital pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB).

INTRODUÇÃO

As operações da espionagem alemã no Brasil foram efetivamente intensificadas entre 1938 a 1942, embora ao longo da década de 30, muitas avaliações acerca da economia, comércio e da política além de cópia de documentos sigilosos eram enviadas a Berlim pela direção do Partido Nacional Socialista, ou Partido Nazista a época, uma instituição legalizada no país.

A partir de 1941, com a guerra se acentuando na Europa e a entrada dos EUA no conflito, o FBI e a inteligência naval britânica, entraram no jogo, com campanhas de desinformação direcionadas ao Presidente Getúlio Vargas, na tentativa de romper a neutralidade brasileira com os países do Eixo, acelerando a declaração de beligerância e passando assim, ao guarda-chuva dos aliados.

Um dos resultados destas ações para os alemães foi à convicção de que o Brasil passaria a apoiar os aliados um ano antes da assinatura do tratado de Cooperação Mútua Brasil-Estados Unidos que resultou na construção da base aeronaval norte-americana Parnamirim, em Natal, na Região Nordeste e o episódio do torpedeamento de cinco unidades navais mercantes em águas territoriais do país, causando elevado número de mortes tanto de civis como de militares do exército brasileiro.

Com relação a espionagem norte-americana conjunta com os britânicos, uma quantidade expressiva de documentos sigilosos vazados para a inteligência naval dos EUA e para o FBI, relativos ao ano de 1941, chegaram ao conhecimento do Departamento de Guerra em Washington, como demonstram as pesquisas realizadas pelo historiador militar, Giovanni Latfalla, na base de dados do NARA. (LATFALLA, 2019, p.94-95-96)

Este fato denota que tais atividades obtiveram o resultado desejado além da grande pressão política por meios diplomáticos, guerra psicológica e desinformação. Embora o ambiente de guerra revelasse a necessidade de um serviço central de inteligência militar brasileiro, o presidente Vargas deixou claro, durante convocação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em janeiro de 1942, para discutir a questão do envolvimento do Brasil na guerra, que não desejava um serviço de informações militar afirmando, em contrariedade com o Ministro da Guerra, que “o governo não tem que depender das forças armadas da república para controlar as atividades subversivas, incluindo até mesmo qualquer tentativa de levante local por simpatizantes alemães ou italianos” (LOCHERY, 2015, p.140).

Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, pretende levar ao leitor alguns pontos desta fase histórica e os impactos das ações de espionagem alemã e norte-americana para o Brasil e no esforço de guerra durante a Batalha do Atlântico, travada em parte, no litoral brasileiro.

A INFLUÊNCIA NAZISTA NO BRASIL (1937-1942)

A Batalha do Atlântico, na costa brasileira, do Amapá ao Rio Grande do Sul não foi apenas uma guerra marítima de grandes proporções, mas simultaneamente uma guerra da informação e da espionagem. Antes da declaração de beligerância do Brasil contra os países do eixo, Alemanha e Itália, ocorrida em 21 de agosto de 1942, após os episódios de afundamento de cinco navios mercantes

brasileiros, perpetuado pelo submarino alemão U-507, em 15 de agosto de 1942, no litoral da Região Nordeste, uma ampla rede de espionagem da Abwehr², o serviço de informações e contraespionagens militares da Alemanha nazista, operava no país, desde 1937.

É preciso lembrar, que ao longo da década de 30, a Alemanha era a segunda maior parceira comercial do Brasil com a importação de matérias-primas como café e algodão, enquanto importávamos armamentos para as Forças Armadas, mantendo um amplo intercâmbio técnico-cultural face a grande colônia de imigrantes alemães, notadamente, na Região Sul do Brasil. No ano de 1936, por exemplo, havia um acordo de cooperação secreto entre os governos do Brasil e da Alemanha no combate ao comunismo internacional envolvendo a polícia brasileira e a Gestapo. Este acordo possibilitou, inclusive, que integrantes do DOPS fossem a Berlim estudar os métodos da contraespionagem e ações de anticomunismo (COSTA, 2004, p.150)

Ademais, o Partido Nacional Socialista ou Partido Nazista e a Juventude Hitlerista funcionaram no país de 1924 a 1937, legalizado desde 1928, entrando para a clandestinidade a partir de 1937, ano que seria oficialmente extinto no Brasil junto com o Partido Comunista, por decisão de Getúlio Vargas, quando da instalação do Estado Novo, em novembro do mesmo ano, dissolvendo qualquer espécie de agremiação política em território nacional.³



Reunião do Partido Nazista Brasileiro no Paraná em 1938 - Fonte: DOPS/Arquivo Público do Paraná

Reuniões desta natureza com seus integrantes uniformizados eram constantes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até o Partido entrar na ilegalidade em 1937. (observa-se a data da reunião na foto, quando na clandestinidade).

Foi considerado o maior grupo partidário estruturado fora do território alemão, dentre 83 países, com cerca de 2.900 membros, possuindo uma sede centralizada em São Paulo além de escritórios regionais e municipais em diversas capitais.

² A Abwehr ou defesa no idioma alemão, foi o mais importante órgão de informações e contraespionagens das forças armadas, criado no ano de 1920, quando do término da Grande Guerra, fruto das deficiências encontradas na busca, coleta e análise de informações neste conflito. Durante a 2ª Guerra Mundial, esteve sob a chefia do Almirante Wilhelm Canaris. Foi dissolvida em 1944, por ordem direta de Adolf Hitler, baseado no pressuposto de que o órgão havia sido infiltrado por agentes estrangeiros e alemães antinazistas. Canaris foi destituído, preso e executado por ter tomado parte da Operação Valquíria, um complot para matar Hitler, junto com outros oficiais de alta patente.

³ BRASIL. Decreto-lei no 37, de 02 de dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos.

Em 1939, seis dias após a invasão do Exército Alemão a Polônia, em 01 de setembro, uma representação da Kriegsmarine, desfilou, como convidada oficial, pela Av. Rio Branco, na então capital federal, por ocasião das comemorações do Dia da Independência e em 1942, uma delegação de duas mil pessoas do extinto Partido Nazista, desfilaram em Florianópolis sem qualquer intervenção.

Todavia, registros apontam que permaneceu em atividade até 1942, sem nenhuma repressão estatal, até a declaração do estado de beligerância contra Alemanha e Itália momento em que optaram por reuniões clandestinas que eram monitoradas secretamente pelo DOPS.

Em mais de uma década de atuação, dedicou-se a propaganda e desinformação da opinião pública brasileira por meio de 15 emissoras de rádio legalizadas e espalhadas por todo o país, distribuição de panfletos de propaganda acerca dos avanços do governo nazista e de como Adolf Hitler estava transformando a Alemanha, oportunizando desenvolvimento e progresso para o povo alemão. Outra influência recaiu em matérias no jornal *Deutscher Morgen*, de circulação nacional, título traduzido para o português como *Aurora Alemã* que forneciam farto material informativo provindos de Berlim para a imprensa brasileira, destinados a publicação.

Neste mister, vale destacar que a desinformação era patente, especialmente devido ao baixo grau de instrução da população brasileira, em geral, e pelo fato de que muito poucos possuíam acesso ao rádio e aos jornais, os únicos meios de comunicação de massa existentes na época. As notícias da Europa demoravam a chegar ao domínio público e, anteriormente a declaração de beligerância, despertavam pouco interesse.

Diante disso, a influência alemã na sociedade e no governo brasileiro não pode ser relativizada o que sugere que informações e dados sigilosos fluíam com certa naturalidade de colaboradores simpatizantes e para os agentes de espionagem.

Em uma análise mais apurada, estes episódios não trazem surpresa. No próprio governo de Getúlio Vargas, havia significativo número de funcionários públicos de origem germânica. Alguns destes, com inclinações pró-Eixo, desempenhando funções no alto escalão governamental como o Chefe de Polícia de Vargas, Filinto Muller, que mantinha constantes contatos informais com o embaixador e o adido militar alemão no Rio de Janeiro, desde 1936, discutindo acerca das atividades norte-americanas no Brasil e as divergências entre o Rio de Janeiro e Washington (COSTA, 2004, p. 151).

Esta condição especial facilitava sobremaneira o acesso a informações sensíveis por pessoal não credenciado, em especial, agentes de espionagem estrangeiros, não apenas da *Abwehr*, mas também dos países aliados, em especial, dos EUA, por meio do FBI e, a partir de 1941, também pela inteligência naval daquele país.

Indo além, é atribuído a parcela destes funcionários, a criação de inúmeros obstáculos que levaram Vargas a indecisão inicial em declarar guerra contra os países do eixo, mesmo após diversos ataques de submarinos às unidades navais mercantes brasileiras.

Nesta linha, o magistério de Costa assevera que o General Góes Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, reconhecia, desde o ano de 1939, que “o Brasil não podia simplesmente continuar sabendo que agentes estrangeiros agiam dentro do país sem poder medir os efeitos perniciosos de sua

espionagem, ainda que as informações remetidas se destinassem unicamente a fins especulativos de caráter econômico e militar” (COSTA, 2004, p.149)

Em 07 de junho de 1941, a desconfiança norte-americana iniciada com o teor do discurso do Presidente Vargas a bordo do Minas Gerais em 1938 se intensificou quando a inteligência naval britânica revelou que o navio mercante brasileiro Babbitonga, abasteceu com 850 toneladas de óleo combustível excedente, destinada, segundo o que foi apurado preliminarmente, ao abastecimento de submarinos alemães (U-boats) no Atlântico Sul. O navio foi afundado em águas brasileiras sob o nome de Japara, com bandeira holandesa e o caso se manteve em segredo de Estado. No decorrer do inquérito, veio à tona que a ordem de abastecimento havia partido do Palácio Presidencial de Vargas. (CAMPELL,1992, p.40).

ESPIONAGEM: UMA FRENTE DE COMBATE SILENCIOSA

As redes da espionagem nazista no Brasil eram fundamentalmente (HUMINT), ou o que se conhece por inteligência humana, formadas, em grande medida, por alemães residentes, funcionários de empresas alemãs a serviço no país, imigrantes alemães e brasileiros de origem germânica, membros das comunidades alemãs espalhadas por diversos estados.

Eram coordenadas pelas missões diplomáticas, em especial, por agentes que trabalhavam nas representações comerciais dos consulados, protegidos pela imunidade diplomática. Estes utilizavam mensagens em código (SIGMINT) para se comunicarem com Berlim, em avançados aparelhos radiotransmissores ainda desconhecidos no Brasil.

Em sentido oposto, a participação de integrantes da comunidade italiana e japonesa em ações de espionagem mostrou-se irrelevante e nada foi comprovado a este respeito além da simpatia pelos respectivos regimes.

Registros apontam também para o recrutamento de uma legião de colaboradores autóctones, brasileiros comuns, com ênfase naquelas pessoas que trabalhavam nos portos, bares e tavernas onde, tradicionalmente, a informação circulava com naturalidade.

A necessidade de coleta de informações no Brasil tornou-se vital por diversos fatores. Embora o Brasil insistisse em seu discurso de permanecer neutro na guerra, estava sendo pressionado politicamente pelos EUA, e neste sentido, era importante conhecer o grau de comprometimento brasileiro com os norte-americanos e até que ponto sua influência seria decisória. Informações obtidas por estas redes, no período de 1941 até agosto de 1942, davam conta da intensa movimentação de aeronaves e navios de guerra norte-americanos nos portos de Natal e Recife, além da presença de efetivos do US. Navy, movimentos de navios mercantes britânicos em busca de suprimentos e tropas do Exército brasileiro, grande quantidade de equipamentos bélicos e a existência de obras de porte para a ampliação da infraestrutura destes locais, notadamente, pistas de pouso e a ampliação dos atracadouros. Uma movimentação desta amplitude, em uma zona estratégica como a do Atlântico Sul, dificilmente não atrairia a atenção da espionagem.

A conjuntura sugere que os alemães estavam cientes, em fevereiro de 1942, da instalação de canhões antiaéreos 88 mm norte-americanos em Natal e da presença constante de Bombardeiros B-17 e B-24 na mesma região, cujo destino final era o continente africano. Em Recife, por exemplo, se o Brasil era um país neutro, conforme afirmava o governo Vargas, como explicar a presença dos cruzadores Memphis, Cincinnati e dos destróieres Davis e Warrington, integrantes da Task Force 3, da Marinha dos EUA, em julho de 1941? (HILTON, 1977, p.39-40)

Sendo assim, se tornou evidente que o Brasil havia antecipadamente escolhido alinhar-se aos EUA. O rompimento com os países do eixo, Alemanha e Itália, em 28 de janeiro de 1942, a assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, firmado em 23 de maio de 1942, que previa o reaparelhamento das forças armadas brasileiras e finalmente a declaração de beligerância, ocorrida em 21 de agosto de 1942 não foi uma surpresa para os alemães. A propaganda e os discursos de neutralidade já não tinham significado além de retórica.

Provavelmente, esta condição de aliado, levantada pelos agentes de espionagem da Abwehr, antes mesmo da declaração de beligerância, possa ter acarretado no torpedeamento de navios mercantes brasileiros navegando em águas norte-americanas e nas costas brasileiras, impedindo que suas cargas apoiassem os esforços de guerra dos aliados na Europa e África.

Outro fato correlato partiu do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em não ter comunicado ao Brasil, a exemplo do que fez com a Argentina e Chile, informações acerca das marcas e sinalizações de neutralidade necessárias a identificação de navios mercantes, evitando assim, serem confundidos com navios aliados e atacados pelos U-boats. (PEREIRA, 2015, p.206)

Um ponto de interseção neste contexto era que ambos, Alemanha e EUA, temiam que o Brasil cedesse parte de seu território para a instalação de bases militares das forças Armadas Alemãs ou dos EUA, o que acarretaria vantagens para os alemães e desvantagens aos norte-americanos na guerra antissubmarino. (CAMPBELL, 1992, p.41).

Para os EUA, caso não ocorresse esta cedência, resultaria em séria ameaça para seu controle sobre o Canal do Panamá e em toda a zona do Caribe além do fato de que o apoio do Brasil, como o maior país da América Latina, se revestia de grande simbolismo, uma demonstração inequívoca do protagonismo político dos norte-americanos no continente.

Ademais, documentos pessoais do Presidente Getúlio Vargas nos sugere ainda que em relação a estas concessões, embora os tratados assinados de Cooperação Mútua, o mandatário percebia como uma imposição norte-americana e caso não cedesse, provavelmente haveria algum tipo de retaliação, incluindo a possibilidade de uma invasão de tropas norte-americanas, planejada por Washington com o codinome Operação Pote de Ouro.

Este ambiente de tensões é descrito por Campos da seguinte forma:

O pânico que esta possibilidade causou entre os militares norte-americanos pode ser avaliado pelos diversos planos preventivos elaborados pelo exército daquele país; o mais mirabolante deles, previa a ocupação do Nordeste brasileiro, com ou sem o consentimento de Vargas, por uma força de cem mil homens. Depois de muita pressão

norte-americana, resistência das forças armadas brasileiras e longa negociação, o governo Vargas autorizou a instalação das bases militares, construídas no Amapá, em Belém, em São Luís, em Fortaleza, em Natal, no Recife e em Salvador. (CAMPOS, 1999, p.5)

Anterior a esta condição, no ano de 1940, o serviço secreto britânico produziu um informe para Washington relatando que cerca de seis mil nazistas estavam se dirigindo ao Brasil a bordo de navios mercantes, com o objetivo de juntarem-se a comunidade germânica local num golpe contra o Governo de Getúlio Vargas, questão que nunca foi comprovada, “somadas a outras ações de desinformação como a da Carta Forjada⁴, em outubro de 1941” (Coletânea L, 1977, p. 36-41).

Diante destas pressões, o governo brasileiro cedeu as pretensões dos EUA procurando obter vantagens de alguma forma neste acordo. Em consequência, a principal missão da espionagem alemã no Brasil era voltada a obtenção de informações da inteligência naval como o tráfego marítimo, a movimentação de navios da frota brasileira e norte-americana, suas aeronaves e a segurança dos comboios.

Detalhadamente, a coleta de informações era direcionada a dados acerca do número de embarcações atracadas nos portos, a nacionalidade, tipo de navio e carga, destino e rota a ser seguida além do armamento e tipos de navios que compunham a segurança dos comboios. Outros pontos de interesse recaíam sobre o efetivo do Exército, tipo e qualidade dos armamentos que protegiam praias e portos. De posse de tais informações, poderiam melhor posicionar os submarinos do eixo em águas do Atlântico Sul além de determinar o grau de segurança destes locais em caso de uma futura, mas pouco provável, invasão terrestre.

Como assevera Sander, a extensa rede de espionagem alemã montada no Brasil facilitava o trabalho dos comandantes de submarinos alertando acerca da movimentação de navios no Atlântico. Os italianos, por seu turno, orientavam os pilotos de aviões comerciais pertencentes a empresas aéreas italianas como a Linee Aeree Transcontinentali Italiane (LATI) a informar os submarinos de ambos os países quando observavam navios mercantes com rota sobre o Atlântico. (SANDER, 2007, p. 91)

Com efeito, entre 1941 e 1943, era voz corrente que súditos do eixo, residentes no Brasil, auxiliavam os submarinos alemães e italianos, avisando-os da partida e do destino dos navios, com informes relativos à qualidade e quantidade das cargas, dados transmitidos por mensagens codificadas a sede da Abwehr, em Berlim.

De todo modo, o resultado da atividade da espionagem nazista resultou em sérias implicações tanto para o governo Vargas como para os EUA uma vez que desencadeou uma cadeia de eventos correlatos. Do afundamento de unidades navais da Marinha Mercante brasileira pelas alcateias de U-boats, em conjunto com um submarino da Marinha italiana, o reaparelhamento das forças armadas brasileiras à criação e trajetória da Força Expedicionária Brasileira (FEB), culminado com seu envio para o teatro de operações da Itália, em 1944.

⁴ Tratava-se de uma correspondência falsificada atribuída ao General italiano, Aureliano Lotta, Presidente da Empresa Linee Aeree Transcontinentali Italiane (LATI) ao seu representante no Brasil, Vincenzo Coppola, referindo-se ao presidente e ao povo brasileiro de maneira pejorativa. Foi elaborada pela Coordenação de Segurança Britânica (BSC) sob a direção do canadense William Stephenson, em conjunto com o FBI que assumiu a coautoria, anos após o término da guerra.

O AFUNDAMENTO DE NAVIOS MERCANTES BRASILEIROS

Os ataques da força de submarinos de Dönitz a navios mercantes brasileiros teve início em 1942, antes mesmo da adoção do sistema de comboios, para proteção das embarcações e quando o Brasil ainda se declarava neutro no conflito, embora um cardápio de informações que contradiziam este status.

O primeiro ataque dos nazistas não partiu da Kriegsmarine, mas da Luftwaffe, em 22 de março de 1941, tendo como alvo o navio mercante Taubaté, quando navegava pelo mediterrâneo na rota de Chipre a Alexandria, no Egito. Resultou na primeira vítima fatal brasileira da guerra, José Francisco Fraga, um dos tripulantes, atingido por uma rajada de metralhadora da aeronave além de outros 13 feridos.

O primeiro navio a ser afundado por submarinos foi o navio mercante Cabedelo, que partiu do porto da Filadélfia, nos EUA, com um carregamento de carvão e desapareceu no mar com uma tripulação de 54 homens. O segundo a ser atacado foi o navio mercante Pelotaslóide, afundado por um torpedo do U-590 em janeiro de 1942, quando transportava uma carga secreta de material bélico, armas e munições, para o Exército brasileiro, resultando em cinco tripulantes mortos, ação facilitada por informações privilegiadas acerca da carga e da rota.

Campbell narra que as condições de navegação mercante após a declaração de beligerância eram as mais difíceis. Além de cartas náuticas inexatas com vários baixios não assinalados ou assinalados incorretamente, o balizamento, boias e faróis eram apagados e os boletins meteorológicos deixaram de ser transmitidos por segurança das comunicações. As estações de rádio nas embarcações apenas podiam transmitir SOS quando atacadas, do contrário, o silêncio era a regra. (CAMPBELL, 1992, p.50)

Neste contexto, acidentes eram frequentes e seis navios mercantes desorientados afundaram por colisão enquanto um por bater em uma pedra não apontada na carta náutica, em parte, pela necessidade de manter os faróis apagados enquanto navegavam, uma tática para dificultar sua localização

Nenhuma unidade da marinha mercante era dotada de radar, os coletes salva-vidas eram de cortiça, contrariamente aos coletes norte-americanos de plástico e mais leves. As baleeiras eram velhas e extremamente pesadas sendo necessária toda a guarnição do convés para retirá-las do convés. As horas mais críticas eram a do crepúsculo e do alvorecer, momento em que os submarinos podiam vislumbrar a silhueta dos navios. Os periscópios dos submarinos eram praticamente invisíveis aos olhos dos observadores dos navios. (CAMPBELL, 1992, p.56)

Diante deste quadro, de fevereiro a abril de 1942, o U-423 torpedeou os navios Buarque e Olinda, seguindo-se o Arabutã (U-155), Cairu (U-94), Gonçalves Dias (U-502), Alegrete (U-156), Pedrinhas (U-203), Tamandaré e Barbacena (U-66), Piave (U-155) e Comandante Lira pelo submarino italiano Barbarino). Este último navio, salvo pelo rebocador Heitor Perdigão, por encontrar-se navegando próximo ao litoral, ação que gerou fortes protestos do governo brasileiro. (BENTO, 1995)

Em 15 de agosto de 1942, ocorreria os afundamentos mais impactantes. O U-507, comandado pelo capitão Harro Schacht, afundaria outras cinco unidades navais mercantes, em apenas três dias, no litoral dos estados de Sergipe e da Bahia, fato que alguns historiadores classificam como a “Pearl

Harbor brasileira” e que Monteiro, em sua obra U-507 classifica como o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial. (MONTEIRO, 2012)

Esta ação, violou flagrantemente a soberania marítima do país uma vez que todas estas embarcações navegavam em mar territorial brasileiro. Neste ataque, que provocou o maior número de perdas humanas da Batalha do Atlântico para o Brasil, foram afundados por torpedos os navios Baependi, que transportava integrantes de uma unidade do Exército, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Araras, resultando na morte de 652 pessoas, entre tripulantes e passageiros, motivando como vimos anteriormente, a declaração de beligerância.

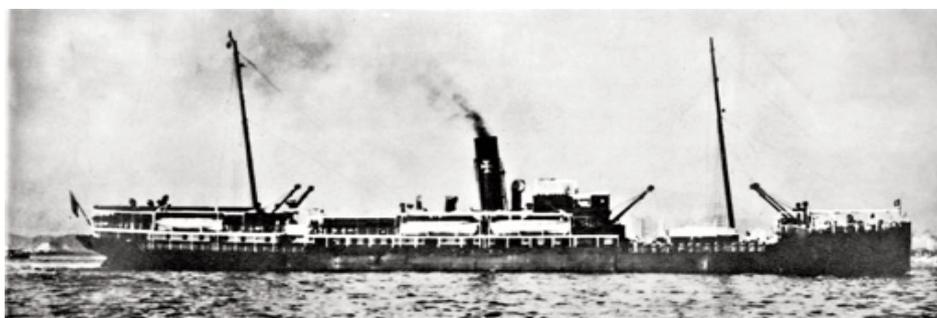
Segundo Bento, a perda total de vidas, resultante dos ataques de submarinos do eixo suplantaram as mortes da FEB em combate. Além dos 458 integrantes da Marinha de Guerra, soma-se 470 tripulantes e 502 passageiros dos 35 navios mercantes, resultando em 1.430 mortos. (BENTO, 1995).



Navio Baependi – 274 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.11)



Navio Arará – 19 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.14)



Navio Itagiba - 40 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.13)



Navio Aníbal Benévolo- 147 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.12)



Navio Araraquara- 136 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.12)

Pereira argumenta que na época dos afundamentos, o governo brasileiro omitiu para a imprensa e para o público, minimizando o número de vítimas, em especial, a dos militares integrantes do Exército, pertencentes ao 7º Grupo de Artilharia de Dorso, que se encontravam distribuídos a bordo dos navios Baependi e Itagiba.

O autor assevera que “no fundo do mar, com o navio, estava metade do efetivo do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, incluindo seu comandante, o Estado-Maior e as peças de artilharia da unidade”. A outra metade, ainda segundo o autor, teve destino semelhante a bordo do Itagiba, episódio que aniquilou completamente aquela unidade. (PEREIRA, 2015, p.220).

A imprensa da época divulgou que a bordo dos navios Baependi e Itagiba, além dos passageiros civis, se encontrava embarcada uma unidade de Artilharia do Exército brasileiro, composta por 247 militares sem maiores detalhes. O que não foi revelado é que destes, apenas 11 se salvaram no Baependi e 81 no Itagiba. Os demais 155 militares, 65% daquela unidade militar foram considerados desaparecidos pelas autoridades. (AGRESSÃO, 1943, p.73-74-75).

Neste ataque, em especial, não apenas a Marinha de Guerra sentiu-se ultrajada, mas também o Exército brasileiro como um todo, vítima da ação dos submarinos nazistas por meio da coleta de informações da espionagem. Em resposta a estas agressões e face a indecisão do governo de Getúlio Vargas, romperam em todo o país grandes manifestações populares com atos de violência e vandalismo, exigindo uma declaração de estado de beligerância imediata contra a Alemanha e Itália.

Destaca-se que tais embarcações foram surpreendidas, atacadas a noite e em inteira escuridão (AGRESSÃO, 1943, p.18). Pela posição de neutralidade do Brasil, acreditavam os comandantes que havia uma certa garantia de segurança na navegação em águas territoriais brasileiras. Outro fator que

contribuiu para o elevado número de vítimas foi a falta de treinamento das tripulações em ações que demandavam salvamento de emergência e equipamentos adequados.

Os depoimentos que apontam para a existência de informações privilegiadas acerca da partida de tais navios repousam no fato de que, conforme já mencionamos, os primeiros navios atacados, zarparam no dia 15 de agosto de 1942, com diferença de poucas horas, na seguinte ordem: Baependi, às 07:00 horas, Araraquara às 11:00 horas, Aníbal Benévolo, às 12:00 horas e o Itagiba, que partira nesta mesma data do porto de Vitória e encontrou-se com o Arará no percurso, ambos postos a pique.

No dia 17, o Arará foi torpedeado quando rumava ao porto de Santos. Segundo estes, o intervalo de tempo poderia apontar que o submarino atacante afundou o primeiro e esperou os demais com certeza de que viriam. (AGRESSÃO, 1943, p.18).

A declaração do Comandante do navio mercante Aníbal Benévolo, Capitão Henrique Mascarenhas da Silveira, um dos cinco navios torpedeados pelo U-507 em 15 de agosto de 1942 é enfática ao afirmar que “seria necessária a mais ingênua boa vontade e, mesmo, parcialidade, para em tal acordo de coincidências, negligenciar a suposição de que movimentos combinados do agressor com informes em terra, favoreceram seus intuitos. (AGRESSÃO, 1943, p.18).

Podemos inferir ainda, com base na visão de Pereira, que tais ataques possam ter sido uma punição ao Brasil pelo alinhamento secreto com os EUA e ao mesmo tempo um alerta de intimidação para os demais países do sul do continente, caso adotassem o mesmo comportamento. (PEREIRA, 2015, p.115)

Todavia, a ingenuidade, resultado da inexperiência, facilitaram o acesso a informações sensíveis por uma fonte aberta, manifestada na leitura diária dos jornais. Em 1942, ano do maior número de afundamentos de navios mercantes brasileiros, era comum que jornais locais publicassem como notícia a movimentação de navios e comboios nos portos contendo dados como chegada, saída e destino enquanto davam destaque, nas colunas sociais, para jantares com a presença de comandantes e oficiais destas embarcações na cidade.

A este respeito, Gama assevera que “ainda que os navios não fossem mencionados, era muito fácil saber onde eles serviam e se seus comandantes e oficiais podiam estar presentes num jantar, era evidente que seus navios estivessem no porto”. (GAMA, 1982, p.93)

Esta publicidade, aparentemente sem maiores consequências, no intuito de informar a população, foi censurada com maior rigor apenas em meados de 1943 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Todavia, é alta a probabilidade de que este tipo de divulgação também tenha contribuído para os ataques de submarinos do eixo a unidades mercantes brasileiras, aguardadas quando partiam dos portos ou quando navegavam pelo litoral brasileiro.

OS ESPIÕES ALEMÃES E BRASILEIROS RECRUTADOS PELA ABWEHR

A rede de espionagem alemã, norte-americana e britânica era ampla, com recrutamentos de colaboradores simpatizantes e agentes de campo desde 1935. Neste período, enquanto os alemães atuavam contra a expansão do comunismo em conjunto com forças policiais brasileiras, os alvos dos

norte-americanos e britânicos recaíam no acompanhamento da política de Getúlio Vargas e a situação comercial do Brasil com a Alemanha.

Um dos agentes duplos britânicos do MI-6, Johnny de Graaf, que também havia trabalhado para os soviéticos no Brasil entre 1934 e 1935 quando da Intentona Comunista, na fabricação de bombas e ações de sabotagem, retornaria ao Brasil em 1938 com a missão de chefiar uma rede de espionagem no litoral brasileiro. Um de seus feitos mais importantes foi a detecção, em Santos, por meio de análise de rádio, da localização do cruzador alemão Graaf Spee, que se encontrava ancorado no litoral do estado da Paraíba alguns dias antes da invasão da Polônia, em 1939, e que partiria para navegar em águas do Atlântico Sul, afundando o navio mercante britânico Clement. (JONNY E FILINTO, 2012)

O primeiro ataque da Marinha alemã na Batalha do Atlântico partiu do cruzador ao afundar o navio mercante inglês Clements, na costa do estado de Alagoas. A informação transmitida ao almirantado britânico acarretou numa interceptação e ataque ao cruzador, por três navios de guerra ingleses no que ficou conhecida como a Batalha do Rio da Prata, tendo sido afundado posteriormente por sua tripulação no porto de Montevideo, em dezembro de 1939.

De 1940 a 1942, um agente até hoje desconhecido fotografava documentos do Itamaraty enviados a embaixada do Brasil, em Berlim e os entregava ao Sicherheitsdienst (SD). Segundo Hilton, esta correspondência incluía mensagens de outras representações diplomáticas na Europa ocupada e que eram transmitidas à Berlim. (STANLEY, 1983, p.39)

Neste sentido, se levarmos em consideração a comunicação entre o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha e o embaixador Freitas Valle acerca de preparativos para rompimento com a Alemanha e Itália, é alta a probabilidade de que os alemães já conhecessem com antecedência a tendência da declaração de beligerância brasileira somada a espionagem da movimentação norte-americana para a construção e instalação de bases aeronavais na região Nordeste.

Da mesma forma, resta comprovado que informações de alta relevância, foram fornecidas por uma rede chefiada pelo engenheiro da Siemens, Albert Gustav Engels, codinome Alfredo, residente no Brasil desde 1923 juntamente com Herbert Von Heyer, codinome Humberto, nascido em Santos, filho de pai alemão. Humberto havia retornado em companhia da família para a Alemanha e, em 1923, como sargento veterano da Primeira Guerra Mundial, voltou ao Brasil trabalhando na empresa de navegação Theodor Wille & Cia.

Engels foi considerado pelas autoridades brasileiras como um dos mais importantes agentes da espionagem alemã no Brasil durante a 2ª Guerra Mundial. É atribuído a ele a montagem e coordenação da maior e mais bem organizada rede em território brasileiro, estendendo-se para países da América Latina, em especial, Argentina, Uruguai e Chile, financiada exclusivamente pela Abwehr. Como alto executivo, ocupou diversos cargos de direção em empresas brasileiras e alemãs com sucursal no Brasil como a Siemens, sendo posteriormente, Diretor-geral da Companhia Sul-americana de Eletricidade, sucursal da empresa alemã Allgemeine-Elektrizitäts Gesellschaft (AEG).

Por força do cargo, possuía inúmeros contatos com empresas marítimas brasileiras circulando com naturalidade entre a elite política e empresarial, circunstância que facilitava seu papel como

recrutador de informantes e na assinalação de simpatizantes do nazismo, para um possível e futuro recrutamento.

Na região Nordeste do Brasil, seu alvo principal foi o porto de Recife onde navios da Marinha de Guerra dos EUA atracavam para reabastecimento assim como Natal, por conta da base de aeronaves dos EUA e grande movimentação de tropas do Exército brasileiro.

Ao longo de três anos, a rede sob sua coordenação repassou à Abwehr, por meio de estações de rádio clandestinas, centenas de informações detalhadas acerca da política interna brasileira, incluindo estimativas e tendência do Governo de Getúlio Vargas em se aproximar dos EUA, movimentos políticos e populares pró e contra a Alemanha nazista, pontos estratégicos, geografia litorânea, condições de armamento e material bélico das Forças Armadas, movimentação dos transportes e tráfego marítimo, em especial, navios da Marinha de Guerra e unidades mercantes com destino as áreas conflagradas.



Equipamento de transmissão apreendido RJ - Fonte: Arquivo Nacional (Apelação TSN de 20.10.1942)

Vale destacar, que as empresas alemãs com filiais no Brasil e outras, nacionais, mas gerenciadas por alemães ou simpatizantes do nazismo eram utilizadas como fachada para esconder a identidade de espões alemães ou para transporte de cargas de interesse do III Reich.

Segundo a narrativa de Hilton, a química Bayer, em sua sede, no Rio de Janeiro, mantinha no depósito do sexto andar, um mimeógrafo empregado na confecção de boletins contendo notícias de guerra e vasta literatura, favoráveis a Alemanha nazista, que, sob capa científica, era espalhada por toda a América do Sul (STANLEY, 1983, p.95)

Pesquisas realizadas pelo Professor, Alexandre Fortes, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, em 1990, apontou que no mês de novembro de 1939, dois meses depois a invasão da Polônia pela Alemanha nazista, o Dops do Rio Grande do Sul descobriu que um avião da Varig (Viação Aérea Rio-grandense), a maior empresa aérea comercial brasileira, transportara peças e equipamentos para a montagem de um radiotransmissor alemão na cidade portuária de Rio Grande. Segundo o pesquisador, foi apontado no relatório confeccionado pelo Delegado Theobaldo Neumann, que o rádio se destinava a informar os corsários e submarinos alemães sobre as movimentações de embarcações inimigas na costa sul do Atlântico. (CANOFRE, 2018)

Entre os brasileiros recrutados como agentes de espionagem do serviço de informações alemão destacam-se as figuras do Capitão do Exército, Túlio do Nascimento e do engenheiro Eugênio Lacerda de Almeida.

Túlio, de codinome Garcia, repassava informações estratégicas ao embaixador alemão no Rio de Janeiro, Kurt Prüfer e ao Adido Naval, Almirante Hermann Bohny. A revelação de sua condição de agente de espionagem ocorreu quando de uma viagem técnica de estudos realizada aos EUA no intuito de conhecer a base militar de Sperry. Ao finalizar a viagem, enviou informações detalhadas da base e dos cursos que lá eram realizados a seu contato no Brasil, Albert Gustav, que retransmitiu estas informações por rádio à Berlim.

Após sua prisão e durante o julgamento, foram apuradas provas consistentes de que Túlio transmitia a Abwehr a movimentação de navios dos Estados Unidos e da Inglaterra que atracavam no porto do Rio de Janeiro, auxiliado pelo médico Oswaldo Riffel França, encarregado do contato com a célula nazista em Buenos Aires.

É atribuído a sua rede a informação de que, em março de 1942, o navio britânico Queen Mary, transportando nove mil soldados americanos, navegava ao longo da costa brasileira. Por acaso, monitores de rádio do Serviço de Inteligência de Sinais dos Estados Unidos interceptaram as mensagens e forneceram aos britânicos um alerta oportuno; caso contrário, pacotes de submarinos nazistas rondando o Atlântico Sul poderiam muito bem ter afundado o navio. (SZULC, 1981). Este episódio, caso ocorresse, seria considerado o maior ataque marítimo contra alvo militar da história da Segunda Guerra Mundial.

As investigações no decurso do processo apuraram ainda, que Túlio tinha como missão secundária, promover uma sublevação de sargentos no interior dos quartéis do Exército além do intento de sabotar, por explosão, o navio Winduck, apreendido da Alemanha em porto brasileiro e cedido pelo Brasil aos EUA, não conseguindo cumprir a missão pela delação de alguns comparsas arrependidos.

Após o julgamento, Túlio Régis do Nascimento foi condenado a 30 anos de reclusão e a perda do posto e da patente de capitão do Exército sendo libertado em 1955 por decisão do STF. Seus colaboradores, Valencio Duarte, Álvaro da Costa e Souza e Oswaldo França foram condenados à pena de 25 anos de reclusão, libertados entre 1947 e 1950. Os demais integrantes da rede não receberam sentença por falta de provas

O caso do engenheiro Eugênio Lacerda de Almeida não foi menos grave do que os demais e poderia facilmente ser considerado traição. Ao visitar o canteiro de obras da base de Parnamirim Fields e ter acesso as plantas de sua estrutura, repassou aos agentes da Abwehr os detalhes da construção que havia memorizado e posteriormente desenhando em um croqui, além de outros detalhes das obras daquela Base Naval.

Tais ações foram devidamente comprovadas ao longo de seu julgamento pela existência material do croqui e face aos depoimentos dos implicados, parcialmente publicados na imprensa nacional como podemos observar em reportagem do Diário Carioca, reproduzida abaixo:



Manchete no desenrolar do julgamento no TSN. - Fonte: Jornal Diário Carioca, edição de 16 de junho de 1942

Nas declarações de um dos presos, durante o processo no Tribunal de Segurança Nacional (TSN), este explicou as autoridades judiciárias o funcionamento do sistema de código utilizado por sua rede, denominado, Rudolf Mosse Code, da seguinte maneira:

(...) a cada dia, correspondia um grupo de cinco letras, bem como a palavras de cinco letras, que as primeiras letras indicavam, o prefixo da estação desta capital e as últimas da correspondente em Colônia, na Alemanha. Para dificultar o reconhecimento do Código aumentava-se no final das cinco cifras correspondente a uma palavra o número correspondente ao dia e mês da emissão. (TSN, Apelação, 1942, p.9)

Estima-se que as informações repassadas a Berlim pelas redes de espionagem no Brasil tenham contribuído significativamente para o afundamento de 15 dos 34 navios mercantes brasileiros e por cerca de 950 do total de 1.430 mortes decorrentes, na Marinha Mercante, entre os anos de 1941-1943, número três vezes maior do que as baixas registradas pela FEB, nos combates na Itália.

Inobstante a gravidade dos crimes, nenhum dos réus foi condenado a pena máxima. Na verdade, a maioria destes, especialmente as lideranças, cumpriram baixas sentenças, retornando posteriormente a Alemanha ou se estabelecendo definitivamente no Brasil.



Foto de agentes da espionagem nazista presos pelo DOPS e julgados pelo TSN
Fonte: Diário Carioca, 2 de março de 1943.

Esta circunstância só foi possível pela descaracterização do artigo 21, da Lei de Guerra, habilmente alegada pela defesa asseverando que todas as atividades de espionagem que constavam dos autos, foram realizadas antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com as potências do eixo, portanto, não tinham nenhuma relação com a soberania nacional.

Pelo que sabemos, havia seis células nazistas envolvidas com atividades de espionagem em território nacional entre 1940 e 1942, no auge da Batalha do Atlântico Sul, utilizando diversos canais de transmissão radiofônica com ramificações no Uruguai e na Argentina.

O primeiro espião nazista preso no Brasil pelo DOPS, em 1942, foi Otto Braun, funcionário do Banco Alemão Transatlântico e membro da direção nacional do Partido Nazista Brasileiro, confessando as autoridades brasileiras suas ações de espionagem, fraudes bancárias para remessa de dinheiro à Alemanha e o nome de seus 12 colaboradores.

Uma segunda prisão foi a de Christian Christensen cujo verdadeiro nome era Josef Starziczny, um especialista treinado. Afirmando ser um comerciante dinamarquês foi o líder de uma das células de espionagem, responsável pela montagem de uma estação de rádio clandestina no porto de Santos por meio do qual informava as autoridades alemãs a movimentação de navios na costa brasileira desde 1941.

O Brasil também abrigou prisioneiros de guerra. Segundo a pesquisa de Bento, 63 prisioneiros, 20 da Marinha de Guerra alemã e 42 da Marinha Mercante alemã, (15 oficiais e 48 suboficiais e marinheiros) tripulantes do cargueiro alemão Anneliese Essberger, um navio furador de bloqueio dissimulado como navio norueguês, afundado pela própria tripulação, em 22 de novembro de 1942, após ser descoberto, capturada pelo Cruzador Cincinatti, da Marinha norte-americana com base em Recife, permaneceram por sete meses em um campo provisório para prisioneiros de guerra, em Pouso Alegre/MG. (BENTO, 1995, p.151-152)

Por outro lado, um ponto pouco explorado pelos historiadores é o fato de que, entre 1942-1945, havia no Brasil, cerca de 12 campos de detenção provisória, o que alguns pesquisadores denominam de campos de concentração cuja finalidade era a detenção provisória de suspeitos de colaboração ou de espionagem. A maioria, eram estabelecimentos penais com uma ala especial para condenados pela prática de espionagem abrigando também cerca de 3000 suspeitos de colaboração com os países do eixo entre os integrantes das comunidades alemãs, italianas e japonesas, a exemplo dos campos de detenção à descendentes nipônicos nos EUA.

São eles: Daltro Filho, em Porto Alegre (RS), Trindade, em Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Guaratinguetá (SP), Pindamonhangaba (SP), Bauru (SP), Pirassununga (SP), Ribeirão Preto (SP), Pouso Alegre (MG), Niterói (RJ), Chã de Estêvão, em Araçoiaba (PE) e Tomé-Açu (PA).

Todavia, não está descartada a hipóteses de que outros centros tenham sido utilizados para a mesma destinação, como hospitais psiquiátricos desativados. Os suspeitos de colaboração e simpatizantes foram liberados após o término da guerra, mas pouco se sabe acerca do período em que estiveram detidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a presente pesquisa fica claro que as ações da espionagem nazista no Brasil acarretaram graves impactos nas decisões políticas e na guerra, em especial, na morte de tripulantes e militares dos navios torpedeados na costa brasileira.

Embora existam teses que defendam que grande parte das fontes de informação do serviço de espionagem nazista no Brasil era composta por amadores, o que é uma realidade e se aplica, notadamente, aos colaboradores eventuais, a outra parcela, era formada por profissionais treinados em escolas de informações em Berlim, e fizeram sua parte com resultados nefastos para o Brasil, como verificamos ao longo deste artigo.

Esta conjuntura foi possível, pela inexistência de um serviço central de inteligência das Forças Armadas brasileiras de coleta e análise de informações uma vez que os existentes no Exército e na Marinha eram incipientes e não compartilhavam as informações entre agências.

Outros dois pontos que merecem destaque e que contribuíram para a dependência do país em relação a coleta e busca de dados e informações dos serviços norte-americanos foram a inexistência de pessoal especializado em comunicações e decifradores de códigos, situação alertada por Góes Monteiro ainda em 1941, somada a falta de uma cultura de proteção de assuntos sigilosos nas repartições governamentais permitindo o acesso de material a pessoal não autorizado.

Vale destacar, que somente em 1949 o Brasil teria um instrumento legal de proteção as informações com a aprovação do Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional (RSISN) só aplicado em todo o país em 1950 assim como a criação do primeiro serviço de informações estruturado, denominado Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), criado em 1946, porém, efetivamente em funcionamento somente no ano de 1958.

Nesta conjuntura é possível afirmar que a atividade de informações ou inteligência sofreu grandes resistências por parte das autoridades governamentais, embora as experiências ratificassem sua relevância ao longo da Batalha do Atlântico e com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESSÃO – **Documentário dos Fatos que levaram o Brasil à Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, janeiro de 1943.

APELAÇÃO. **Tribunal de Segurança Nacional. 20.10.1942. Arquivo Nacional**. Base de dados. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1995349&v_abas=1. Acesso em 20.08.2020.

BENTO. Cláudio Moreira. **Alemães prisioneiros de guerra no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial**. Revista A Defesa Nacional, nº 770, Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

_____. Cláudio Moreira. Artigo **A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. Informativo Guararapes (AHMTB), 1995. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/FAMM2GM.htm>. Acesso em: 17.06.2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Arquivos do DOPS/ 1938-1942.

- CAMPOS, André Luiz Vieira. **Combatendo nazistas e mosquitos: militares norte-americanos no Nordeste brasileiro (1941-45)**. In: Revista de História, Ciência e Saúde, vol. 5, nº 3, Rio de Janeiro, 1999.
- CAMPBELL, Herbert. **A Marinha Mercante na Segunda Guerra: Recordações de sua luta**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
- CANOFRE, Fernanda (2018). **Na Segunda Guerra Mundial, a Varig ajudou o Partido Nazista a espionar o Brasil**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/07/na-segunda-guerra-mundial-a-varig-ajudou-o-partido-nazista-a-espionar-o-brasil>.
- COSTA, Sérgio Correa da. **Crônica de uma Guerra Secreta - Nazismo na América: A Conexão Argentina**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- COLETÂNEA L. **A Carta Forjada**. Escola Nacional de Informações, Revista Coletânea L, nº 11, Ano I, Brasília/DF, ago. 1977.
- JORNAL **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, edições de 16 de junho de 1942 e 02 de março de 1943.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda., 1982.
- _____, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Hélio Leôncio. **A Marinha na Segunda Guerra Mundial In: História Naval Brasileira**. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985.
- JONNY E FILINTO. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Publicação de 01 out. 2012. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/jonny-e-filinto>. Acesso em: 06.12.2021.
- LATFALLA, Giovanni. **Relações Militares Brasil / EUA - 1939-1943**. Rio de Janeiro, Gramma, 2019.
- LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução Lourdes Sette, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- MONTEIRO, Marcelo. **U-507 - O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Salto (SP): Schoba, 2012.
- SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.
- STANLEY, Hilton. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- SZULC, Tad. **Their Men In Brazil**. Article The New York Times Journal, July 12, 1981.
- PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2015.

Mossad: O Instituto das Sombras do estado de Israel

Edilson Moura Pinto¹

RESUMO: O Mossad é uma peça fundamental na defesa de Israel, na prevenção de ameaças à segurança nacional e na manutenção da paz na região. Esta que é uma das mais influentes agências de inteligência do mundo, conhecida por suas ações secretas e pela proteção dos interesses nacionais de Israel. O texto traz a estrutura do *Mossad*, que consiste em diferentes divisões e unidades especializadas, cada uma desempenhando um papel fundamental nas operações de inteligência. Destaca a importância de sua capacidade de coleta de informações, que inclui espionagem, análise de dados, contrainteligência e ação encoberta. O artigo também apresenta os diversos campos de atuação do *Mossad*, que vão desde a prevenção de ameaças terroristas até a obtenção de informações sobre nações hostis e a proteção dos cidadãos israelenses no exterior. As operações de espionagem e contraterrorismo são aspectos-chave de suas atividades, evidenciando a importância da agência na segurança de Israel. Além disso, este trabalho enfatiza o impacto global do *Mossad* e sua influência nas políticas de segurança e inteligência.

Palavras chaves: *Mossad*, Inteligência, Israel, Segurança, Operações Secretas

ABSTRACT: The Mossad plays a crucial role in defending Israel, preventing threats to national security, and maintaining peace in the region. It is one of the world's most influential intelligence agencies, renowned for its covert actions and protection of Israel's national interests. The text outlines the *Mossad's* structure, which consists of various divisions and specialized units, each playing a pivotal role in intelligence operations. It underscores the importance of their information-gathering capabilities, which include espionage, data analysis, counterintelligence, and covert actions. The article also presents the diverse areas of operation for the *Mossad*, ranging from preventing terrorist threats to obtaining information about hostile nations and safeguarding Israeli citizens abroad. Espionage and counterterrorism operations are key aspects of their activities, highlighting the agency's significance in Israel's security. Furthermore, this work emphasizes the Mossad's global impact and its influence on security and intelligence policies.

Keywords: Mossad, Intelligence, Israel, Security, Covert Operations

¹ Graduado em Licenciatura em Física com especialização em Física, Química e Matemática pela Unesp-Bauru. Possui mestrado em Física Aplicada pelo Instituto de Física Gleb Wataghin, UNICAMP-SP, e doutorado em ciências e engenharia dos materiais pela Universidade de Coimbra-Portugal. Membro honorário da London Journals Press e Editor-chefe e criador do site "Plano Brasil" (www.planobrazil.com) desde outubro de 2008 dedicado a assuntos de defesa, tecnologia milite, geopolítica e história militar. Perfil Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7190830726230136>.

1. HISTÓRIA E CONTEXTO

O Instituto de Inteligência e Espionagem de Israel, mundialmente reconhecido por *Mossad* (do Hebraico: מוסד לביטחון המדינה ויעוד למלחמה ha-Mosád le-Modi'ín u-le-Tafkidím Meyuḥadím), é uma das agências de inteligência mais enigmáticas e eficazes do mundo (KAHANA, 2006).

Fundado em 13 de dezembro de 1949, logo após a criação do Estado de Israel, o Mossad (instituto) desempenhou um papel fundamental na defesa e segurança do estado de Israel.

O “Instituto” foi fundado por David Ben-Gurion, o primeiro primeiro-ministro de Israel, com o objetivo de coletar informações de inteligência e conduzir operações secretas em nome de Israel. Desde o início, a agência se destacou pela sua capacidade de adaptar-se a cenários desafiadores e inovar na área de espionagem. O nome “*Mossad*” significa “instituto” em hebraico, e a agência tem vivido de acordo com esse título, sendo um dos pilares da segurança de Israel (VILASI, 2018).

O *Mossad* é uma agência israelense de inteligência e contraterrorismo que coleta informações e realiza operações secretas. Seu diretor responde diretamente ao Primeiro-ministro de Israel (BAR-ZOHAR, 2012).

O lema do instituto é “*Não havendo conselho, o povo cai; mas na multidão de conselheiros há segurança.*” (Provérbios 11:14). Do ponto de vista da hierarquia de decisões, o “Instituto” responde diretamente ao Primeiro-ministro de Israel, Sua sede é em *Tel Aviv*.

Com um orçamento anual de cerca de US\$ 2,73 bilhões e aproximadamente 7.000 funcionários, o *Mossad* é uma das maiores agências de inteligência do mundo porém, Diferentemente de outros órgãos de segurança, sua missão, poder e orçamento não foram definidos em lei (LEVINSON, 2018).

2. OUTRAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE ISRAEL

O *Mossad* mantém estreita colaboração com outras agências de inteligência israelenses, como o Shin Bet (também conhecido como Serviço de Segurança Interna) e a AMAN (Diretoria de Inteligência Militar). O *Shin Bet* lida principalmente com questões de segurança interna, enquanto a AMAN se concentra na coleta de informações militares. O *Mossad*, por sua vez, atua em uma capacidade mais global, com um foco particular em questões de segurança nacional no exterior (VILASI, 2018).

Shin Bet / Shabak (Serviço de Segurança Geral): O Shin Bet, também conhecido como Shabak, é o serviço de segurança de Israel, o equivalente ao norte americano FBI. Sua principal responsabilidade é a segurança interna do país, incluindo a prevenção de ameaças terroristas, vigilância de grupos extremistas e a coleta de informações dentro de Israel e nos territórios palestinos. O *Shin Bet* trabalha para proteger a população israelense e é responsável por lidar com questões de segurança interna (VILASI, 2018).

Aman (Direção de Inteligência Militar): A AMAN é a direção de inteligência militar das Forças de Defesa de Israel. Sua missão é coletar informações de inteligência sobre ameaças externas e fornecer

informações estratégicas às lideranças do país. A AMAN desempenha um papel importante na avaliação de riscos e no planejamento de segurança de Israel (EISIN, 2009).

Unidade 8200 (Unidade oito duzentos): A Unidade 8200 é uma das unidades de inteligência mais proeminentes das Forças de Defesa de Israel. Especializada em inteligência de sinais, guerra cibernética e coleta de informações, a Unidade 8200 desempenha um papel crucial na obtenção de informações para a segurança nacional de Israel. Muitos consideram esta unidade uma das mais eficazes e influentes do mundo no campo da inteligência (CORDEY,2019).

Malmab (Diretoria de Segurança da Defesa): O *Malmab* é um departamento do Ministério da Defesa de Israel responsável pela segurança do Ministério, indústria de armamentos israelense e instituições de desenvolvimento e produção de armas de destruição em massa. A *Malmab* é encarregado da segurança de instalações nucleares e de pesquisa, bem como de unidades militares envolvidas nessas áreas. (KAHANA,2014).

Além disso, A *Malmab* absorveu a extinta *Lekem* (ou *LAKAM*) a outrora agência de serviços de inteligência que teve seu foco em operações secretas relacionadas à ciência e tecnologia. Seu trabalho envolvia coletar informações sobre tecnologia avançada em outras nações. O *Lekem* foi posteriormente absorvido pelo *Malmab*.

A Unidade 8504: É uma das unidades de inteligência do Mossad, a agência de inteligência israelense. É uma unidade dedicada à coleta de informações e à realização de operações de inteligência. No entanto, os detalhes específicos sobre as funções e operações da Unidade 504 são altamente confidenciais e não são amplamente divulgados (VILASI, 2018).

Ela é conhecida por estar envolvida em missões de inteligência e coleta de informações em ambientes hostis, mas os detalhes exatos de suas operações são mantidos em sigilo.

A Unidade 8513: É uma unidade de inteligência israelense, que faz parte do sistema de inteligência de Israel. Esta unidade é especializada em fotografia e coleta de informações por meio de imagens. Suas atribuições incluem a obtenção, análise e interpretação de imagens para fins de inteligência e segurança (VILASI, 2018).

Embora as informações específicas sobre suas operações e atividades sejam altamente confidenciais, é seguro dizer que a Unidade 8513 desempenha um papel crucial na coleta de informações visuais para apoiar as operações de inteligência de Israel. A natureza exata de suas operações é geralmente mantida em sigilo devido à sensibilidade e à natureza classificada das informações coletadas.

Como se observa, cada uma dessas agências tem funções específicas e desempenha um papel fundamental na segurança e inteligência de Israel, trabalhando em conjunto para proteger o país contra ameaças internas e externas. Porém, essas agências trabalham em conjunto para garantir a segurança de Israel, compartilhando informações e colaborando em operações conjuntas quando necessário. Essa cooperação é fundamental para a defesa do país e a tomada de decisões estratégicas.

3 CAMPOS DE ATUAÇÃO

Alguns autores como Victor Ostrovsky (1991), ex-comandante da Polícia Militar da Cisjordânia e Ex- Agente de campo do “Instituto”, o Mossad possuía nos anos “80” uma rede intrincada de Agentes de 35 mil no mundo, 20 mil deles operacionais e 15 mil adormecidos.

De uma forma resumida a Figura 1 apresenta alguns dos principais campos de atuação do “Instituto” no mundo.

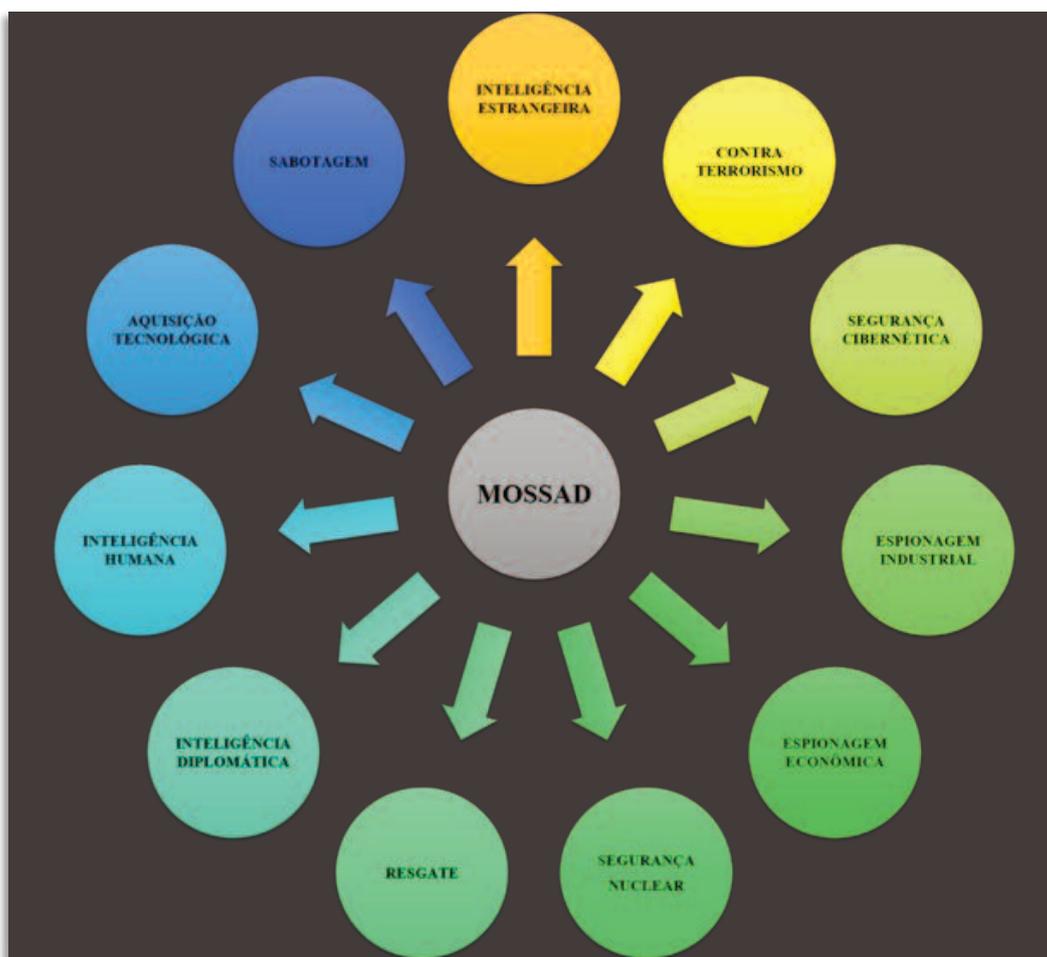


Figura 1. apresenta alguns dos principais campos de atuação do “Instituto” no mundo. (Própria autoria)

Ressalta-se que uma das características mais marcantes do “Instituto” é a de operar em sigilo, e suas atividades raramente são confirmadas publicamente. Como resultado, muitos detalhes de suas operações permanecem em grande parte desconhecidos. A agência desempenha um papel vital na segurança e proteção de Israel em um cenário geopolítico complexo e volátil.

Segundo o seu livro *“By Way of Deception: A Devastating Insider’s Portrait of the Mossad”*. que aborda deficiências e presunções sobre a estrutura, coordenação e ações do “Instituto”, algumas denominações são particulares e não referem necessariamente à raças ou etnias, porém é comum a terminologia destacada para os operacionais do “Instituto”, por exemplo, os chamados “Agentes negros” referem-se aos de origem Árabe, enquanto os “Agentes brancos” são não-árabes. Agentes de “alerta”

são agentes estratégicos usados (OSTROVSKY, 1991).

Os campos de atuação do *Mossad* abrangem uma ampla gama de áreas, envolvendo um enorme efetivo que inclui:

Inteligência Estrangeira: O *Mossad* é responsável por coletar informações de inteligência fora das fronteiras de Israel. Isso inclui obter informações sobre ameaças potenciais, atividades de organizações hostis, programas de armas em outros países e outros tópicos relevantes para a segurança de Israel (ZE'EV, 2007), (RICHELSON, 2007), (BLACK, 2018).

Contra-Terrorismo: O *Mossad* desempenha um papel fundamental na identificação, monitoramento e combate ao terrorismo internacional. Isso inclui rastrear grupos terroristas, desmantelar células terroristas e neutralizar ameaças à segurança de Israel e de seus cidadãos no exterior.

Segurança Cibernética: Com o aumento das ameaças cibernéticas, o *Mossad* também se envolve na defesa contra ataques cibernéticos e na identificação de ameaças vindas do mundo virtual.

Espionagem Industrial e Econômica: O *Mossad* é conhecido por conduzir operações de espionagem para obter informações sobre tecnologias e inovações que possam ser de interesse para a economia de Israel.

Contramedidas Nucleares: O *Mossad* está envolvido em monitorar e lidar com ameaças relacionadas a armas de destruição em massa e programas nucleares em países hostis.

Operações de Resgate: A agência também é responsável por operações de resgate e evacuação de cidadãos israelenses em áreas de conflito ou sob ameaça.

Diplomacia Secreta: Em alguns casos, o *Mossad* realiza negociações e ações diplomáticas secretas para promover os interesses de Israel.

Operações de Inteligência Humana (HUMINT): Isso envolve a infiltração de agentes em organizações ou áreas estratégicas para coletar informações e realizar atividades secretas.

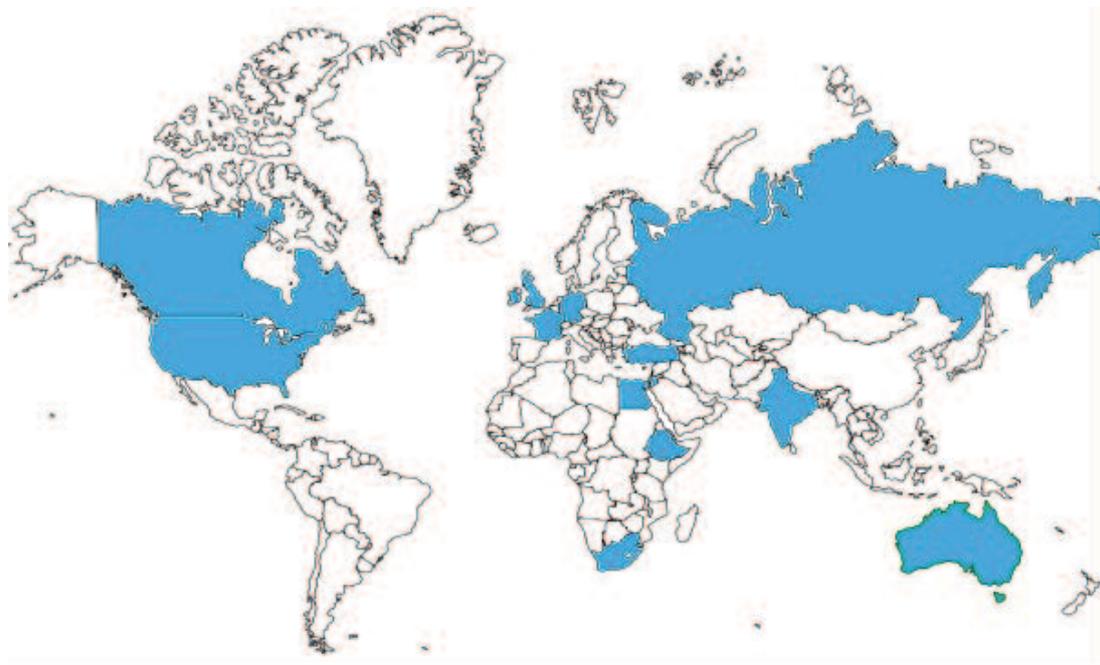
Aquisição de Tecnologia e Inteligência Militar: O *Mossad* busca obter informações relacionadas a avanços tecnológicos e atividades militares em outros países que possam afetar a segurança de Israel.

4 AÇÕES NO EXTERIOR

O “Instituto”, mantém escritórios de ligação (declarados), também conhecidos como estações de inteligência, em vários países estrangeiros. Esses escritórios não são agências de inteligência permanentes, mas sim locais de cooperação e comunicação com as agências de inteligência dos países anfitriões (DELLIAN, 2009).

Os escritórios do *Mossad* são usados principalmente para atividades de coleta de informações, contraterrorismo, cooperação em segurança e parcerias internacionais.

Os países nos quais o *Mossad* tem escritórios de ligação incluem, mas não se limitam aos mencionados na Figura 2, uma vez que é importante notar que a existência de escritórios de ligação pode variar ao longo do tempo de acordo com as necessidades de inteligência e as relações internacionais de Israel.



- | | | |
|-----------------|------------------|---------------|
| ✧ África do Sul | ✧ Estados Unidos | ✧ Jordânia |
| ✧ Alemanha | ✧ Etiópia | ✧ Reino Unido |
| ✧ Austrália | ✧ França | ✧ Rússia |
| ✧ Canadá | ✧ Índia | ✧ Turquia |
| ✧ Egito | | |

Figura 2. Mapa mundi apresentando as nações onde declaradamente o “Instituto” mantém escritórios de ligação. (Adaptada pelo autor)

Além disso, alguns desses escritórios podem operar sob disfarce e não serem oficialmente reconhecidos como escritórios do *Mossad*. Portanto, a lista apresentada na imagem que Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia, Índia, Turquia, Etiópia, Austrália, Canadá, África do Sul e Egito são apenas uma visão geral das áreas onde o *Mossad* pode ter presença.

Esses escritórios de ligação facilitam a cooperação em segurança e inteligência entre Israel e seus parceiros estrangeiros, bem como fornecem canais de comunicação para lidar com ameaças comuns, como terrorismo internacional e proliferação de armas (EISIN, 2009). A natureza exata das operações e atividades realizadas em cada escritório de ligação pode variar dependendo do país anfitrião e das necessidades específicas de segurança e inteligência.

5. COLETA DE INTELIGÊNCIA

As agências de inteligência, como o *Mossad*, utilizam uma variedade de métodos e técnicas para a captação de informações (RICHELSON, 2007). Além das formas de inteligência de comunicação (COMINT) e inteligência de sinais (SIGINT e ELINT), as agências de inteligência empregam outras técnicas, como:

HUMINT (Inteligência Humana): A HUMINT envolve a coleta de informações por meio de agentes humanos, espiões, informantes e contatos diretos com fontes confidenciais. Suas funções incluem:

- ✧ Recrutamento e gestão de agentes para obter informações confiáveis.
- ✧ Coleta de dados sobre atividades de indivíduos, organizações e governos.
- ✧ Desenvolvimento de fontes humanas para obter informações privilegiadas.

IMINT (Inteligência de Imagem): A IMINT é responsável pela obtenção e análise de informações a partir de imagens e fotografias, incluindo imagens de satélite e fotografias aéreas. Suas funções incluem:

- ✧ Análise de imagens para identificar alvos, atividades suspeitas e alterações geográficas.
- ✧ Monitoramento de áreas estratégicas e eventos em tempo real.
- ✧ Apoio a operações militares, planejamento de missões e análise de danos.

OSINT (Inteligência de Fonte Aberta): A OSINT concentra-se na coleta de informações a partir de fontes abertas e publicamente disponíveis, como notícias, mídias sociais, relatórios públicos e informações na internet. Suas funções incluem:

- ✧ Rastreamento de eventos e tendências por meio de fontes de informação pública.
- ✧ Monitoramento de discussões e atividades online para identificar ameaças emergentes.
- ✧ Análise de dados acessíveis ao público para percepções sobre assuntos de segurança.

GEOINT (Inteligência Geoespacial): A GEOINT coleta informações com base na localização geográfica, incluindo dados de satélite, mapas e informações geoespaciais. Suas funções incluem:

- ✧ Análise de dados geoespaciais para identificar áreas de interesse estratégico.
- ✧ Apoio a operações militares, planejamento de missões e avaliação de ameaças ambientais.
- ✧ Monitoramento de fronteiras e controle de territórios.

TECHINT (Inteligência Tecnológica): A TECHINT se concentra na coleta e análise de informações relacionadas a tecnologia, armamentos e sistemas de defesa. Suas funções incluem:

- ✧ Avaliação de tecnologias militares estrangeiras.
- ✧ Análise de sistemas de armas, dispositivos de segurança e capacidades tecnológicas.
- ✧ Detecção de desenvolvimentos tecnológicos que possam afetar a segurança nacional.

FININT (Inteligência Financeira): A FININT envolve o rastreamento e análise de transações financeiras para obter informações sobre atividades suspeitas ou organizações. Suas funções incluem:

- ✧ Identificação de financiamento de organizações terroristas e grupos criminosos.
- ✧ Rastreamento de atividades financeiras que possam ameaçar a segurança nacional.
- ✧ Coleta de informações sobre lavagem de dinheiro e evasão fiscal.

CYBINT (Inteligência Cibernética): A CYBINT concentra-se na coleta e análise de informações relacionadas à segurança cibernética e ameaças online. Suas funções incluem:

- ✧ Monitoramento de ameaças cibernéticas, ataques e vulnerabilidades.
- ✧ Proteção contra intrusões cibernéticas e ataques de *hackers*.
- ✧ Análise de atividades online suspeitas e identificação de agentes hostis na rede.

ACOUSTINT (Inteligência Acústica): A ACOUSTINT envolve a coleta de informações a partir de gravações de áudio e análise de padrões de som. Suas funções incluem:

- ✧ Identificação de conversas e atividades suspeitas com base em gravações de áudio.
- ✧ Monitoramento de comunicações por voz para fins de inteligência.
- ✧ Análise de dados sonoros para obter informações sobre alvos e atividades.

SATELLINT (Inteligência por Satélite): A SATELLINT é responsável pela obtenção e análise de informações provenientes de satélites, incluindo imagens e dados geoespaciais. Suas funções incluem:

- ✧ Coleta de informações estratégicas por meio de satélites.
- ✧ Monitoramento de eventos e atividades globais em tempo real.
- ✧ Apoio à vigilância e análise de áreas de interesse

Para o leitor leigo, existem algumas técnicas cujos acrônimos são mais familiares porém causam certa confusão são elas:

ELINT (Eletronic Intelligence): A ELINT, ou Inteligência Eletrônica, é uma disciplina que se concentra na coleta e análise de informações provenientes de sistemas eletrônicos e sistemas de comunicação, tais como radares, sistemas de comunicação por rádio, sistemas de controle de mísseis e outras fontes relacionadas a eletrônica. Os analistas de ELINT buscam identificar as assinaturas eletromagnéticas dos sistemas inimigos para determinar seu funcionamento, capacidades e origens.

- ✧ Concentra-se na interceptação e análise de sinais eletrônicos, tornando-se vital para a avaliação das capacidades militares de potenciais adversários.
- ✧ Identificação de Assinaturas Eletromagnéticas: A ELINT visa identificar as assinaturas eletromagnéticas únicas dos sistemas inimigos, permitindo que as forças de inteligência entendam sua tecnologia e design.

- ✧ **Contribuição para Contramedidas:** A ELINT também desempenha um papel fundamental na criação de contramedidas eletrônicas para proteger as próprias comunicações e sistemas contra interferências.

COMINT (*Communication Intelligence*): A COMINT, ou Inteligência de Comunicação, concentra-se na interceptação e análise de comunicações humanas, como chamadas de rádio, mensagens de texto, e-mails, transmissões de rádio e telefonia. Seu objetivo é compreender as intenções, planos e atividades de indivíduos ou grupos por meio da análise de suas comunicações.

- ✧ **Interpretação de Linguagem Humana:** A COMINT lida com a interpretação de comunicações humanas, o que pode envolver vários idiomas, dialetos e códigos.
- ✧ **Monitoramento de Comunicações Críticas:** É crucial para monitorar comunicações de grupos terroristas, agências de espionagem e outras entidades que ameacem a segurança nacional.
- ✧ **Contribuição para Alertas Antecipados:** A COMINT desempenha um papel importante na prevenção de ameaças, fornecendo informações sobre planos ou atividades suspeitas.

SIGINT (*Signals Intelligence*): A SIGINT, ou Inteligência de Sinais, é uma disciplina que engloba tanto a ELINT quanto a COMINT. Ela visa coletar, analisar e interpretar sinais eletrônicos e comunicações humanas para fornecer uma imagem abrangente da inteligência em um ambiente específico.

- ✧ **Particularidades da SIGINT: Abordagem Integrada:** A SIGINT reúne informações eletrônicas e de comunicação para obter uma compreensão mais completa das situações.
- ✧ **Flexibilidade:** A SIGINT é altamente adaptável, podendo ser aplicada em uma variedade de contextos, desde operações militares até a segurança cibernética.
- ✧ **Contribuição para Tomada de Decisão:** A SIGINT é crucial para a tomada de decisões estratégicas em muitos campos, incluindo segurança nacional e diplomacia.

Em resumo, todas estas e outras mais técnicas de coleta de informação estão disponíveis, desempenham funções distintas e complementares nos serviços de inteligência, ajudando a coletar informações vitais para a segurança e a tomada de decisões em níveis nacional e internacional. Cada uma delas é fundamental para a segurança cibernética, a proteção das comunicações e a compreensão das ameaças em um mundo cada vez mais conectado.

6. ESTRUTURA E DEPARTAMENTOS

A estrutura do *Mossad* é altamente classificada, mas é geralmente composta por vários departamentos especializados, cada um com suas próprias áreas de *expertise* (AKRAM, 2000). o “Instituto” é conhecido por operar várias unidades especiais altamente treinadas e secretas. Essas unidades desempenham papéis diversos em operações de inteligência, segurança nacional e ações especiais.

Segundo Ostrovsky (1991), a estrutura organizacional do *Mossad* em sua forma mais reduzida, apresentava nos anos “70” e “80” com hierarquia de organizações, oficiais, externas e não oficiais. Este Organograma resumido foi reeditado e adaptado neste artigo como forma de demonstrar qual subordinação e fluxo de informações o “Instituto”.

Na figura 3 é apresentada uma versão atualizada da Carta Organizacional proposta por Ostrovsky e ela é considerada neste trabalho uma vez que não são mencionadas ao longo da história mudanças significativas nas estruturas da comunidade de inteligência de Israel

Conforme ilustra a Figura 3, a diretoria do *Mossad*, está diretamente ligada ao seu escritório e escritório executivo, o qual acomoda a seção de coordenação, este por sua vez atua sobre as seções de chefia de serviço e de operações, estas são consideradas operações “oficiais”.

Sobre a égide da chefia de seção estão os principais departamentos do *Mossad*, que são o de Tecnologia, Documentação, Pesquisa (acomodado no de tecnologia mas que ainda possui credenciais exclusivas), História e o de administração.

Por sua vez o departamento de operações lida diretamente com as unidades especiais do Mossad que incluem: O *TSOMET* ou *MELUCKHA*, que significa “reino” este é o Departamento de recrutamento que lida com *katsas*, “Oficiais de coleta” e que está diretamente ligada ao QG Europa. Além disso a seção de operações também coordena as ações de:

INTELIGÊNCIA DIPLOMÁTICA: atuante nas embaixadas e representações diplomáticas do estado de Israel.

As unidades *TSAFRIRIM*: “Brisa matinal” Organizam comunidades judaicas fora de Israel; ajuda a configurar quadros.

NEVOIT ou *KESHET*: que significa “Arco.” cuja função é a de coletar informações de objetos parados, por exemplo, arrombamentos, instalação de dispositivos de escuta. A unidade Keshet é responsável por operações cibernéticas e de guerra eletrônica. Eles desempenham um papel crucial na defesa cibernética de Israel e na condução de operações ofensivas nesse domínio.

Outra importante unidade é a *YAHALOMIM* ou simplesmente diamante, cuida das comunicações com agentes nos países-alvo.



Figura 3. Carta oraginznacional do Mossad. (Adaptado e atualizado de OSTROVSKY,1991)

Outras unidades que estão sobre a égide da seção de operações são a academia de formação de pessoal e as unidades de Operações de segurança.

Além das unidades e departamentos especiais a Seção de Operações coordena e colabora com outras agências e instituições como a Polícia, o Shin Bet e os escritórios estrangeiros.

A ligação entre ambos as seções, se dão pelos departamentos de ligação do *Zahal* ou *Tzahal* que são de fato as Forças de Defesa de Israel, do departamento de Psicologia , comunicação, serviços especiais e de cibernética cujas operações conjuntas e com emprego de unidades de ambas as seções atuam em ações e contra ações de sabotagem

Entretanto, há operações “não oficiais”, algumas delas de conhecimento do público e outras não assumidas pelo “Instituto”. nas consideradas “de conhecimento estão as de operação do:

Kidon: A unidade *Kidon* é famosa por realizar operações de assassinato seletivo e eliminação de alvos considerados uma ameaça à segurança de Israel. Seu nome significa "Baioneta" em hebraico. Esta unidade é conhecida por sua discrição e habilidades impressionantes.

Metsada: A unidade *Metsada* ou "*Lohamah Metsuyeret*", que é responsável por coletar informações sobre o terrorismo internacional e combater ameaças de organizações terroristas. Uma

das mais famosas sub-unidades descortinadas da *Metsada* é a “*Caesarea*”, também conhecida lida com a coleta de informações e operações no exterior. Eles estão envolvidos em missões secretas em países estrangeiros. Elas também têm a missão de caçar terroristas em todo o mundo (FATTINI,2015).

Ambas unidades especiais respondem diretamente à seção de coordenação, mas controversamente há afirmações de que algumas operações da “LA” que em suma se trata de uma unidade secreta de katas experientes trabalhando disfarçados nos Estados Unidos, recebe orientações diretas do escritório executivo do *Mossad*.

Já a *Sayeret Matkal* embora não seja uma unidade do *Mossad*, e sim uma unidade de elite das Forças de Defesa de Israel (IDF), muitas vezes colabora com os unidades do *Mossad* em operações conjuntas. Eles se especializam em missões de resgate de reféns, reconhecimento profundo e inteligência militar.

Para além disso, especula-se que outras operações ‘Não oficiais’ ocorrem no âmbito do controle de informações coletadas pelo departamento de cibernética (antigo- Computadores e informação) e que executam inteligência em várias agências como o próprio *Shin Bet*, Polícia e *Aman*, além disso, atuam também no setor financeiro, imobiliário, tecnológico e nas relações internacionais.

O *Mossad* e colabora e coordena ainda o Departamento de Ação Política e de Relações Internacionais que trabalha em estreita colaboração com governos estrangeiros e organizações internacionais.

Há outras unidades dedicadas à Espionagem e Operações Especiais, responsável por operações secretas no exterior. Assim como há o departamento de Coleta e Análise de Informações, o qual é encarregado de coletar informações de fontes humanas e eletrônicas. Por último, um importante e não tanto mencionado, o Departamento de Logística: Responsável por apoiar as operações com recursos e logística.

Segundo Ostrovsky, por vezes a hierarquia de decisões do Mossad não seguia o seu fluxo natural, tendo o escritório da direção do instituto atuando diretamente sobre as seções de serviços e de operações, sem necessariamente passar pelo escritório executivo e de coordenação o que seria o caminho correto, o que ele chamou de “operações fora do instituto”. Nos dias atuais, não se tem informações sobre estas práticas, seja por elas terem sido sistematizadas e resolvidas, seja pela natureza secreta e normalizada delas ou ainda, seja pelo fato delas não nunca terem ocorrido.

7. OPERAÇÕES DESCORTINADAS

O “Instituto” está envolvido na coleta de informações sobre ameaças à segurança de Israel, como organizações terroristas e programas nucleares de nações hostis (ORON, 2009). O *Mossad* é conhecido por suas operações secretas de alto risco em todo o mundo. Muitas dessas operações são mantidas em segredo, mas algumas se tornaram públicas ao longo dos anos (FATTINI,2011) (VARGO,2014).

A Figura 4 apresenta uma linha temporal das chamadas “Operações descortinadas do *Mossad* e evidentemente nota-se que nos anos “80” onde as atividades do “Instituto’ ficaram marcadas por eventos de grande cunho internacional contrariando a natureza das ações comumente sigilosas.

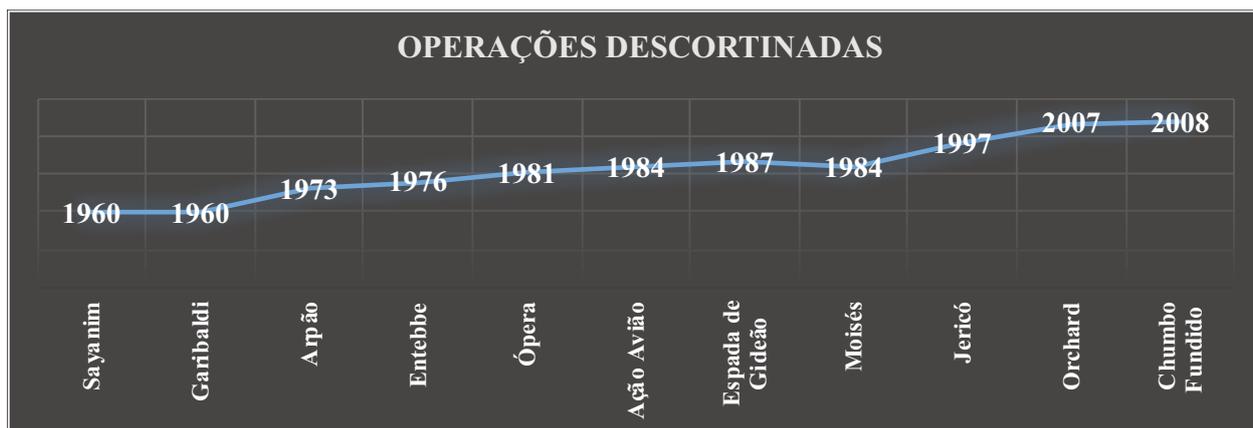


Figura 4. Linha temporal das principais operações descortinadas das quais o Mossad conduziu ou participou desde os anos 1960. (Própria Autoria)

Muito da mítica do *Mossad* como super “agência de inteligência “ se deve à estas operações como a “Ópera “ dentre outras que desencadearam alguns eventos que viriam a repercutir posteriormente, destacando o papel das agências de inteligência na prevenção da segurança internacional.

Operação Sayanim (1960- Atualmente): A "Operação Sayanim" não é uma operação específica, mas sim uma prática que envolve a colaboração de indivíduos judeus ao redor do mundo com agências de inteligência Israelenses, como o *Mossad*. A palavra "Sayanim" é hebraica e se refere a voluntários judeus que vivem fora de Israel e que estão dispostos a ajudar o Estado de Israel em situações de necessidade, muitas vezes em atividades de inteligência, logística ou apoio (VARGO,2014).

Os *Sayanim* não são agentes secretos no sentido tradicional, mas são indivíduos que podem ser chamados para prestar assistência em várias tarefas, como coleta de informações, tradução, acomodação de agentes estrangeiros em seus países de residência, fornecimento de recursos ou apoio logístico. Eles são motivados por uma conexão com Israel e uma vontade de contribuir para sua segurança e interesses.

Essa prática é controversa e envolta em sigilo, pois levanta questões sobre a legalidade das atividades de indivíduos que agem em nome de agências de inteligência estrangeiras em seus países de residência. A existência dos *Sayanim* é frequentemente discutida em contextos relacionados à segurança e inteligência em Israel, mas detalhes específicos sobre suas operações e alcance exato são difíceis de obter, devido à natureza sigilosa dessas atividades.

É importante notar que o envolvimento de cidadãos de um país em atividades de inteligência estrangeira pode ser ilegal em algumas jurisdições, e os governos e agências de segurança em todo o mundo monitoram de perto essas atividades em seus territórios.

Operação Garibaldi (1960): A operação que resultou na prisão de Adolf Eichmann foi conhecida como "Operação Garibaldi". Adolf Eichmann foi um oficial nazista de alto escalão que desempenhou um papel crucial na organização e execução do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. Ele fugiu da Alemanha após o fim da guerra e se escondeu sob uma falsa identidade na Argentina (BERGMAN,2018).

A operação para localizar e capturar Eichmann foi conduzida pelo *Mossad*, o serviço de inteligência israelense, e ocorreu em Buenos Aires, Argentina. Eichmann foi localizado em 1960 e capturado por agentes do *Mossad*.

Eichmann foi mantido em custódia secreta em Israel até seu julgamento, que ocorreu em Jerusalém em 1961. Durante o julgamento, ele foi acusado de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio. O julgamento de Adolf Eichmann foi um dos eventos mais notáveis do século XX e trouxe atenção mundial para os crimes do Holocausto. Eichmann foi condenado à morte e executado em 1962 (MELMAN, 2016).

A captura e julgamento de Adolf Eichmann representaram um marco importante nos esforços para responsabilizar os criminosos de guerra nazistas por seus atos, bem como na documentação histórica e educação sobre o Holocausto.

Operação Arpão (1973): A “Operação Arpão” foi uma operação militar israelense que ocorreu durante a Guerra do *Yom Kippur*, também conhecida como a Guerra de Outubro de 1973. A operação foi uma resposta israelense aos avanços das forças egípcias no Sinai e teve como objetivo recuperar o território capturado pelo Egito (PEDAHZUR,2009).

A Guerra do *Yom Kippur* começou em 6 de outubro de 1973, quando os exércitos do Egito e da Síria lançaram um ataque surpresa contra Israel no Dia do *Yom Kippur*, o dia mais sagrado do calendário judaico. As forças egípcias avançaram pelo Sinai, e Israel reconheceu a necessidade de conter esse avanço e recuperar o terreno perdido (BERGMAN,2018)..

Esta operação foi uma das operações israelenses destinadas a romper as linhas egípcias e retomar território estratégico no Sinai. Foi uma das várias operações israelenses lançadas durante a guerra, incluindo a “*Operation Gazelle*” e a “*Operation Valiant*”. O objetivo dessas operações era restaurar a defensiva israelense, impedir o avanço das forças inimigas e, eventualmente, pressionar as forças egípcias a recuarem (MELMAN, 2016).

A Guerra do *Yom Kippur* durou até 25 de outubro de 1973, quando um cessar-fogo foi implementado. A guerra teve um grande impacto na região e nas relações internacionais, e suas consequências continuam a afetar a política e a segurança no Oriente Médio até os dias atuais.

Operação Primavera da Juventude (1973): A “Operação *Spring of Youth*” foi uma série de ataques realizados por forças especiais israelenses em 9 de abril de 1973 em Beirute, Líbano, com o objetivo de eliminar líderes e membros da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)(BERGMAN,2018).. Os ataques foram uma resposta ao envolvimento da OLP em ataques terroristas contra alvos israelenses, incluindo o ataque à delegação israelense nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972, que resultou na morte de 11 atletas israelenses.

A operação foi conduzida pelo *Sayeret Matkal*, uma unidade de elite das Forças de Defesa de Israel (IDF), em conjunto com o Mossad, o serviço de inteligência israelense. Ela visava líderes da OLP, incluindo Muhammad Najjar (também conhecido como Abu Youssef), Kamal Adwan e Kamal Nasser.

Os comandos israelenses chegaram às casas dos alvos em Beirute na madrugada de 9 de abril de 1973 e realizaram operações cirúrgicas de eliminação. Os líderes da OLP e outros membros foram mortos, e a operação foi considerada um sucesso militar.

No entanto, a Operação *Spring of Youth* teve implicações significativas em termos de relações internacionais e segurança regional. Ela exacerbou as tensões no Oriente Médio e levou a represálias por parte da OLP e de outras organizações palestinas. Esses eventos também foram um fator na escalada das hostilidades na região e contribuíram para a complexidade do conflito israelo-palestino.

Operação Entebbe (1976): A "Operação Entebbe" é uma das operações de resgate mais famosas e bem-sucedidas conduzidas pelo Mossad, o serviço de inteligência israelense o nome da operação refere-se ao do Aeroporto Internacional de Uganda, palco da operação. Ela ocorreu em 1976 e envolveu o resgate de reféns israelenses e judeus mantidos em cativeiro após o sequestro de um avião (DAVID, 2015).

Os eventos que levaram à Operação Entebbe começaram em 27 de junho de 1976, quando um voo da *Air France*, com 248 passageiros a bordo, foi sequestrado por membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina (PFLP) e da Organização de Libertação da Palestina (OLP). O avião, um *Airbus A300*, fazia a rota de *Tel Aviv*, Israel, para Paris, França, mas foi desviado para Entebbe, Uganda, então liderada pelo ditador Idi Amin.

Os sequestradores mantiveram os reféns em um antigo terminal de passageiros no aeroporto de Entebbe, enquanto demandavam a libertação de prisioneiros palestinos detidos em Israel. A situação se tornou um impasse, e as vidas dos reféns estavam em grave perigo (MELMAN, 2016).

O Mossad e as Forças de Defesa de Israel (IDF) elaboraram um plano audacioso para resgatar os reféns. Em 4 de julho de 1976, uma equipe de comando israelense liderada pelo *Sayeret Matkal*, uma unidade de elite das IDF, desembarcou em Entebbe após uma missão de voo noturno de quase 4000 km. Eles conseguiram surpreender os sequestradores e as forças ugandesas, libertaram os reféns e derrotaram os sequestradores.

A Operação Entebbe foi um sucesso notável, resgatando 102 reféns e causando um impacto duradouro na comunidade internacional. A operação demonstrou a determinação de Israel em proteger seus cidadãos e serviu como um exemplo de planejamento e execução de resgate de reféns bem-sucedidos. No entanto, a operação também resultou na perda de um comandante israelense, Yonatan Netanyahu, irmão do então futuro primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Operação Ópera (1981): A Operação Ópera, também conhecida como Operação Babilônia, foi uma ação militar realizada por Israel em 7 de junho de 1981. Seu objetivo era destruir o reator nuclear iraquiano localizado perto de Bagdá, no Iraque, conhecido como reator de Osirak. O reator estava sendo construído com a ajuda da França e tinha a capacidade de produzir material físsil para uso em armas nucleares.

A Figura 5 Apresenta uma imagem obtida a partir do *Google earth* da planta de Osirak palco do ataque de 1981.



Figura 5 Planta de Osirak pelo *Google earth*. - THE AVIONIST (Acesso em 21 set 2023).

Israel considerou o reator de Osirak uma ameaça à sua segurança nacional, temendo que o Iraque usasse a instalação para desenvolver armas nucleares que poderiam ser usadas contra Israel. Como resultado, as autoridades israelenses decidiram lançar uma operação militar de destruição preventiva para impedir que o reator se tornasse operacional (KIRSCHENBAUM,2010).

Em 7 de junho de 1981, a Força Aérea Israelense (IAF) realizou um ataque aéreo preciso que destruiu o reator de Osirak. A operação foi realizada sem aviso prévio, e os pilotos israelenses conseguiram atingir o reator com precisão. O ataque gerou controvérsia internacional, com condenações de várias nações, mas Israel defendeu sua ação como uma medida necessária para proteger sua segurança.

A Operação Opera desencadeou debates sobre o uso de ações preventivas em situações em que um país percebe uma ameaça à sua segurança nacional, especialmente em relação a programas nucleares. Ela também teve consequências políticas e diplomáticas significativas na época e continua sendo um exemplo de ação militar preventiva contra uma ameaça percebida à segurança de um país.

Operação Ação Avião (1984): A "Operação Ação Avião" (também conhecida como Operação Ação do Avião ou simplesmente "Operação Avião") foi uma operação conjunta conduzida por várias agências de inteligência israelenses, incluindo o *Mossad*, em 1984. Esta operação tinha como objetivo identificar e capturar membros da organização terrorista Abu Nidal, também conhecida como "Organização Revolucionária Árabe 17 de Setembro."

Abu Nidal era um notório terrorista palestino que liderava um grupo que realizou uma série de ataques terroristas contra alvos israelenses e judeus em todo o mundo. A organização era conhecida por sua violência extrema e envolvimento em ataques aeroportuários, sequestros e assassinatos (MELMAN, 2016).

A Operação Ação Avião visava interromper as atividades do grupo e capturar seus membros-chave. A operação envolveu a infiltração de agentes israelenses disfarçados em organizações próximas

a Abu Nidal e a realização de operações secretas para identificar e, em alguns casos, eliminar membros-chave da organização.

Detalhes específicos sobre a operação e seu sucesso são frequentemente mantidos em sigilo devido à natureza sensível das operações de inteligência. No entanto, a Operação Ação Avião representou mais um esforço de Israel para combater o terrorismo internacional e neutralizar ameaças diretas à segurança de seus cidadãos e interesses em todo o mundo.

Operação Espada de Gideão (1987): A "Operação Espada de Gideão" não é uma operação específica que ocorreu em 1987, mas sim uma referência a uma série de operações realizadas ao longo de vários anos, destinadas ao resgate de judeus etíopes, também conhecidos como Beta Israel, em meio à guerra civil na Etiópia e sua subsequente evacuação para Israel (BERGMAN, 2018).

A operação começou em 1984 e continuou até 1991, quando o governo israelense, o *Mossad* (o serviço de inteligência israelense) e as Forças de Defesa de Israel (IDF) colaboraram para trazer milhares de judeus etíopes para Israel.

Essa missão humanitária foi motivada pela preocupação com a segurança e bem-estar dos judeus etíopes, bem como pelo desejo de trazê-los de volta à sua terra ancestral, Israel. As operações envolveram voos secretos, evacuações arriscadas e missões de resgate sob circunstâncias complexas em meio à guerra civil na Etiópia.

A referência à "Espada de Gideão" pode ser uma alusão ao líder bíblico Gideão, que liderou os israelitas em uma batalha contra inimigos opressores, tornando-se um símbolo de liderança e resistência. Essa operação representou um esforço significativo de Israel para resgatar seus cidadãos e membros da comunidade judaica em um momento de crise na Etiópia.

Operação Moisés (1984-1985): A "Operação Moisés" foi uma missão humanitária de grande escala realizada entre 1984 e 1985, destinada a resgatar milhares de judeus etíopes (também conhecidos como *Beta Israel* ou *Falashas*) e levá-los de forma segura para Israel. A operação foi chamada de "Moisés" em referência ao personagem bíblico que liderou o êxodo do povo judeu do Egito em direção à Terra Prometida (ROMAN, 2011).

A Operação Moisés ocorreu durante um período de grande instabilidade na Etiópia, marcado por uma guerra civil e uma grave crise humanitária. Muitos judeus etíopes enfrentavam perseguição e adversidades significativas. Com o objetivo de garantir a segurança desses judeus e permitir que eles se reunissem com suas famílias em Israel, o governo israelense, em conjunto com agências de inteligência israelenses e organizações judaicas, orquestrou uma operação de resgate massiva.

A operação envolveu a coordenação de voos secretos, onde os judeus etíopes eram levados em segredo para Israel, evitando a perseguição e os perigos que enfrentavam na Etiópia. Durante os meses da Operação Moisés, mais de 8000 judeus etíopes foram resgatados e reassentados em Israel.

A Operação Moisés foi um exemplo notável de solidariedade e cooperação internacional para resgatar e proteger judeus em situação de risco. Ela desempenhou um papel crucial na reunificação de famílias e na garantia de que os judeus etíopes tivessem a oportunidade de viver em Israel, um importante local de significado histórico e religioso para a comunidade judaica.

Operação Jericó (1997): A "Operação Jericó" foi uma operação conjunta envolvendo o *Mossad*, o serviço de inteligência israelense, e o *Shin Bet*, a agência de segurança interna de Israel, que ocorreu em 1997. O principal objetivo da operação era localizar e assassinar Khaled Mashal, um líder sênior do grupo militante palestino *Hamas*, em Amã, na Jordânia (MELMAN, 2016).

O *Hamas* havia realizado uma série de ataques terroristas em *Israel*, incluindo atentados suicidas, e Khaled Mashal era considerado um dos principais líderes do grupo. O governo israelense autorizou uma equipe de agentes de inteligência a realizar uma operação para eliminar Mashal em retaliação a esses ataques. Em 25 de setembro de 1997, dois agentes israelenses, usando nomes falsos e passaportes canadenses, abordaram Mashal na rua em Amã e aplicaram veneno em sua orelha. Mashal ficou gravemente doente, e os agentes israelenses foram posteriormente capturados pelas autoridades jordanianas.

O incidente desencadeou uma crise diplomática entre Israel e a Jordânia. O rei Hussein da Jordânia pressionou Israel a fornecer o antídoto para salvar a vida de Mashal, o que Israel fez, sob pressão internacional. Como parte do acordo, Israel também libertou o líder do *Hamas* Ahmed Yassin, que estava detido em Israel na época.

A Operação Jericó destaca o envolvimento de Israel em operações de contraterrorismo e os dilemas éticos e diplomáticos que podem surgir em tais situações. Foi um episódio notório na história das relações entre Israel e Jordânia e teve implicações significativas na região do Oriente Médio.

Operação Pomar (2007): A "Operação Orchard" ou, Operação "Pomar" foi uma operação militar realizada em 6 de setembro de 2007, pela Força Aérea Israelense (IAF) contra um reator nuclear na Síria. O reator, conhecido como Al-Kibar, estava localizado na província de Deir ez-Zor, na Síria. A operação tinha como objetivo destruir o reator antes que ele se tornasse operacional e representasse uma ameaça à segurança regional e internacional (KAPLAN, 2015).

A IAF (*Hel HaAvir*, "Força Aérea") lançou um ataque aéreo preciso, destruindo o reator nuclear sírio conforme ilustra a Figura 6.



Figura 6. Imagem antes e depois do ataque de 06 de setembro de 2007 da planta de Al-Kibar na Síria (AP/DigitalGlobe).
The Times of Jerusalem (2012)

A operação foi mantida em sigilo até que Israel confirmou sua responsabilidade em 2008. As autoridades israelenses alegaram que a Síria estava desenvolvendo o reator com a assistência da Coreia do Norte e que ele representava uma ameaça à estabilidade da região, uma vez que poderia ser usado para a produção de armas nucleares.

A operação gerou controvérsia internacional e críticas devido à violação do espaço aéreo sírio e ao risco de desencadear uma escalada no conflito entre Israel e a Síria. No entanto, Israel justificou sua ação como uma medida preventiva para impedir que armas nucleares caíssem nas mãos de um regime hostil.

A Operação *Orchard* permaneceu como um exemplo significativo de uma ação preventiva unilateral contra uma ameaça nuclear percebida e suas implicações em termos de política internacional e segurança regional.

Operação *Chumbo Fundido* (2008-2009): A "Operação Chumbo Fundido" foi uma operação militar israelense que ocorreu entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 na Faixa de Gaza. Esta operação foi uma resposta do governo israelense ao lançamento contínuo de foguetes e morteiros por grupos militantes palestinos, principalmente o *Hamas*, a partir da Faixa de Gaza em direção ao território israelense (BOHRER,2012).

O nome "Chumbo Fundido" é uma referência à utilização de munições de artilharia de alta densidade, como foguetes e bombas, durante a operação. O objetivo declarado da operação era interromper os ataques com foguetes que ameaçavam a segurança e a vida dos civis israelenses nas áreas próximas à Faixa de Gaza (MELMAN, 2016).

Durante a operação, as Forças de Defesa de Israel (IDF) conduziram uma campanha militar que incluiu bombardeios aéreos e ataques terrestres na Faixa de Gaza. A operação resultou em baixas entre os militantes palestinos e também em vítimas civis palestinas. As Nações Unidas e outras organizações internacionais expressaram preocupação com o impacto humanitário da operação e pediram o fim das hostilidades.

A Operação "Chumbo Fundido" teve repercussões significativas em Israel e na Palestina, aumentando as tensões e desencadeando protestos em todo o mundo. Foi seguida por um conflito de longo prazo entre Israel e grupos militantes palestinos na Faixa de Gaza, incluindo operações militares subsequentes e períodos de escalada de violência.

8. CULTURA POP

Em filmes, literatura e televisão, o *Mossad*, o serviço de inteligência de Israel, tem sido frequentemente retratado e incorporado em várias obras. Alguns exemplos notáveis incluem:

Filmes (incluindo filmes feitos para a televisão):

"Sword of Gideon" (1986) e "Munich" (2005) abordam a retaliação do *Mossad* contra o Setembro Negro após os eventos das Olimpíadas de Munique em 1972.

"*The Impossible Spy*" (1987) é um filme de TV baseado na vida do espião Eli Cohen, uma figura importante do Mossad.

Em "*Swordfish*" (2001), o personagem Gabriel Shear, interpretado por John Travolta, é acreditado por muitos como um agente do Mossad.

"*The Red Sea Diving Resort*" (2019) é vagamente baseado nas operações Mossad de transferência de judeus etíopes de campos de refugiados no Sudão para Israel.

"*The House on Garibaldi Street*" (1979) e "Operation Finale" (2018) são filmes que narram a exfiltração do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann pela Mossad na Argentina.

Literatura:

O romance "*Honor Among Thieves*" (1993), de Jeffrey Archer, apresenta uma protagonista que é uma agente do Mossad.

A série de romances de Mark Greaney, incluindo "*Dead Eye*", envolve a colaboração do Mossad com a CIA na captura de um ex-agente de operações negras.

Os romances de espionagem de Daniel Silva têm como foco o fictício agente e assassino do Mossad, Gabriel Allon, embora o termo "*Mossad*" raramente seja usado.

John le Carré descreve uma operação fictícia do Mossad em seu romance "*The Little Drummer Girl*" (1983).

O livro de Frederick Forsyth, "*The Fist of God*", explora o funcionamento interno de várias divisões do Mossad.

Televisão: "*Tehran*" (2020-presente) é uma série de suspense e espionagem que segue um agente do Mossad trabalhando disfarçado no Irã.

Na série "*The Blacklist*" (2013-presente), a agente do Mossad, Samar Navabi, é um dos personagens secundários.

O Mossad é abordado em "*Covert Affairs*" (2010-2015) com a presença do agente do Mossad Eyal Lavin.

O Mossad desempenhou um papel crucial em "NCIS" (2005-presente), com personagens como a agente Ziva David e seu pai, Eli David.

"*The Spy*" (2019) é uma minissérie que explora a vida do espião do Mossad, Eli Cohen.

CONCLUSÃO

Em resumo, o *Mossad* é uma agência de inteligência de renome mundial, com um histórico impressionante de operações secretas, coleta de informações e defesa dos interesses de Israel. Sua estreita colaboração com outras agências de inteligência israelenses e a capacidade de se adaptar a ameaças em constante evolução fazem dele uma peça fundamental na segurança de Israel e na proteção de seus cidadãos. Embora grande parte do seu trabalho permaneça nas sombras, o *Mossad* continua a ser uma força influente no cenário global de inteligência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKRAM, Ejaz. **A Comparison of the Structures and Functions of Intelligence Organizations in Israel and India.** *Journal of South Asian and Middle Eastern Studies*, v. 23, n. 3, p. 59, 2000.

Livros:

BOHRER, Ziv; OSIEL, Mark. **Proportionality in War: Protecting Soldiers from Enemy Captivity, and Israel's Operation Cast Lead-The Soldiers Are Everyone's Children.** S. Cal. Interdisc. LJ, v. 22, p. 637, 2012.

CORDEY, Sean. **The Israeli Unit 8200—An OSINT-based study: Trend Analysis.** ETH Zurich, 2019.

DELIAN, Enaas M. **Influence of Israeli Intelligence (Mossad) upon foreign Israeli's affairs.** *Journal of the Center Palestine Studies*, n. 9, 2009.

EISIN, Miri. **The Israeli intelligence community and the media.** *Journal of Intelligence History*, v. 9, n. 1-2, p. 11-14, 2009.

KAHANA, Ephraim; SHARFMAN, Daphna. **Misuse of power in Israeli intelligence.** *Israel Affairs*, v. 20, n. 1, p. 62-74, 2014.

KIRSCHENBAUM, Joshua. **Operation Opera: an ambiguous success.** *Journal of Strategic Security*, v. 3, n. 4, p. 49-62, 2010.

ROMAN, Anamaria-Helvia. **The Story Behind the Secret Operations regarding Ethiopian Jews.** *Scientific Journal of Humanistic Studies*, v. 3, n. 4, 2011.

RICHELSON, Jeffrey T. **The technical collection of intelligence.** *Handbook of intelligence studies*, p. 105, 2007.

ZE'EV, Aharon. **A Critical Look at Intelligence.** *Strategic Assessment*, v. 9, n. 4, p. 53-57, 2007.

Livros:

BAR-ZOHAR, M.; MISHAL, N. **Mossad: A History of the Israeli Secret Service.** Grove Press, 2012.

BLACK, I. **Enemies and Neighbors: Arabs and Jews in Palestine and Israel, 1917-2017.** Atlantic Monthly Press, 2018.

BERGMAN, R. **Rise and Kill First: The Secret History of Israel's Targeted Assassinations.** Random House, 2018.

DAVID, Saul et al. **Operation Thunderbolt: The Entebbe Raid–The Most Audacious Hostage Rescue Mission in History.** Hachette UK, 2015.

FRATTINI, Eric. **Mossad.** Editora Seoman, 2015.

_____. **Mossad: Os Carrascos do Kidon.** Tradução de Alessandra Miranda de. Sá, Edi São Paulo v. 1, 2011.

KAHANA, Ephraim. **Historical dictionary of Israeli intelligence.** Scarecrow Press, 2006.

ORON, Y. **Mossad: The Greatest Missions of the Israeli Secret Service.** Harper Collins, 2009.

OSTROVSKY, Victor; HOY, Claire. **By Way of Deception: A Devastating Insider's Portrait of the Mossad.** General Paperbacks, 1991.

PEDAHZUR, Ami. **The Israeli secret services and the struggle against terrorism.** Columbia University Press, 2009.

VARGO, Marc E. **The Mossad: Six Landmark Missions of the Israeli Intelligence Agency, 1960-1990.** McFarland, 2014.

Fontes Online:

LEVINSON, Chaim. "A Golden Age for the Mossad: More Targets, More Ops, More Money." Haaretz, 26 de agosto de 2018. Disponível em: <URL>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

THE AVIONIST. **Op-Opera-target.** 2017. Disponível em: <URL>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

THE TIMES OF ISRAEL, **Syrian rebels claim to seize nuclear facility, 2012.** Disponível em: <URL>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

GLOSSÁRIO

ACADEMIA - (Midrasha) Oficialmente chamada de residência de verão do primeiro-ministro, é a escola de treinamento do Mossad ao norte de Tel Aviv.

AGENTE - Um termo amplamente mal utilizado. É um recruta, não um empregado doméstico de uma agência de inteligência.

AMAN - Inteligência militar.

APAM - (Avtahat Paylut Modienit) Inteligência de segurança operacional.

BABLAT - “Misturando as bolas” ou bilbul baitsin, falando besteira.

BAWAR - Correio.

BAT LEVEYHA - Acompanhantes femininas, não para sexo; geralmente mulheres locais, não necessariamente judias, contratadas como agentes assistentes.

BENELUX - O escritório belga/holandês/luxemburguês na sede do Mossad.

BODEL – (bodlim, plural) Ou lehavdil. Intermediário, mensageiro entre casas seguras e embaixadas ou entre várias casas seguras.

CASA SEGURA - Na verdade chamada de “apartamentos operacionais” pelo Mossad; apartamentos ou casas próprias ou alugadas para reuniões secretas e como bases de operações.

CAVALO (SUS) - Pessoa de alto escalão que ajuda você a subir na hierarquia.

COMBATENTES - Os verdadeiros “espiões”: israelenses enviados aos países árabes para trabalhar disfarçados.

DARDASIM (Smerfs) - Um subdepartamento dentro de Kaisarut; eles trabalham na China, na África e no Extremo Oriente estabelecendo relações.

DAYUGHT - Maior estado de alerta de uma estação do Mossad.

DESENVOLVIMENTO - Vinculado à unidade militar 8520; fabricam fechaduras especiais, malas com fundo falso, etc.

DIAMANTE - Unidade (Yahalomim) do Mossad que cuida das comunicações com agentes nos países-alvo.

DINSHANIN - Normalmente, as tropas de manutenção da paz da ONU pagam para transportar mensagens e pacotes através das fronteiras árabe-israelenses.

ESPECIALISTAS COM ALÇAS - Termo utilizado para descrever um profissional de área fora da espionagem e/ou inteligência que é levado em missões para identificar documentação ou equipamentos em sua área de atuação. “Com alças” é uma metáfora para um pacote, ou seja, ele é transportado pela equipe do Mossad.

FALACH – Camponeses árabes no Líbano, muitas vezes recrutados pelos militares israelitas como agentes de baixa categoria.

FRAMES (Misgarot) - Unidades judaicas de auto proteção criadas em todo o mundo.

GADNA - Brigadas juvenis paramilitares israelenses.

HETS VA-KESHET (arco e flecha) - O emblema e campo de treinamento de verão de Gadna.

HUMANTE - Coleta de informações de seres humanos, ou seja, agentes de todos os tipos.

IAF - hebraico: Zroa HaAvir VeHahalal, "Braço do Ar e Espaço", conhecido comumente como, ou, Hel HaAvir, Força aérea

INSTITUTO - O nome formal do Mossad. Em hebraico, Mossad é Ha Mossad, le Modiyn ve le Tafkidim Mayuhadim, ou em inglês, Instituto de Inteligência e Operações Especiais.

INTELIGÊNCIA DE FIBRAS - Observações que não são físicas, como indicadores econômicos, rumores, moral, sentimentos gerais.

INTELIGÊNCIA DIRETA - Movimentos físicos ou atividades reais que podem ser observados; por exemplo, movimentos de armas ou tropas, ou preparação de hospitais ou portos para a guerra.

JUMBO - Informações pessoais além da inteligência oficial, coletadas por oficiais de ligação do Mossad de oficiais de ligação de inteligência estrangeira, por exemplo, a CIA.

JUMPERS - Katsas estacionados em Israel que saltam para vários países a curto prazo, ao contrário dos katsas realmente estacionados no exterior.

KAISARUT (originalmente Tevel) – Ligação nas embaixadas israelenses; conhecidos como oficiais de inteligência pelas autoridades locais.

KATSA – “Oficial de coleta” ou “oficial de caso”. A Mossad tem apenas cerca de 35 em operações de recrutamento de agentes inimigos em todo o mundo, em comparação com muitos milhares da KGB e da CIA.

KESHET - (mais tarde neviot) "Arco." Coletar informações de objetos parados, por exemplo, arrombamentos, instalação de dispositivos de escuta.

KIDON - "Baioneta". Braço operacional da Metsada responsável por execuções e sequestros.

KOMEMIUTE - Veja Metsada.

KSHARIM – “Nós”. Registros de computador de quem está vinculado a quem.

LA - Uma unidade secreta de katsas experientes trabalhando disfarçados nos Estados Unidos.

LAKAM - (Lishka le Kishrei Mada) Gabinete de ligação para assuntos científicos do primeiro-ministro israelita.

LAP - (Lohamah Psichlogit) ou guerra psicológica.

LIDERAR - Recrutar uma pessoa para atingir outra.

MABUAH - Alguém que traz informações de uma fonte de informação e não diretamente.

MALAT - Filial de ligação com a América do Sul.

MARATAS - Ouvintes.

MASLUH – “Rota”. um sistema usado para autoproteção, para saber se você está sendo seguido ou não.

MAULTER – Palavra hebraica que significa simplesmente “não planejado”. Usado para descrever rotas de segurança não planejadas ou improvisadas.

MELUCKHA – Originalmente Tsomet, que significa “reino”. Departamento de recrutamento que lida com katsas.

METSADA - (mais tarde Komemiute) Altamente secreto, como um mini-Mossad dentro do Mossad; opera combatentes.

MISGAROT – Veja “molduras”.

MISHLASHIM – “Triplers”. Drops e caixas de correio morto.

MOLICH - "Caminhante". Como um cão-guia; alguém recrutado não para si mesmo, mas para liderar outra pessoa.

NAKA - Sistema uniforme de escrita do Mossad para relatórios operacionais e informativos.

NATIV - Coleta informações sobre a União Soviética; ajuda a criar rotas de fuga para os judeus do Bloco Oriental.

NEVIOT – Veja Keshet.

OFICIAL DE CASO - Na maioria dos serviços de inteligência, o nome é usado no lugar do katsa do Mossad. No Mossad, os oficiais de caso são as pessoas em Metsada que cuidam dos combatentes.

OTER - Um árabe pago para ajudar a fazer contato com outros árabes, muitas vezes usado em processos de recrutamento, geralmente pagava entre US\$ 3 mil e US\$ 5 mil por mês, mais despesas.

PAÍS ALVO - Qualquer país árabe.

PAHA - (paylut hablanit oynet) Atividades hostis de sabotagem, por exemplo, PLO.

PAÍS-BASE - Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá: Onde quer que o Mossad tenha bases.

ROTA - Veja maslut.

SAIFANIM – “Goldfish”, o departamento do Mossad que lida com a OLP.

SAYAN - (Sayanim, plural) Ajudantes judeus voluntários fora de Israel.

SETE ESTRELAS – Pequeno diário com capa de couro carregado pelos katsas, contendo números de telefone e contatos em código.

SHABACK / Shin Bet – O equivalente israelense do FBI; a força de segurança interna.

SHICKLUT - O departamento que cuida do pessoal de escuta, ou seja, marats.

Shin Bet – Antigo nome de Shaback.

SLICK - Esconderijo para documentos, armas, etc.

TACHLESS - Indo direto ao ponto.

TAYESET – Codinome do departamento de treinamento.

TEUD - “Documentos” - documentos de fabricação, ex. passaportes.

TEVEL – Veja Kaisarut.

TSAFRIRIM - “Brisa matinal” em inglês. Organiza comunidades judaicas fora de Israel; ajuda a configurar quadros.

TSIACH - (Tsorech Yediot Hasuvot). Reunião anual de organizações militares e civis de inteligência israelitas; também o nome do documento que descreve os requisitos de inteligência para o próximo ano, listados em ordem decrescente de importância.

TSOMET - Veja Meluckha.

UNIDADE 504 – Um mini-Mossad; unidade de coleta de informações militares para inteligência transfronteiriça.

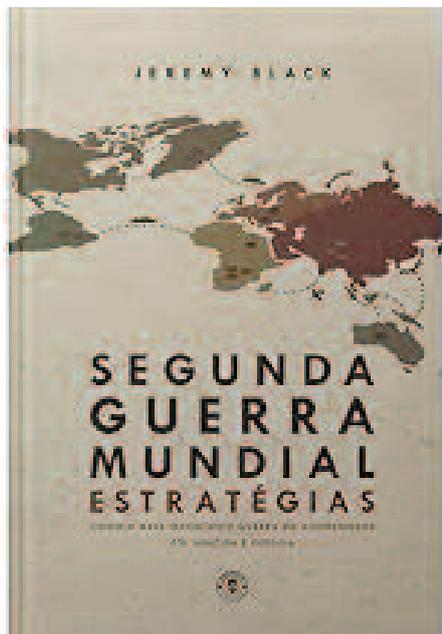
UNIDADE 8200 – Uma unidade militar que lida com todas as interceptações de comunicação da inteligência israelense.

UNIDADE 8513 - Ramo da inteligência militar responsável pela fotografia.

YARID - “Feira rural”. Equipes responsáveis pela segurança europeia.

Glossário traduzido de Ostrovsky (1991)

Livro em Destaque



Segunda Guerra Mundial. Estratégias. Como a mais importante guerra da modernidade foi vencida e perdida.

Jeremy Black produziu um relato conciso e acessível de estratégia e a Segunda Guerra Mundial. Como foi vencida, e ao mesmo tempo, perdida. Black aborda questões estratégicas da época, de acordo com a cronologia e desenvolvimento dos fatos, as relacionando a debates subsequentes sobre as escolhas feitas, revelando suas contínuas ressonâncias políticas. A estratégia foi uma ferramenta crucial não apenas para conduzir a guerra. Continua a ser a chave para entendê-la hoje.

O livro tem oito capítulos abordando as questões de planejamento estratégico, a estrutura de comando, a consciência operacional da Alemanha, do Japão, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética. A abordagem do livro sobre questões que são fundamentais para o entendimento da campanha de cada um dos países é feita de forma superficial sem se aprofundar, o que de certa forma é decepcionante, pois suscita muitas dúvidas.

A obra tem 296 páginas e tem o perfil de divulgação, mostrando caminhos para pesquisas aos interessados em assuntos de planejamento estratégico.

Filme em Destaque



Yamato

O filme Yamato foi lançado em 2005, com direção de Junya Satō e é baseado no livro de Jun Henmi. O longa conta a história do encouraçado Yamato e de sua tripulação desde o momento que entrou na Guerra até o seu afundamento. O filme destaca a visão dos tripulantes do navio em relação ao Japão, o entendimento de que deveriam defender o País a todo custo, além disso, aborda as questões familiares do suboficial Mamoru Uchida, com a sua filha Makiko Uchida e também do marinheiro Katsumi Kamio, durante o período da Segunda Guerra Mundial.

O filme nos primeiros segundos, relata a descoberta dos destroços do Yamato em 1985, e após esse momento, o longa começa a contar a história de Makiko Uchida, filha do suboficial Mamoru Uchida, que deseja ir ao encontro do Yamato, no período de comemoração dos 60 anos do afundamento do navio. Durante essa parte do filme, a filha de Uchida encontra um sobrevivente, Katsumi Kamio, que é um pescador e esteve no Yamato.

Após o encontro de Makiko Uchida e Katsumi Kamio, o filme retrata o período da Segunda Guerra Mundial, a partir das memórias de Kamio. Na primeira parte do filme, é relatado a história da vida de Katsumi Kamio, antes de ir para Guerra e durante o período no Yamato, onde conheceu o suboficial Mamoru Uchida.

O filme em diversos momentos volta aos dias atuais, quando os personagens Makiko Uchida e Katsumi Kamio, fazem observações sobre suas relações com a história do Yamato.

Na Segunda parte do filme, é retratado o Yamato nos conflitos da Segunda Guerra Mundial até os preparativos para o último conflito do Yamato, em Okinawa.

Os últimos minutos do filme Makiko Uchida, consegue chegar ao local do afundamento do Yamato e joga no mar as cinzas do seu pai, que tinha morrido no ano anterior.

Contexto Histórico

Um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, no Arsenal Naval de Kure, teve início à construção do Encouraçado Yamato, o período da sua fabricação foi de 1937 até 1940. O primeiro Comandante da embarcação foi Gihachi Takayanagi.

O Encouraçado, que é um dos mais famosos navios do Japão tinha: “263 metros de comprimento e largura máxima de 36,9m, o navio pesava 65 mil toneladas... A embarcação ainda carregava 7 hidroaviões de reconhecimento e sua tripulação oscilava entre 2.500 e 2.800 homens.” (<https://www.blogsushipop.com/post/yamato-alem-da-patrolha-estelar>)

O Yamato tinha como armamento: “nove canhões navais de 46 centímetros (18,1 pol.) 45 Caliber Type 94 - o maior calibre de artilharia naval já instalado em um navio de guerra, embora os projéteis não fossem tão pesados quanto os disparados pelos britânicos. Canhões navais de 18 polegadas da Primeira Guerra Mundial. Cada arma tinha 21,13 metros (69,3 pés) de comprimento, pesava 147,3 toneladas (162,4 toneladas curtas) e era capaz de disparar projéteis altamente explosivos ou perfurantes a 42 quilômetros (26 milhas). Sua bateria secundária compreendia doze canhões de 155 milímetros (6,1 pol.) montados em quatro torres triplas (uma à frente, uma à ré, duas a meia-nau) e doze canhões de 12,7 centímetros (5 pol.) canhões em seis montagens gêmeas (três de cada lado a meia nau). Essas torres foram retiradas dos cruzadores da classe Mogami quando esses navios foram convertidos em um armamento principal de canhões de 20,3 centímetros (8 pol.). Além disso, Yamato carregava vinte e quatro canhões antiaéreos de 25 milímetros (1 polegada), montados principalmente a meia-nau.

Quando reequipada em 1944 e 1945 para combates navais no Pacífico Sul, a configuração da bateria secundária foi alterada para seis canhões de 155 mm e vinte e quatro canhões de 127 mm, e o número de canhões antiaéreos de 25 mm foi aumentou para 162.” (https://en.wikipedia.org/wiki/Japanese_battleship_Yamato).

A participação do Yamato nos conflitos da Segunda Guerra Mundial teve início após o ataque a Pearl Harbor, pelo Japão, em 1941. O Encouraçado integrou-se a 1ª Divisão de Encouraçados e participou das Batalhas de Midway, Mar das Filipinas, Golfo de Leyte e Okinawa.

O Yamato teve sua última batalha em abril de 1945, na Batalha de Okinawa, afundando com “cerca de 3.055 de seus 3.332 tripulantes.” (https://en.wikipedia.org/wiki/Japanese_battleship_Yamato).

Bibliografia

[https://en.wikipedia.org/wiki/Yamato_\(film\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Yamato_(film))

<https://www.blogsushipop.com/post/yamato-alem-da-patrolha-estelar>

https://en.wikipedia.org/wiki/Japanese_battleship_Yamato



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.